

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

João Emilio de Oliveira Filho, Leiloeiro Público Oficial, matriculado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA sob o N° 45, portador do CPF N° 359.957.857-53, com sede na Estrada dos Bandeirantes, n° 10639 - Camorim, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22783-116, vem, TEMPESTIVAMENTE, com fulcro no artigo 164 caput da lei n°14.133/2021, apresentar:

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Face ao Edital de Pregão Eletrônico N° 90076/2024, pelos fatos e fundamentos que passa expor a seguir:

1. DA TEMPESTIVIDADE

Conforme o artigo 164 caput da nova lei de Licitações e subitem 20.1 do edital, a impugnação deverá ser apresentada no prazo de até 03 (três) dias que antecedem a abertura da sessão, esta que está marcada para ocorrer no dia 08 de julho de 2024 às 10h, findando-se o prazo em 03 de julho de 2024. Portanto, a presente é tempestiva.

2. BREVE SÍNTESE DOS FATOS

A Prefeitura Municipal de Nova Friburgo publicou edital de licitação na modalidade Pregão Eletrônico que visa a contratação de leiloeiro oficial, de maneira continuada, para atuar na preparação, organização e condução de leilões públicos destinados à alienação de bens móveis inservíveis de recuperação antieconômica, veículos alienação de bens imóveis e material em geral da Administração Direta e Indireta do Município de Nova Friburgo.

Ocorre, que a contratação dos citados profissionais por meio de pregão eletrônico e no âmbito do estado do Rio de Janeiro, deverá seguir requisitos específicos, estes que não estão de acordo com o disposto no edital em comento, pelo que demonstrará a seguir.

3. DOS FUNDAMENTOS

3.1 DO NÃO REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO E REGULARIDADE FISCAL NO CAD-ICMS

O instrumento convocatório, no tópico de **Habilitação fiscal, social e trabalhista**, em seu subitem 8.12 e 8.13 requer a apresentação de inscrição e da certidão de regularidade fiscal distrital ou municipal:

“8.12. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.13. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;”

A nova lei de licitações, em seu artigo 68 incisos II e III, mencionam que será exigido do licitante vencedor, o comprovante de inscrição e regularidade estadual da sede do licitante, senão, vejamos:

“Art.68

II - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;”

Quanto a sede do licitante, o edital em seu subitem 13.3, exige que seja entregue a certidão de matrícula e regularidade do leiloeiro referente a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA, mesma sede do órgão, desta forma, o licitante deverá apresentar sede no Rio de Janeiro.

A presente irresignação se faz, em razão do edital supramencionado não ter requerido de forma clara, qual a documentação suprirá a comprovação da regularidade estadual, estando assim em desconformidade com a legislação específica aplicada no Estado do Rio de Janeiro - Resolução SEFAZ N°994/16.

Conforme já destacado, o edital dispõe que deverá ser comprovada a matrícula e regularidade do Leiloeiro na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro-JUCERJA, restando assim, claro que o Leiloeiro proponente deve ser matriculado nesta circunscrição e desta forma, cumprir com as normas que são aplicadas neste estado.

Para atuar como Leiloeiro no Estado do Rio de Janeiro, além de cumprir as exigências para concessão de matrícula na Junta Comercial, o Leiloeiro Público antes do início de suas atividades, deverá inscrever-se no CAD - ICMS da Fazenda Estadual, conforme previsto no **Art.9° do Anexo I, inciso II da Resolução do SEFAZ N°994 de 31 de março de 2016**, senão vejamos:

“Art. 9º Estão obrigadas à inscrição no CAD-ICMS, antes do início de suas atividades, as seguintes pessoas físicas que exerçam, com a finalidade de comercialização:

II.- atividade de leiloeiro público.” (grifo nosso)

Conclui-se a partir da leitura do dispositivo, que a inscrição no CAD-ICMS é uma obrigação do Leiloeiro que possui sede no estado do Rio de Janeiro.

Nos convém mencionar, que não possuir inscrição no CAD- ICMS, impossibilita o leiloeiro de emitir Nota Fiscal da venda, pois na prática, ao realizar um leilão, o Leiloeiro deverá recolher o valor do ICMS incidente sobre cada lote arrematado, assim, apenas leiloeiros devidamente inscritos no CAD-ICMS conseguem recolher o referido tributo.

Além ainda do verdadeiro "valor" da certidão negativa porventura fornecida, pois aquela apresentada por um Leiloeiro devidamente inscrito, resulta de apuração do cumprimento de suas obrigações fiscais com emissão de notas fiscais e correspondente recolhimento do imposto. Já dos “não inscritos”, o site da Secretaria Estadual de Fazenda emite uma certidão “negativa”, que só vem desta forma, por falta de melhor documento, porém, sabidamente não existe nenhuma apuração realizada, pois no próprio documento vem os dizeres: “Não inscrito”. Ainda, esta “Certidão Negativa” emitida para os que não são inscritos, pode ensejar na constatação de falsa regularidade para a Comissão de Licitação, se não for observado que o Leiloeiro não possui inscrição, reforçando assim, a necessidade de que seja requerido em edital o documento “Comprovante de Inscrição Estadual”.

Para a devida comprovação de regularidade fiscal, a SEFAZ emite o documento “Comprovante de Inscrição Estadual” o qual atesta que o contribuinte está devidamente inscrito no CAD-ICMS. Já as Certidões de Regularidade Fiscal Estadual, são compostas da seguinte forma:

- Secretaria de Fazenda Estadual – RJ: Certidão de Regularidade com o ICMS;
- Procuradoria do Estado do Rio de Janeiro: Certidão de Regularidade da Dívida Ativa do Estado.

A propósito, ambas as certidões devem ser apresentadas de forma conjunta para se atestar a devida regularidade, conforme disposto na **Resolução Conjunta PGE/SER nº 33/2004**, sendo estes os documentos hábeis a **comprovar a regularidade fiscal no estado do Rio de Janeiro**.

Neste sentido, cumpre-nos trazer a baila os ensinamentos do grande doutrinador Marçal Justen Filho sobre o tema:

*“O que se demanda é que o particular, no ramo de atividade pertinente ao objeto lícito, encontra-se em situação fiscal regular. **Trata-se de evitar contratação de sujeito que descumpra obrigações fiscais relacionadas com o âmbito de atividade a ser executada.** Assim o é porque não cabe ao Estado recorrer a particular que não desempenhe regularmente a atividade ou profissão relacionada com o objeto do contrato.”* (grifo nosso).

Ressalta-se, que diversos órgãos públicos vêm adaptando os seus Editais para que estejam em conformidade com o que a norma estadual dispõe no que tange a profissão de Leiloeiro. Para demonstrar, juntamos anexo a esta petição, decisões pertinentes ao tema, bem como resposta da própria SEFAZ.

3.2 DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME/EPP

O edital em comento, dispõe que a licitação destina - se à participação de Pessoas Físicas e Empresários Individuais, segundo os subitens 13.1 e 13.2.

Os subitens 4.1.8 e 4.1.9 dispõe que será dado tratamento diferenciado aos que assim se declararem. Vejamos:

“4.1.8 - Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021 para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

4.1.9 - As microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e equiparadas que quiserem usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123, de 2006, deverão declarar em campo próprio do sistema eletrônico tal condição, ostentando os requisitos previstos no referido dispositivo legal, em especial quanto ao seu artigo 3º.”

É lícita a participação de leiloeiros enquadrados como Empresário Individual, porém, insta salientar, que em outros certames com objeto semelhante, tal enquadramento vem permitindo que alguns leiloeiros cadastrem suas propostas no sistema ComprasNet com a declaração de serem microempresa ou empresa de pequeno porte, a fim de se beneficiarem do tratamento diferenciado dispensado pela Lei Complementar nº123/2006 em caso de empate.

O diploma referenciado, em seus artigos 44 e 45, prevê como critério de desempate em licitações, a preferência na contratação de empresas mercantis que estejam enquadradas como ME/EPP.

Deste modo, durante o certame, quando há leiloeiros que participam debaixo do manto desta declaração, uma vez que é costumeiro o empate de propostas nas licitações de leiloeiros, o sistema aplica automaticamente o critério dirimente do microempresário, beneficiando os que assim se declararam.

Todavia, trata-se, na verdade, de manobra ilegal e evada de má-fé, na medida em que o Estatuto da Microempresa (Lei n. 9.841/99) contempla entes empresariais (pessoas jurídicas e firmas mercantis individuais), que praticam o comércio, portanto, ação que é **expressamente vedada ao leiloeiro** no art. 36, 'a', 1º, do Decreto n. 21.981/32.

Sendo assim, inobstante a possibilidade de obter inscrição de CNPJ sob enquadramento de empresário individual, como autorizado pela Instrução Normativa DREI nº52/2022, medida que teve o escopo tão-somente de facilitar a operação financeira do leiloeiro, haja vista as consabidas limitações existentes para quem opera somente com o CPF, em momento algum o referido ato normativo alterou ou se sobrepôs às disposições do Decreto n. 21.981/32, que tem natureza de lei ordinária.

Em síntese: leiloeiro público pode operar como empresário individual, mas não pode ser microempresário individual, uma vez que a Lei nº9.841/99 ampara a firma individual mercantil, praticante do comércio, portanto, o que, como se viu é proibido aos leiloeiros, sob pena de aplicação de pena de destituição da função.

Além disso, é de conhecimento geral, que o tratamento diferenciado foi instituído com o propósito de garantir isonomia entre empresários grandes e pequenos, não se aplicando em licitações em que concorrem apenas pessoas físicas ou equiparadas, como é o caso do presente certame. Portanto, permitir que haja tratamento diferenciado nestas condições, **fere os princípios da isonomia e da competitividade.**

Ressalta-se, mais uma vez, que o CNPJ do leiloeiro tem natureza jurídica de mero tratamento tributário, não conferindo personalidade jurídica.

Este é entendimento da Receita Federal do Brasil como se infere da consulta COSIT nº44:

“Assunto: Obrigações Acessórias

LEILOEIRO. PESSOA FÍSICA.

Ainda que se registre como empresário individual, o leiloeiro não é assim considerado para fins de equiparação a pessoa jurídica. Consequentemente, seu rendimento deve ser tributado na pessoa física e ele não está submetido às obrigações acessórias das pessoas jurídicas, como apresentação de DCTF, ECF e EFD-Contribuições.”

Nesse sentido a jurisprudência do E. Tribunal de Contas da União, consolidando o entendimento de que tal atitude constitui fraude à licitação, declaração indevida de ME/EPP para obtenção tratamento diferenciado no certame:

ACÓRDÃO

Acórdão 2101/2011-Plenário TCU

ENUNCIADO

“Para fins de configuração de ilicitude, **basta a utilização indevida do benefício de desempate previsto no art. 44 da Lei Complementar 123/2006**, destinado à empresa de pequeno porte ou microempresa, não sendo necessária a efetiva contratação para que seja declarada a inidoneidade da empresa.”

ACÓRDÃO

Acórdão 2858/2013-Plenário TCU

ENUNCIADO

“A prestação de declaração falsa para usufruto indevido do tratamento diferenciado estabelecido pela Lei Complementar 123/2006 caracteriza fraude à licitação e burla ao princípio constitucional da isonomia e à finalidade pública almejada pela lei e pela Constituição (fomento ao desenvolvimento econômico das micro e pequenas empresas).”

ACÓRDÃO

Acórdão 745/2014-Plenário TCU

ENUNCIADO

“A prestação de declaração falsa em licitação, com o fim de obter indevidamente benefícios previstos pela Lei Complementar 123/2006, constitui ilícito de caráter formal em que não se exige a ocorrência de resultado para a aplicação da pena de inidoneidade para participar de licitação na Administração Pública Federal.”

ACÓRDÃO

Acórdão 1702/2017-Plenário TCU

ENUNCIADO

“A mera participação de licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, amparada por declaração com conteúdo falso, configura fraude à licitação e enseja a aplicação das penalidades da lei, não sendo necessário, para a configuração do ilícito, que a autora da fraude obtenha a vantagem esperada.”

Anexo a esta petição, juntamos decisão de outras licitações, neste mesmo sentido.

4. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer:

1. seja alterado e republicado o edital de Pregão Eletrônico N°90076/2024, com a devida alteração no rol de documentos de habilitação – regularidade fiscal, para conter o pedido de apresentação das Certidões de regularidade fiscal do Estado do Rio de Janeiro, composto pelo pedido das seguintes certidões: Secretaria de Fazenda Estadual (Certidão de regularidade com o ICMS) e da Procuradoria do Estado do RJ (Certidão de regularidade da Dívida Ativa do Estado), certidões que devem ser apresentadas conjuntamente, por força da Resolução Conjunta PGE/SER nº 33/2004 e da Resolução do SEFAZ 994 de 31 de março de 2016, para o fim de comprovar a devida regularidade do Leiloeiro matriculado no Estado do RJ;
2. Que o edital seja alterado e republicado, mencionando que não haverá tratamento diferenciado para Empresários Individuais enquadrados como ME/EPP, neste pregão. Caso o Pregão prossiga, que essa Comissão iniba expressamente de ofício, leiloeiros que se declararem como ME/EPP com o fim de obter tratamento diferenciado, uma vez que manifestamente ilegal, sob pena de imediata desclassificação do leiloeiro no certame

Rio de Janeiro, 25 de junho de 2024.

JOÃO EMÍLIO O. FILHO

Leiloeiro Público Oficial

Matrícula JUCERJA N°45



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: 7C8G4-TD8BF-EE3T2-8J6SW

Documento assinado com o uso de certificado digital ICP Brasil, no Assinador Registro de Imóveis, pelos seguintes signatários:

João Emilio de Oliveira Filho (CPF 359.957.857-53)

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assinador.registrodeimoveis.org.br/validate/7C8G4-TD8BF-EE3T2-8J6SW>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assinador.registrodeimoveis.org.br/validate>



PARECER

Processo Administrativo nº 1954/2024

Pregão Presencial nº 010/2024

Assunto: Análise de Recurso Administrativo em face à decisão do Pregoeiro que declarou vencedor o leiloeiro JONAS GABRIEL ANTUNES MOREIRA.

DISPOSIÇÕES FÁTICAS PRELIMINARES

Trata-se de recurso administrativo interposto pelos leiloeiros JOÃO EMÍLIO DE OLIVEIRA FILHO e ROGÉRIO MENEZES NUNES em face da decisão que declarou vencedor o leiloeiro JONAS GABRIEL ANTUNES MOREIRA no pregão presencial nº 010/2024, ocorrido em 22/05/2024.

Os recorrentes, irrequietos com a decisão ora vergastada, fizeram costar em Ata da Sessão de Julgamento do mencionado pregão, de forma motivada a intenção de interposição de recurso, tudo consignado pelo ilustre Pregoeiro.

Informação nos autos certificando a tempestividade do recurso interposto pelo leiloeiro JOÃO EMÍLIO DE OLIVEIRA FILHO, que apresentou suas razões recursais em 27/05/2024, através do e-mail pregão@porciuncula.rj.gov.br; e informações certificando a intempestividade do recurso interposto por ROGÉRIO MENEZES NUNES (leiloeiro), apresentado em 28/05/2024, também através do e-mail pregão@porciuncula.rj.gov.br.

Em apertadíssima síntese, o Recorrente João Emílio de Oliveira Filho fundamenta suas razões recursais na errônea habilitação do leiloeiro Jonas Gabriel Antunes Moreira, face a apresentação incompleta de documentação vez a mesma encontrava-se em desconformidade com cláusula editalícia.



Quanto ao recurso interposto pelo leiloeiro Rogério Menezes Nunes, uma vez que o mesmo não encontra-se juntado aos autos, somos impossibilitados de tecermos outros relatos senão àqueles que já foram produzidos pelo ilustre Pregoeiro em suas manifestações, relatos estes os quais encontram-se recobertos pelo manto da veracidade, face a fé pública inerente ao *munus* público exercido.

Ao recurso interposto pelo leiloeiro JOÃO EMÍLIO DE OLIVEIRO FILHO foram apresentadas, em data de 29/05/2024 através do e-mail pregão@porciuncula.rj.gov.br, as contrarrazões ofertadas pelo leiloeiro JONAS GABRIEL ANTUNES MOREIRA, ora Recorrido.

Em sua manifestação o leiloeiro JONAS GABRIEL ANTUNES MOREIRA aduz, em síntese, que cumpriu todos os requisitos contidas no Edital do certame, considerando que seu domicílio fiscal é inerente ao Estado de Minas Gerais, não havendo de se falar em apresentação de documento exigido por resolução estadual diversa do seu Estado de domicílio fiscal.

O Recorrido termina sua manifestação requerendo a total improcedência do recurso manejado pelo leiloeiro João Emílio de Oliveira Filho, e a consequente manutenção da decisão que o declarou vencedor do Certame.

O Ilustre Pregoeiro oferta suas considerações sugerindo a improcedência do recurso impetrado pelo leiloeiro JOÃO EMÍLIO DE OLIVEIRA FILHO, pelas razões expostas em suas considerações, e a inadmissibilidade do recurso impetrado pelo leiloeiro ROGÉRIO MENEZES NUNES, face a intempestividade do mesmo.

Relatado os autos, passamos à análise dos fatos e direitos.



DAS RAZÕES RECURSAIS

Inicialmente ressaltamos que o Recurso manejado pelo leiloeiro ROGÉRIO MENEZES NUNES não será apreciado neste parecer face a ausência de um dos seus requisitos de admissibilidade, qual seja, a inobservância de sua tempestividade.

Quanto as razões do Recorrente JOÃO EMÍLIO DE OLIVEIRA FILHO, este aduz que a decisão de habilitar o licitante Jonas Gabriel Antunes Moreira mostrou-se equivocada, não merecendo prosperar em razão do referido licitante ter desatendido ao edital de licitação que rege o Certame.

O Recorrente aduz que o licitante declarado vencedor não atendeu às regras contidas no subitem 7.4, alíneas "b" e "c" do Edital.

Ressalta que o Edital faz a exigência de que seja apresentada certidão emitida pela Fazenda e Procuradoria do Estado do Rio de Janeiro, Estado sede do órgão licitante e do proponente.

Afirma também que o Edital prevê que os leiloeiros participantes devem ser matriculados no Estado do Rio de Janeiro, informando, também, que para atuar como leiloeiro nesta circunscrição é obrigatório que o profissional, antes de iniciar suas atividades, inscreva-se no CAD-ICMS da Secretaria Estadual de Fazenda, conforme art. 9º da Resolução SEFAZ 994, de 31 de março de 2015, que transcreve em sua peça.

O Recorrente junta ao recurso consulta realizada à SEFAZ, onde esta confirma a determinação expressa aos leiloeiros na citada Resolução.

Contrarrazões apresentada tempestivamente pelo leiloeiro JONAS GABRIEL ANTUNES MOREIRA afirmando, em apertada síntese, que o recorrente pretende induzir a Administração Pública Municipal a erro vez que no edital foi requerido apenas os documentos de regularidade fiscal do domicílio do participante, sendo o recorrido



estabelecido no Estado de Minas Gerais, motivo este pelo qual apresentou as certidões deste Estado e não do Estado do Rio de Janeiro.

Aduz, ainda, que a exigência relatada pelo recorrente (necessidade de possuir inscrição no CAD-ICMS – Resolução SEFAZ nº 994/2015) não se aplica aos participantes de outros Estados, somente ao licitantes domiciliados no Estado do Rio de Janeiro.

Ao final, requer o indeferimento do recurso manejado pelo leiloeiro JOÃO EMÍLIO DE OLIVEIRA FILHO e a consequente homologação e convocação do recorrido para assinatura do contrato.


Nas razões da Decisão o pregoeiro, baseado na tese trazida pelo recorrido, termina por conhecer do recurso impetrado pelo leiloeiro JOÃO EMÍLIO DE OLIVEIRA FILHO e opinar pelo INDEFERIMENTO do mesmo, considerando, ainda, INADIMITIDO o recurso manejado pelo leiloeiro ROGÉRIO MENEZES NUNES face a sua intempestividade.

Esse é o relato dos autos, que apesar de extenso, necessário.

DO MÉRITO

Diante de todo o relato acima, verificamos que o imbróglgio trazido nos autos cinge-se na habilitação fiscal apresentada pelo leiloeiro JONAS GABRIEL ANTUNES MOREIRA, declarado vencedor na Ata de Realização da Sessão do Pregão Presencial nº 010/2024.

Inicialmente cumpre-nos definir o que é o Leiloeiro Oficial. Segundo definição obtida no sítio eletrônico da Junta Comercial do Estado do Paraná – JUCEPAR, “Leiloeiro Oficial é um agente auxiliar do comércio, que tem por função a venda, mediante oferta pública, de mercadorias que lhes são confiadas para esse fim. A profissão de leiloeiro será exercida mediante matrícula concedida pela Junta Comercial de cada Estado da Federação.”





Como se observa, apesar de não constar informação explícita, o leiloeiro oficial trata-se de um agente, o que torna-se de fácil constatação tratar-se de pessoa física, cuja profissão será exercida mediante matrícula concedida pela Junta Comercial de cada Estado da Federação.

A profissão de leiloeiro oficial é regulamentada pelo Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1932, onde, em artigo único, ficou aprovado o Regulamento da profissão de leiloeiro no território da República.

O Art. 1º do respectivo regulamento assim estabelece:

"Art. 1º A profissão de leiloeiro será exercida mediante matrícula concedida pelas juntas Comerciais, do Distrito Federal, dos Estados e Território do Acre, de acordo com as disposições deste regulamento." (grifo nosso)

Como requisitos necessários ao desenvolvimento da atividade de leiloeiro, o art. 2º é explícito ao determinar que:

Art. 2º Para ser leiloeiro, é necessário provar:

a) ser cidadão brasileiro e estar no gozo dos direitos civis e políticos;

b) ser maior de vinte e cinco anos;

c) ser domiciliado no lugar em que pretenda exercer a profissão, há mais de cinco anos;

d) ter idoneidade, comprovada com apresentação de caderneta de identidade e de certidões negativas dos distribuidores, no Distrito Federal, da Justiça Federal e das Varas Criminais da Justiça local, ou de folhas corridas, passadas pelos cartórios dessas mesmas Justiças, e, nos Estados e no Território do Acre, pelos Cartórios da Justiça



Federal e Local do distrito em que o candidato tiver o seu domicílio.

Apresentará, também, o candidato, certidão negativa de ações ou execuções movidas contra ele no foro civil federal e local, correspondente ao seu domicílio e relativo ao último quinquênio. (grifo nosso)

No que tange à regularidade para o desenvolvimento da atividade, compulsando os autos, verificamos que o Recorrido, então vencedor do certame, encontra-se regularmente matriculado desde 21/09/2020 no Estado do Rio de Janeiro – Matrícula nº 258, conforme Certidão Especial expedida em 16/05/2024, pela Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

O Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria Estadual de Fazenda – SEFAZ/RJ, autorizado pelo art. 87 da Lei Estadual nº 2657/1996 – que dispõe sobre o ICMS e dá outras providências, editou a Resolução SEFAZ nº 994/2016 cujo artigo 9º, inciso II, assim preceitua:

Art. 9º Estão obrigadas à inscrição no CAD-ICMS, antes do início de suas atividades, as seguintes pessoas físicas que exerçam, com a finalidade de comercialização: (grifo nosso)

(...)

II - atividade de leiloeiro público.

(...)

Segundo se nota, no Estado do Rio de Janeiro, além da necessidade de cumprimento das exigências impostas pela Junta Comercial para a concessão da matrícula, deverá o Leiloeiro, após concedida a matrícula e antes do início de suas atividades, se inscrever no CAD-ICMS.

Registramos que o mencionado cadastro tem por finalidade registrar as informações cadastrais de interesse da administração



tributária de todas as pessoas físicas e estabelecimentos de pessoas jurídicas que pratiquem, com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial, operações de circulação de mercadoria ou prestação de serviços descritas como fato gerador do ICMS, ou a elas equiparadas.

Ao realizar-se um leilão, o Leiloeiro Público Oficial deverá recolher o valor do ICMS incidente sobre cada lote arrematado.

Nessa senda, apenas os profissionais inscritos no CAD-ICMS conseguirão realizar os pagamentos do referido tributo; de igual sorte, somente o profissional inscrito conseguirá obter dos órgãos responsáveis a devida comprovação de sua regularidade junto ao fisco correspondente.

Nesse diapasão, cumpre-nos trazer a baila os ensinamentos do grande professor Marçal Justen Filho sobre o tema:

“O que se demanda é que o particular, no ramo de atividade pertinente ao objeto licitado, encontre-se em situação fiscal regular. Trata-se de evitar contratação de sujeito que descumpra obrigações fiscais relacionadas com o âmbito de atividade a ser executada. Assim o é porque não cabe ao Estado recorrer a particular que não desempenhe regularmente a atividade ou profissão relacionada com o objeto do contrato”. (grifo nosso)

Nota-se que a decisão ora combatida fundamenta-se, principalmente, no estrito cumprimento de norma editalícia, contida no item 7.4, alínea “c” , em especial no subitem “b” da mencionada alínea, vejamos:

7.4 - HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

(...)



c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, no domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da Lei, comprovada da seguinte forma:

(...)

b) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Estadual deverá ser feita através de Certidão Negativa de Débito relativo ao ICMS (RJ) acompanhada da CN da Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução conjunta PGE/SER nº 33/2204.

(...)

Importante frisar que a citada previsão não se limita apenas a averiguar existência de débitos para com a Fazenda Estadual, possuindo, na verdade, sentido mais amplo, cabendo ao participante, na verdade, não só apresentar provas de que não possui restrições fiscais, mas também de que está em conformidade com as norma expedidas pelo órgão fazendário competente, nesse caso, a Secretaria de Estado de Fazenda.

Como já visto alhures, é indiscutível que os profissionais leiloeiros devem submeter-se aos ditames das Juntas Comerciais; entretanto, as respectivas regularidades junto a estes órgãos não os eximem do cumprimento dos demais ordenamentos Estaduais.

Como se observa, há norma estadual expressa, expedida pela SEFAZ-RJ, que fixa a obrigatoriedade do Leiloeiro Oficial inscrever-se junto ao CAD-ICMS para o exercício da profissão no Estado do Rio de Janeiro, fazendo com que sua ausência, naturalmente, conduza à conclusão de impossibilidade de atendimento ao exigido pelo Edital; até mesmo pelo fato de que, para revelar-se REGULAR perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, o Leiloeiro



OBRIGATORIAMENTE houve de demonstra possuir domicílio neste Estado, conforme preceitua o art. 2º, alínea "c" do Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1932.

Destaca-se que esta Procuradoria não está a legislar ou mesmo fiscalizar o cumprimento junto ao fisco estadual, tampouco existe aqui qualquer pretensão a isto; todavia, cumpre-nos observar critérios mínimos e justificáveis quanto ao cumprimento das normas em vigência, bem como quanto ao integral cumprimento do Edital Convocatório, especialmente quanto a efetiva regularidade de quem pretende contratar com o Ente Municipal.

Assim, em razão de todo o acima exposto, ousamos discordar, parcialmente, das razões apresentadas pelo Ilustre Pregoeiro Municipal em sua Manifestação para sugerir o **DEFERIMENTO do recurso interposto pelo Leiloeiro JOÃO EMÍLIO DE OLIVEIRA FILHO**, ressaltando que não cabe a esta Procuradoria a análise de eventual documentação apresentada pelo Recorrente que o possibilite ser efetivamente habilitado no respectivo certame.

Este é o nosso entendimento, salvo melhor juízo.

Encaminho o presente processo ao Gabinete do Prefeito, para proferir decisão final acerca do recurso interposto.

Porciúncula/RJ, 18 de junho de 2024.

Saulo Soares Reis
Subprocurador Geral do Município

JULGAMENTO DE PEDIDO DE RECURSO

PROCESSO Nº 21094/2022

REFERÊNCIA: CHAMADA PÚBLICA Nº 008/2023

ASSUNTO: CREDENCIAMENTO PARA A CONTRATAÇÃO DE LEILOEIROS OFICIAIS

RECORRENTE: JONAS GABRIEL ANTUNES MOREIRA

DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE LEILOEIROS OFICIAIS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

É O RELATÓRIO:

Aduz o recorrente, em suma, que cumpriu integralmente com os requisitos contidos no edital, em especial no que toca a "prova de Inscrição no CAD-ICMS (sistema Integrado de Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado do Rio de Janeiro). Conforme ART. 9º do Anexo I da Parte II da Resolução SEFAZ nº 720/2014, Portaria SUCIEF Nº 3/2015 e ART. 35 da Resolução SEF nº 2.861/97".

Em seu presente recurso alega que seja reconsiderada a objurgada inabilitação, em atendimento ao interesse público e aos princípios administrativos e legislação acerca da licitação.

DA ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES:

Inicialmente, cabe elucidar que todas as exigências dispostas no Edital de CHAMADA PÚBLICA nº 008/2023, foram pautadas em conformidade com a legislação vigente, não configurando qualquer ato ilegal ou mesmo restritivo, como restará demonstrado pelos fundamentos a seguir expostos.

Nesse cenário, ressalta-se que o certame foi previamente definido pela área requisitante do objeto, conforme termo de referência e o Edital foi formulado com base nas informações apresentadas.

Inicialmente cabe informar que no dia da realização do Leilão Chamada Pública, o recorrente não tinha nenhum representante.

Cumprе esclarecer que o Recorrente não cumpriu com o ITEM 4.3.7 do Edital, não juntando a certidão exigida.

O EDITAL é claro ao exigir a prova de inscrição no CAD-ICMS junto a Fazenda Estadual senão veja a resolução:

O art. 9º do Anexo I da Parte II da Resolução SEFAZ nº 720/2014, e na Portaria SUCIEF nº 3/2015, prevê a obrigatoriedade do Leiloeiro Público Oficial ter inscrição no CAD-ICMS antes do início de suas atividades, vejamos:

Art. 9º Estão obrigadas à inscrição no CAD-ICMS, antes do início de suas atividades, as seguintes pessoas físicas que exerçam, com a finalidade de comercialização:

- I- Atividade primária, assim considerada:
 - a) A agricultura;
 - b) A pecuária;
 - c) A extração e a exploração vegetal e animal;
 - d) A exploração de atividades zootécnicas, tais como apicultura, avicultura, cunicultura, suinocultura, sericultura, psicultura e outras culturas de pequenos animais;
 - e) A captura de pescado in natura, desde que a exploração se faça com apetrechos semelhantes aos da pesca artesanal (arrastões de praia, rede de cerca etc.), inclusive a exploração em regime de parceria;
- II- Atividade de leiloeiro público.

Portanto, diante do acima exposto e a luz do que preconiza o art. 9º da Resolução SEFAZ nº 720/2014 bem como o constante no ITEM 4.3.7 do EDITAL, e diante da não apresentação da inscrição do CAD-ICMS o recurso não merece prosperar.

É importante ressaltar que as certidões negativas de débitos estadual e da PGE apresentadas, são emitidas independentemente de serem cadastradas ou não no CAD-ICMS (RESOLUÇÃO SEFAZ Nº 109 DE 04 DE AGOSTO DE 2017). Que fica muito claro a não inscrição do requerente é que no próprio escopo da CND estadual apresentada consta “CAD-ICMS: **Não inscrito**”, confirmando assim o não atendimento do item 4.3.7 do Edital.

Administração procura sempre preservar a competitividade e preços vantajosos, respeitando todos os princípios basilares da licitação e dos atos administrativos, impossibilitando o administrador de fazer prevalecer sua vontade pessoal, e impõem ao mesmo o dever de pautar sua conduta segundo as prescrições legais e editalícias. Conforme é possível comprovar, no art. 3º da Lei nº 8.666/93:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

“A Administração não tem liberdade para impor exigências quando a atividade a ser executada

não apresentar complexidade nem envolver graus mais elevados de aperfeiçoamento. Especialmente em virtude da regra constitucional (art. 37, XXI), somente poderão ser impostas exigências compatíveis com o mínimo de segurança da Administração Pública." [...] "O ato convocatório tem de estabelecer as regras necessárias para seleção da proposta vantajosa. Se essas exigências serão ou não rigorosas, isso dependerá do tipo de prestação que o particular deverá assumir. Respeitadas as exigências necessárias para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, serão inválidas todas as cláusulas que, ainda indiretamente, prejudiquem o caráter "competitivo" da licitação."

Ainda conforme os dizeres de Marçal Justen Filho (Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 11. ed. São Paulo: Dialética, 2005. p. 63 e 322):

"A Administração não tem liberdade para impor exigências quando a atividade a ser executada não apresentar complexidade nem envolver graus mais elevados de aperfeiçoamento. Especialmente em virtude da regra constitucional (art. 37, XXI), somente poderão ser impostas exigências compatíveis com o mínimo de segurança da Administração Pública" [...] "O ato convocatório tem de estabelecer as regras necessárias para seleção da proposta vantajosa. Se essas exigências serão ou não rigorosas, isso

dependerá do tipo de prestação que o particular deverá assumir. Respeitadas as exigências necessárias para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, serão inválidas todas as cláusulas que, ainda indiretamente, prejudiquem o caráter "competitivo" da licitação."


Assim sendo, resta claro, que apesar da necessidade de preservar a competitividade, também é necessário que a execução do objeto licitado atenda às necessidades da administração.

DA DECISÃO:

Por todo o exposto, decide-se **CONHECER** do recurso apresentado pelo Senhor Jonas Gabriel Antunes Moreira, no mérito **JULGAR IMPROCEDENTE O RECURSO**.

Três Rios, 23 de junho de 2023.


Edson Farias Alves
Pregoeiro


Carlos Alberto Soares de Azevedo Junior
Secretário de Gestão Pública e Compras Governamentais



Julianna Lima <secretaria@joaoemilio.com.br>

Re: Pedido de Esclarecimento - Pregão N°01/2023 25° B LOG

1 mensagem

SALC 25 B LOG ES <salc25bloges@gmail.com>

3 de julho de 2023 às 15:47

Para: Julianna Lima <secretaria@joaoemilio.com.br>

Boa tarde informo sobre alteração do edital conforme pleito solicitado.
Atenciosamente, SALC 25° BLog(Es.)

Em qua., 28 de jun. de 2023 às 17:00, Julianna Lima <secretaria@joaoemilio.com.br> escreveu:

Prezada CPL,
Boa tarde.

Agradecemos pelo retorno.

Ocorre que, o edital dispõe que as certidões serão referente ao domicílio ou sede do Licitante, e em contrapartida, há rotineiramente Leiloeiros de outros Estados que participam de Licitações no Estado do Rio de Janeiro, por terem matrícula na JUCERJA, com permissão da IN ,°52/2022, porém, não necessariamente podem ou devem estar domiciliados no Estado do Rio de Janeiro; com isso, tendo o edital a seguinte redação: "*domicílio ou sede do licitante*", dá a possibilidade de serem entregues e aceitas, certidões de regularidade fiscal de outro estado, até mesmo porque, no edital também não há previsão de que as certidões devem ser referente ao Estado/Município do órgão requisitante.

Ainda, o mesmo subitem 9.8.5, dispõe que:

"podendo tais documentos serem apresentados atualizados no momento da contratação, desde que o licitante comprove que não conseguiu emití-lo em razão da situação atual de calamidade pública. Neste caso, o licitante deverá apresentar as últimas certidões de regularidade com as Fazendas Municipal e Estadual, juntamente com uma declaração certificando que irá atualizar as certidões para o momento da contratação."

Com o devido respeito, mas ponderamos que não se aplica mais a utilização das normas que eram aplicadas em conjunto com o Decreto de Calamidade Pública, visto que o País não se encontra mais em calamidade pública, desde Maio de 2023 por revogação do Decreto que o instruiu.

Face ao exposto, para que se tenha segurança jurídica no certame, evitando até mesmo, futuros Recursos pelo motivo de não ter certo requisito no edital, viemos apresentar IMPUGNAÇÃO e requerer que o edital seja modificado no item 9.8.5, para que seja retirado a possibilidade de entrega de certidões somente na contratação e que seja exigido o comprovante de inscrição no CAD ICMS da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro e suas certidões de regularidade fiscal, que são conjuntas (Negativa de ICMS e Dívida ativa Estadual), para o fim de comprovar a devida regularidade, em razão da Resolução do SEFAZ 994 de 31 de março de 2016.

Atenciosamente,



Em seg., 26 de jun. de 2023 às 17:44, SALC 25 B LOG ES <salc25bloges@gmail.com> escreveu:

Boa tarde! De acordo com o item 9.3 do edital é possível solicitar documentos complementares para confirmação dos documentos já exigidos no edital, não havendo necessidade de alteração conforme o pleito e por ser uma especificidade do Rio de Janeiro, o leiloeiro que não estiver de acordo com o exigido será

desclassificado.

Em seg, 26 de jun de 2023 16:30, Julianna Lima <secretaria@joaoemilio.com.br> escreveu:

Prezado Pregoeiro,

Venho por meio deste, em nome do Leiloeiro interessado, Sr. João Emilio de Oliveira Filho, Matrícula JUCERJA N°45, requerer pedido de esclarecimento, quanto às considerações abaixo:

Considerando a resolução N°954/2016 da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, que indica a obrigatoriedade de inscrição no CAD ICMS para Leiloeiros e considerando o item 9.8.5 do edital (Regularidade com a Fazenda Municipal e Estadual); Considerando o item 4.1.2, que dispõe sobre Leiloeiros serem matriculados na JUCERJA, **viemos questionar o entendimento desta Comissão, sobre qual documentação suprirá o item 9.8.5, pois a simples apresentação da Certidão negativa de débitos fiscais, ainda que o Leiloeiro não tenha inscrição, será entregue como "negativa", sendo necessário a entrega do Comprovante de Inscrição no CAD ICMS e devendo este requisito constar no edital.**

Inscrição Estadual e cadastro ativo (CAD- ICMS da Fazenda Estadual) antes do início das suas atividades, conforme prevê a **Resolução do SEFAZ 994 de 31 de março de 2016:**

“Art. 9.º

Estão obrigadas à inscrição no CAD-ICMS, antes do início de suas atividades, as seguintes pessoas físicas que exerçam, com a finalidade de comercialização:

II.- atividade de leiloeiro público.”

Agradecemos e aguardamos retorno.

Atenciosamente,



Julianna Lima

☎ 21 3400-6370

✉ secretaria2@joaoemilio.com.br

🌐 www.joaoemilio.com.br

**Ofício nº 01/2023 Ref: Contratação de Leiloeiro Público Oficial**

Sindicato dos Leiloeiros do Rio de Janeiro <sindicato@sindicatodosleiloeirosrj.com.br>

Para: admjuridica <adm.juridica@barramansa.rj.gov.br>

Cc: coordenadoriacompras <coordenadoria.compras@gmail.com>, edital <edital@barramansa.rj.gov.br>

11 de abril de 2023 às 16:11

**À COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA MANSA/RJ**

Ofício nº 01/2023

Ref: Contratação de Leiloeiro Público Oficial

SINDICATO DOS LEILOEIROS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.241.771/0001-02, com sede na Av. Erasmo Braga, nº 227, grupo 1008, Centro - Rio de Janeiro/RJ, representado pelo seu Presidente, Sr. Luiz Tenório de Paula e por seu Vice-Presidente, Sr. Rodrigo Lopes Portella vem, à presença de V.Sa., expor para ao final requerer o que segue:

1- Foi publicado pelo Município de Barra Mansa edital de credenciamento para contratação de Leiloeiro Público Oficial.

2- Cumpre destacar de antemão que inexistente no ordenamento jurídico pátrio lei específica que trate sobre o procedimento de credenciamento. A figura do credenciamento é, em verdade, um mecanismo, para se efetivar uma contratação por inexigibilidade de licitação, onde o Poder Público não seleciona apenas um participante, mas sim, pré-qualifica todos os interessados que preenchem os requisitos previamente determinados no ato convocatório.

3- A profissão de Leiloeiro Público Oficial é exercida mediante matrícula concedida pelas Juntas Comerciais dos Estados da Federação, cada Estado da Federação possui suas normas e diretrizes para atuação do Leiloeiro Público.

4- No Estado do Rio de Janeiro, além de cumprir com as exigências impostas pela Junta Comercial para concessão da matrícula, o Leiloeiro Público, após a concessão da matrícula, e, antes do início de suas atividades, deverá se inscrever no CAD-ICMS.

5- O Cadastro de Contribuintes do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (CAD-ICMS) tem por finalidade registrar as informações cadastrais de interesse da administração tributária de todas as pessoas físicas e

caracterize intuito comercial, operações de circulação de mercadoria ou prestação de serviços descritas como fato gerador do ICMS, ou a elas equiparadas.



6- No art. 9º do Anexo I da Parte II da Resolução SEFAZ nº 720/2014, e na Portaria SUCIEF nº 3/2015[1], prevê a obrigatoriedade do Leiloeiro Público Oficial ter inscrição no CAD-ICMS antes do início de suas atividades, vejamos:

Art. 9º Estão obrigadas à inscrição no CAD-ICMS, antes do início de suas atividades, as seguintes pessoas físicas que exerçam, com a finalidade de comercialização:

I - atividade primária, assim considerada:

a) a agricultura;

b) a pecuária;

c) a extração e a exploração vegetal e animal;

d) a exploração de atividades zootécnicas, tais como apicultura, avicultura, cunicultura, suinocultura, sericicultura, piscicultura e outras culturas de pequenos animais;

e) a captura de pescado in natura, desde que a exploração se faça com apetrechos semelhantes aos da pesca artesanal (arrastões de praia, rede de cerca etc.), inclusive a exploração em regime de parceria;

II - atividade de leiloeiro público.

7- Na prática, ao realizar um leilão, o Leiloeiro Público Oficial deverá recolher o valor do ICMS incidente sobre cada lote arrematado, atuando, nestes casos, como substituto tributário. Apenas os Leiloeiros Públicos devidamente inscritos no CAD-ICMS conseguem realizar o pagamento do referido tributo, desta forma, a Secretaria de Fazenda exige que o Leiloeiro faça sua inscrição no CAD-ICMS antes do início de suas atividades.

8- Nesta disposição, cabe trazer à baila os ensinamentos de Marçal Justen Filho[2] sobre o tema:

"O que se demanda é que o particular, no ramo da atividade pertinente ao objeto licitado, encontre-se em situação fiscal regular. Trata-se de evitar contratação de sujeito que descumpra obrigações fiscais relacionadas com o âmbito da atividade a ser executada. Assim o é porque não cabe ao Estado recorrer a particular que não desempenhe regularmente a atividade ou profissão relacionada com o objeto do contrato."

cial, como
tratadas de

10- Face ao exposto, este Sindicato vem respeitosamente requerer a V.Exa. que

11- Desde já, nos colocamos à disposição de V.Sa. para fins de esclarecimentos.

12- Oportunidade em que, apresentamos nossos mais elevados protestos de estima e consideração.

Rio de Janeiro, 05 de abril de 2023

SINDICATO DOS LEILOEIROS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

LUIZ TENÓRIO DE PAULA

Presidente

RODRIGO LOPES PORTELLA

Vice-Presidente



p. 1.: (21) 2533-8131 / (21) 99515-5418

Av. Erasmo Braga, nº 227, Sala 1008 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20020-000.

Site: www.sindicatodosleiloeirosrj.com.br E-mail: sindicato@sindicatodosleiloeirosrj.com.br

[1] http://www.fapenda.rj.gov.br/sefaz/faces/cracle/webcenter/portalapp/pagas/navigation-renderer.jspx?_afidLog=8079102061418098&dataResource=QUNServer4232DvCvNar413AA0C2033868j_adf.ctrl-state=3a947c2ej_67#cap_II_sec_II

[2] (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 14. ed. São Paulo: Dialética, 2010. p. 418 - grifos nossos)



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Barra Mansa
Procuradoria Geral do Município

DESPACHO

Data: 14/04/23

Proc: 1904/2023

Trata-se de análise quanto a impugnação ao Edital de Credenciamento de Leiloeiros 003/2023, apresentado pelo Sindicato dos Leiloeiros do Rio de Janeiro (fls. 57/59) e impugnação apresentada pelo Sr. Eduardo Schmitz em fls. 61/66.

A impugnação apresentada pelo Sindicato dos Leiloeiros do Rio de Janeiro requer que seja incluída no edital a exigência de inscrição dos profissionais no CAD-ICMS da Fazenda Estadual. Verifica-se que a Resolução SEFAZ nº 994 de 31 de março de 2016, no artigo 9º, II, determina a obrigatoriedade de inscrição para Pessoa Físicas que exerçam atividade de leiloeiro público, visto que a Lei Estadual 2657 de 26 de dezembro de 1996, artigo 18, I, elenca o Leiloeiro como responsável pelo pagamento do ICMS devido sobre a saída de mercadoria decorrente de arrematação em leilão, quando o imposto não for pago pelo arrematante. Assim, entendo que o edital deve ser alterado, passando a incluir esse requisito dos leiloeiros registrados no Estado do Rio de Janeiro.

A impugnação apresentada pelo Sr. Eduardo Schmitz requer que o edital seja retificado, para que sejam realizados apenas leilões na modalidade eletrônica. Entendo que, apesar das alegações apresentadas, a determinação da modalidade do leilão (presencial ou eletrônico) não é exigência legal, devendo ser submetida ao critério de conveniência e oportunidade e conveniência da administração. Assim, a impugnação deve ser submetida ao órgão da SMA responsável pelo certame para se manifestar quando ao solicitado.


Helio R. S. Francisco
Procurador
OAB/RJ 163.628
Mat. 16160



Julianna Lima <secretaria@joaoemilio.com.br>

Re: Impugnação ao Edital Pregão Eletrônico N°61/2023

1 mensagem

SEÇÃO DE PREGÕES UFRRJ <pregao_dmsa@ufrj.br>
Para: Julianna Lima <secretaria@joaoemilio.com.br>

26 de maio de 2023 às 13:54

Boa tarde!

Prezada,

Informo que o setor de editais acatou o seu pedido e comunica que haverá ajustes no edital. Favor acompanhar nova publicação em breve.

Em qui., 25 de mai. de 2023 às 16:22, Julianna Lima <secretaria@joaoemilio.com.br> escreveu:

Prezados,
Boa tarde.

Venho por meio deste, em nome do Leiloeiro João Emilio de Oliveira Filho, Leiloeiro Público Oficial, licitante interessado a participar do Pregão Eletrônico N°61/2023 que visa a contratação de Leiloeiros, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, que segue anexo.

Agradecemos a confirmação de recebimento.
Obrigada.

Atenciosamente,



--

Cordialmente,

Grupo de trabalho da Seção de Pregão Eletrônico
Departamento de Material e Serviços Auxiliares - PROAF/ UFRRJ
Sala 21 do Prédio principal (P1), [Rodovia BR 465 - Km 07, Seropédica/ RJ](#), CEP: 23.897-000, Telefones: (021) 2682-1241/ 2681-4752

DMSA

Resposta ao pedido de ESCLARECIMENTO da empresa João Emílio Leiloeiro, A/C Julianna Lima.

Edital de Licitação nº 64/2023

Processo Administrativo nº 23083.051785/2022-25

DATA DA SESSÃO: 21/06/2023

HORÁRIO: 10h00min

Questionamento :

Verificamos que o Edital de Pregão Eletrônico N°64/2023 foi republicado em 06/06/2023, porém, contrário da informação que tivemos no email anterior, o edital não está retificado quanto a necessidade de ser apresentada a regularidade fiscal estadual.

Ainda que a decisão tenha sido contrária, não recebemos a decisão fundamentada das impugnações, o que oportunamente solicitamos.

Resposta

Em atendimento aos questionamentos formulados pelo (a) licitante, referente ao antigo pregão 61/2023 (Contratação de Leiloeiro) e atual 64/2023, seguem abaixo as devidas elucidações:

De acordo com o previsto no Art.9º do Anexo I da parte II da Resolução do SEFAZ N°994 de 31 de março de 2016:, para atuar como leiloeiro no Rio de Janeiro, é necessário o CAD ICMS. Face ao exposto, o termo de referência do edital, mais precisamente nos itens 5.25 (requisito de contratação) e 12.1 (obrigações da contratada), exigem como obrigação da empresa que venha a ser contratada a apresentar tal documento.

Agradecemos o feedback construtivo acerca das suas considerações após sua leitura do edital. Sua colaboração é muito importante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo nº 110/2023-PMA
Edital nº 058/3023
Assunto: Impugnação de Edital

DESPACHO

Trata-se de procedimento administrativo que tem por finalidade o CHAMAMENTO PÚBLICO, com vistas ao credenciamento de Leiloeiros Oficiais, para a realização e leilões de bens patrimoniais, do Município de Aperibé, materializado pelo processo nº 110/2023.


Conforme previsto no item 2.1, a documentação para habilitação ao credenciamento estava prevista para o dia 14.06.2023, sendo estendida pelo período de 12 (doze) meses.

Verifica-se do documento anexo, que o senhor João Emilio de Oliveira Filho, argumentando, em tese, a necessidade de inscrição do leiloeiro no CAD – ICMS, da Fazenda Estadual, conforme previsto no art. 9º do anexo I da parte II da Resolução SEFAZ nº 994, de 31.03.2016, solicitando, inclusive, a adequação do Edital às regras previstas nesta resolução.

Cumpre-me informar que, de acordo com a consulta realizada setor de licitações do Município e respondida pela Coordenadoria de Consultas Jurídico-Tributárias da SEFAZ, há necessidade de inscrição do leiloeiro no cadastro de contribuintes do ICMS (CAD-ICMS).

Diante do exposto, opino pelo deferimento do pedido de impugnação do Edital nº 058/2023, com as devidas alterações, opinando, ainda, pela comunicação a todos que apresentaram documentação de habilitação para o credenciamento.

Aperibé, 24 de agosto de 2023.


Virley Gonçalves Figueira
Secretário Municipal de Administração

Virley Gonçalves Figueira
Secretário Municipal de Administração
Matrícula 5158

**Fwd: Fale Conosco - Resposta da Solicitação de Orientação por Email
20230822.01.1.036**

1 mensagem

Marcos Paulo <marcospaulo015@hotmail.com>
Para: licitacaoaperibe@gmail.com

23 de agosto de 2023 às 13:12

Enviado de myMail para iOS

----- Mensagem encaminhada -----

De: SEFAZ-RJ <nao-responder@fazenda.rj.gov.br>

Para: marcospaulo015@hotmail.com

Data: quarta-feira, 23 de agosto de 2023 12:30 -03:00

Assunto: Fale Conosco - Resposta da Solicitação de Orientação por Email 20230822.01.1.036

Prezado(a) Sr(a) *Marcos Paulo Dos Santos Montozo,*

Segue resposta ao questionamento enviado à área *Tributária*, setor *Legislação*, em *22/08/2023 às 16:04*, protocolo *20230822.01.1.036*, sobre o assunto *Livro Fiscal*:

Pergunta:

O art. 9º da RESOLUÇÃO SEFAZ Nº 994 DE 31 DE MARÇO DE 2016, traz como obrigatoriedade a inscrição no cadastro de contribuinte "o leiloeiro". Se aplica para leiloeiro que realize leilão para venda bens inservíveis de órgão público não contribuinte de ICMS? Ou nesse caso está dispensado?

Resposta:

A pessoa física que exerça atividade de leiloeiro público está obrigada à inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS (CAD-ICMS), conforme inciso II do artigo 9º do Anexo I da Parte II da Resolução SEFAZ nº 720/14. Para informações e pedido de inscrição no CAD-ICMS, na página da SEFAZ-RJ, selecione as opções "Acesso Rápido > Cadastro - Inscrição Estadual". As operações realizadas mediante leilão estão disciplinadas no Livro XIV do RICMS-RJ/00.

Ressaltamos que a informação prestada acima não possui os efeitos próprios do instituto denominado CONSULTA, definido pelos artigos 150 a 165 do Regulamento do Processo Administrativo Tributário, Decreto Estadual nº 2.473 de 06 de março de 1979.

Atenciosamente,

FALE CONOSCO/SUT

**Coordenadoria de Consultas Jurídico-Tributárias
Superintendência de Tributação**



PMMP Licitação <licitacao.pmmp@gmail.com>

Pedido de esclarecimento - Credenciamento N°001/2024 Prefeitura Municipal de Miguel Pereira

1 mensagem

Julianna Lima <juliannalima.adv@gmail.com>

15 de abril de 2024 às 16:33

Para: licitacao.pmmp@gmail.com

Cc: Antonio Bonavita <preposto@joaoemilio.com.br>, Andrey Nascimento <administrativo@joaoemilio.com.br>

Prezados,
Boa tarde.

N.º PROCESSO	
1163/24	
DATA	FOLHA
16/04/24	128
RUBRICA	
AD	

Represento o Sr. João Emilio de Oliveira Filho, matriculado na JUCERJA sob n°45, interessado no CHAMAMENTO PÚBLICO – CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO PÚBLICO 001/2024.

Para tanto, viemos por meio deste, requerer esclarecimentos acerca de um ponto no edital supracitado.

O item abaixo, requer que seja apresentado os seguintes documentos, para habilitação do leiloeiro:

"9.2.3 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual;"

Sendo certo que o edital prevê que poderão participar do certame, leiloeiros matriculados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA (subitem 5.1) Nos surge o alerta de que para se fazer prova da regularidade fiscal no Estado do Rio de Janeiro, é **obrigatório que o Leiloeiro esteja inscrito no CAD-ICMS** da Secretaria de Fazenda Estadual, conforme previsto no Art.9º do Anexo I da parte II da Resolução do SEFAZ N°994 de 31 de março de 2016:

"Art. 9º Estão obrigadas à inscrição no CAD-ICMS, antes do início de suas atividades, as seguintes pessoas físicas que exerçam, com a finalidade de comercialização:

II.- atividade de leiloeiro público."

Conforme se lê e interpreta no dispositivo, a inscrição no CAD-ICMS é uma obrigação. Nos convém mencionar, que não possuir inscrição no ICMS, impossibilita o leiloeiro de emitir Nota Fiscal da venda, pois na prática, ao realizar um leilão, o Leiloeiro deverá recolher o valor do ICMS incidente sobre cada lote arrematado, desta maneira, apenas leiloeiros devidamente inscritos no CAD-ICMS conseguem realizar o pagamento do referido tributo.

Este pedido de esclarecimento, tem o condão de informar que há leiloeiros que são de outros Estados, mas que possuem matrícula na JUCERJA, que nos certames, não apresentam as certidões corretas de regularidade estadual referente ao Rio de Janeiro, apresentam apenas as de seu estado de domicílio, ainda que haja uma norma, de conhecimento geral, a qual dispõe que para atuar no estado do Rio de Janeiro, o leiloeiro deve se inscrever no CAD-ICMS.

Para a devida comprovação de regularidade fiscal, a Secretaria de Fazenda emite o documento "Comprovante de Inscrição Estadual" o qual atesta que o contribuinte está devidamente inscrito no CAD-ICMS, e as Certidões de regularidade fiscal Estadual, são compostas da seguinte forma:

- Secretaria de Fazenda Estadual (Certidão de regularidade com o ICMS) e;
- Procuradoria do Estado do RJ (Certidão de regularidade da Dívida Ativa do Estado). Que a propósito, devem ser apresentadas de forma conjunta, conforme disposto na **Resolução**

Conjunta PGE/SER n° 33/2004, sendo estes os documentos hábeis a comprovar a regularidade fiscal no estado do Rio de Janeiro.

Cabe ressaltar, que diversos órgãos públicos vêm adaptando os seus Editais para que estejam em conformidade com o que a norma estadual dispõe no que tange a profissão de Leiloeiro. Para demonstrar, juntamos anexo a esta petição, decisões de administrações públicas, acerca deste tema.

Diante do exposto, tendo em vista que o edital está solicitando a regularidade estadual, ou seja, está fazendo o pedido correto, não necessitando assim de alteração, solicitamos portanto, esclarecimentos acerca do posicionamento desta Ilustre Comissão de Licitação, quanto ao entendimento que será aplicado ao analisar a regularidade estadual de leiloeiros que não apresentarem as certidão de inscrição no CAD ICMS e as certidões negativas ou positiva com efeito de negativa, do ICMS e da Dívida Ativa estadual do Rio de Janeiro.

Desde já, agradecemos e aguardamos retorno.

Atenciosamente,



N.º PROCESSO	1163/24	
DATA	16/04/24	FOLHA 129
RUBRICA	AD	

 **DECISÕES ANTERIORES - ICMS.pdf**
4354K



PROCESSO Nº 1163/2024

DATA: 16/04/2024 FLS. 130

RUBRICA 

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL PEREIRA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

À Procuradoria do Município.

Segue em anexo, nas páginas 128 e 129 do presente processo, e-mail de solicitação de esclarecimento quanto a obrigação do Leiloeiro ser inscrito no CAD-ICMS da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, pois o serviço será prestado neste Estado.

Solicitamos análise jurídica e após encaminhar para Secretaria de Administração para análise, parecer e ratificação da decisão.

Miguel Pereira, 16 de abril de 2024.



Setor de Licitações e Contratos

Gustavo Nogueira de Paula

Mat. 05/3449



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Miguel Pereira
Procuradoria do Município

Processo nº 1163/2024

À SMARH

Autos retornam à Procuradoria para análise do pedido de esclarecimento de fls. 128/129, considerando o disposto no Item 9.2.3 do Edital Convocatório, indagando acerca do entendimento que será aplicado ao analisar a regularidade estadual dos leiloeiros no tocante a apresentação da certidão de inscrição no CAD-ICMS

A questão suscitada fundamenta-se nos critérios que nortearão a análise do integral cumprimento do contido no Item 9.2.3 do Edital (Prova de regularidade com a Fazenda Estadual).

Note-se que a previsão contida no item indicado, salvo melhor juízo, não se limita apenas à eventual existência de débito com a Fazenda Estadual, possuindo sentido mais amplo, devendo o participante apresentar prova de que não possui restrições fiscais, bem como de está em conformidade com as leis e normas editadas pela Secretaria de Estado de Fazenda.

Nesta esteira, e considerando que há norma expressa da SEFAZ RJ que fixa a obrigatoriedade de inscrição do Leiloeiro Público no CAD-ICMS para o exercício da profissão no Estado do Rio de Janeiro, entendo que a ausência da referida comprovação de inscrição deverá conduzir a conclusão de não atendimento do Edital, posto que não pode o Município inobservar o que determina a normativa estadual, pois muito embora os Profissionais devam se submeter aos ditames das Juntas Comerciais, tal fato não os exime de cumprir as demais leis e normativas Estaduais.

Sandro de Andrade
Procurador Adjunto
OAB/RJ 110770
Matr.: 06/3473



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Miguel Pereira
Procuradoria do Município

Ante ao exposto, entende esta Procuradoria que a não apresentação do documento apontado, importará na inabilitação do Licitante.

É a opinião.

Miguel Pereira, 17 de abril de 2024.

Sandro de Andrade
Procurador Adjunto
OAB/RJ 110770
Matr.: 05/3473

De a cerca

Rafael

[Signature]

**Esclarecimento 02/01/2024 20:40:08**

Com fulcro no item 21 do Edital de Pregão Eletrônico N°90003/CELOG/2024, este leiloeiro requer seja esclarecido o posicionamento dessa ilustre comissão acerca das dúvidas adiante suscitadas: O subitem 4.,1 do edital, dispõe que poderão participar da presente licitação, profissionais cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto e/ou que sejam Empresários Individuais matriculados e em situação regular em Junta Comercial Estadual, por força da IN DREI nº52/2022. Portanto, é lícita a participação de leiloeiros enquadrados como Empresário Individual, porém, insta salientar, que em outros certames com objeto semelhante tal enquadramento vem permitindo que alguns leiloeiros cadastrem suas propostas no sistema Compras Net com a declaração de serem microempresa ou empresa de pequeno porte, a fim de se beneficiarem do tratamento diferenciado dispensado pela Lei Complementar n. 123/06. O diploma referenciado, em seus artigos 44 e 45, prevê como critério de desempate em licitações, a preferência na contratação de empresas mercantis que estejam enquadradas como ME/EPP. Deste modo, durante o certame, quando há leiloeiros que participam debaixo desta declaração, uma vez que é costumeiro o empate de propostas nas licitações de leiloeiros, e o sistema aplica, automaticamente, o critério dirimente do microempresário, beneficiando os que assim se declararam. Todavia, trata-se, na verdade, de manobra ilegal e eivada de má-fé, na medida em que o Estatuto da Microempresa (lei n. 9.841/99) contempla entes empresariais (pessoas jurídicas e firmas mercantis individuais), que praticam o comércio, portanto, ação que é expressamente vedada ao leiloeiro no art. 36, 'a', 1º, do Decreto n. 21.981/32. Sendo assim, inobstante a possibilidade de obter inscrição de CNPJ sob enquadramento de empresário individual, como autorizado pela Instrução Normativa DREI n. 52/2022, medida que teve o escopo tão-só de facilitar a operação financeira do leiloeiro, haja vista as consabidas limitações existentes para quem opera somente com o CPF, em momento algum o referido ato normativo alterou ou se sobrepôs às disposições do Decreto n. 21.981/32, que tem natureza de lei ordinária. Em síntese: leiloeiro público pode operar como empresário individual, mas não pode ser microempresário individual, uma vez que a lei n. 9.841/99 ampara a firma individual mercantil, praticante do comércio, portanto, o que, como se viu é proibido aos leiloeiros, sob pena de aplicação de pena de destituição da função. Além disso, é de conhecimento geral, que o Estatuto da Microempresa foi instituído com o propósito de garantir isonomia entre empresários grandes e pequenos, não se aplicando em licitações em que concorrem apenas pessoas físicas, como é o caso do presente certame. Ressalta-se, mais uma vez, que o CNPJ do leiloeiro tem natureza jurídica de mero tratamento tributário, não conferindo personalidade jurídica. Este é entendimento da Receita Federal do Brasil como se infere da consulta COSIT nº44: Assunto: Obrigações Acessórias LEILOEIRO. PESSOA FÍSICA. Ainda que se registre como empresário individual, o leiloeiro não é assim considerado para fins de equiparação a pessoa jurídica. Consequentemente, seu rendimento deve ser tributado na pessoa física e ele não está submetido às obrigações acessórias das pessoas jurídicas, como apresentação de DCTF, ECF e EFD-Contribuições. É falsa, portanto, a declaração feita por leiloeiro de que é beneficiário de tratamento diferenciado. Nesse sentido a jurisprudência do E. Tribunal de Contas da União, consolidando o entendimento de que tal atitude constitui fraude à licitação, por ser declaração indevida de ME/EPP para obtenção tratamento diferenciado no certame: ACÓRDÃO Acórdão 2101/2011-Plenário TCU ENUNCIADO "Para fins de configuração de ilicitude, basta a utilização indevida do benefício de desempate previsto no art. 44 da Lei Complementar 123/2006, destinado à empresa de pequeno porte ou microempresa, não sendo necessária a efetiva contratação para que seja declarada a inidoneidade da empresa." ACÓRDÃO Acórdão 2858/2013-Plenário TCU ENUNCIADO "A prestação de declaração falsa para usufruto indevido do tratamento diferenciado estabelecido pela Lei Complementar 123/2006 caracteriza fraude à licitação e burla ao princípio constitucional da isonomia e à finalidade pública almejada pela lei e pela Constituição (fomento ao desenvolvimento econômico das micro e pequenas empresas)." ACÓRDÃO Acórdão 745/2014-Plenário TCU ENUNCIADO "A prestação de declaração falsa em licitação, com o fim de obter indevidamente benefícios previstos pela Lei Complementar 123/2006, constitui ilícito de caráter formal em que não se exige a ocorrência de resultado para a aplicação da pena de inidoneidade para participar de licitação na Administração Pública Federal." ACÓRDÃO Acórdão 1702/2017-Plenário TCU ENUNCIADO "A mera participação de licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, amparada por declaração com conteúdo falso, configura fraude à licitação e enseja a aplicação das penalidades da lei, não sendo necessário, para a configuração do ilícito, que a autora da fraude obtenha a vantagem esperada." Anexo a esta petição, juntamos decisões, impugnações e recursos de outras licitações, neste mesmo sentido. Diante do exposto, requer seja esclarecido se é possível: 1. Na presente licitação que os concorrentes se valham do tratamento diferenciado instituído pelos artigos 44 e 45, da LC n. 123/06, declarando-se microempresários; 2. Que essa Comissão iniba expressamente a atitude descrita, uma vez que manifestamente ilegal, sob pena de imediata exclusão do leiloeiro que lançar mão do ardil; 3. A desabilitação, no sistema Compras Net, da opção de declaração de ser o participante ME/EPP.

Fechar



Resposta 02/01/2024 20:40:08

Inicialmente, cumpre destacar que as atividades de leiloeiro, de acordo com a legislação em vigor, devem ser executadas de forma pessoal, conforme se verifica no Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, que regula a profissão de leiloeiro ao território da República, assim como na Instrução Normativa (IN) DREI/ME nº 52, de 29 de julho de 2022, que dispõe sobre o exercício das profissões de administrador de armazéns gerais, trapicheiro, leiloeiro oficial e tradutor e intérprete público. Os mencionados normativos assim preceituam: Art. 19. Compete aos leiloeiros, pessoal e privativamente, a venda em hasta pública ou público pregão, dentro de suas próprias casas ou fora delas, inclusive por meio da rede mundial de computadores, de tudo que, por autorização de seus donos por alvará judicial, forem encarregados, tais como imóveis, móveis, mercadorias, utensílios, semoventes e mais efeitos, e a de bens móveis e imóveis pertencentes às massas falidas, liquidações judiciais, penhores de qualquer natureza, inclusive de joias e warrants de armazéns gerais, e o mais que a lei mande, com fé de oficiais públicos. (Decreto nº 21.981/1932) Art. 57. É pessoal o exercício das funções de leiloeiro em pregões e hastas públicas, não podendo exercê-las por intermédio de pessoa jurídica e nem delegá-las, senão por moléstia ou impedimento ocasional em seu preposto, cabendo ao leiloeiro comunicar o fato à Junta Comercial. Art. 58. É facultado ao leiloeiro registrar-se como empresário individual, em uma das Juntas Comerciais onde estiver matriculado, com possibilidade de abertura de filiais nas demais em que estiver matriculado. (IN DREI/ME nº 52/2022) Nessa senda, o edital do presente procedimento licitatório admitiu a participação de interessados pessoas físicas e/ou empresários individuais, senão vejamos: 4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO 4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018, e/ou empresários individuais, ou seja, leiloeiro matriculado e com situação regular em Junta Comercial Estadual, conforme dispõe a Instrução Normativa DREI 52/2022. 4.1.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema. 4.2. Este certame destina-se exclusivamente à participação de pessoas físicas e/ou empresários individuais, ou seja, leiloeiro matriculado e com situação regular em Junta Comercial Estadual que atenderem aos seguintes requisitos: 4.2.1 possuir cadastro ativo, e sem restrição de atividade, de Leiloeiro Oficial, na Junta Comercial do Estadual, de acordo com as disposições contidas no Decreto nº 21.981/1932, e na Instrução Normativa DREI nº 52, de 2022; e 4.2.2 possuir os requisitos de habilitação exigidos neste edital. (Edital do pregão eletrônico nº 90003/2024 – UASG 120071) Da leitura dos dispositivos retromencionados, verifica-se que as atividades de leiloeiro devem ser exercidas de forma pessoal, sendo facultado aos leiloeiros o registro como empresário individual, o que, ressalte-se, não os equipara a pessoas jurídicas, não lhes sendo aplicável, a título de exemplificação, a tributação de seus rendimentos como pessoa jurídica ou o ingresso no regime de tributação diferenciado conhecido como Simples Nacional, instituído no Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal. Tal entendimento é corroborado na Solução de Consulta nº 10.001, de 31 de janeiro de 2023, da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, publicada no Diário Oficial da União nº 23, Seção 1, pág. 32, de 1º de fevereiro de 2023. Ainda que se registre como empresário individual, o leiloeiro não é assim considerado para fins de equiparação a pessoa jurídica. Consequentemente, seu rendimento deve ser tributado na pessoa física e ele não está submetido às obrigações acessórias das pessoas jurídicas, como apresentação de DCTF, ECF e EFD-Contribuições. [...] 4. Como é sabido, a mera inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) não é prova suficiente de que o inscrito seja uma pessoa jurídica, tampouco que tenha personalidade jurídica própria. Cita-se os condomínios que são obrigados a serem inscritos no CNPJ conforme estabelece o inciso II do art. 4º da Instrução Normativa (IN) nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018. 6. O Regulamento aprovado pelo Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, nos artigos 11 e 19 determina que a profissão de leiloeiro deve ser exercida de forma pessoal e, ainda, de acordo com os itens 1 e 2 da alínea “a” do art. 36 do Regulamento, é proibido ao leiloeiro exercer o comércio, direta ou indiretamente, assim como é vedada a constituição de sociedade. 7. Já a Instrução Normativa (IN) DREI nº 72, de 19 de dezembro de 2019, além de disciplinar a matrícula do leiloeiro na Junta Comercial, conforme determinado pelo art. 41, admite, também, seu registro como empresário individual, nos moldes do art. 53 da referida IN. No entanto, o art. 52 ressalva que o exercício da profissão é pessoal, não sendo possível exercer as funções de leiloeiro por meio de pessoa jurídica. Ainda é necessário destacar que de acordo com alínea “b” do inciso I do art. 70, mesmo que o leiloeiro se registre como empresário, não pode exercer o comércio, em seu ou alheio nome. 8. É verdade que de acordo com caput do art. 162, do Regulamento do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (RIR/2018), aprovado pelo art. 1º do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018, as empresas individuais são equiparadas a pessoas jurídicas para fins tributários. Todavia, conforme estabelecido pelo inciso V do § 2º do art. 162, os leiloeiros não são considerados empresários individuais.¹ Por esse motivo, aliás, a atividade de leiloeiro independente é vedada aos optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), conforme at. 8º, § 1º, e Anexo VI da Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018. Em continuação, o presente pedido de esclarecimento trata acerca do critério de desempate a ser utilizado no certame, assim como suscita a hipótese de ser aplicado o tratamento diferenciado previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Dessa forma, é válido ressaltar que o critério de desempate é aquele previsto no instrumento convocatório, notadamente nos itens 7.21 e 7.22 do instrumento convocatório, abaixo transcritos. 7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, ao objeto executado: 7.21.1 por leiloeiros oficiais que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; 7.21.2 por leiloeiros oficiais que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação. 7.22. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados. Logo, não foi previsto qualquer tipo de tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP) neste certame, por não ser aplicável ao objeto da contratação, inclusive no que se refere aos critérios de desempate. Entretanto, por motivos operacionais de utilização do Portal de Compras do Governo Federal (Comprasnet), sistema empregado para divulgação e condução das licitações públicas, não é possível, quando do lançamento do certame, remover a opção de

declaração pelo participante de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, ficando a cargo dos licitantes a respectiva indicação em campo próprio do sistema. ASSIM, OS INTERESSADOS EM PARTICIPAR DO PRESENTE CERTAME RESPONSABILIZAM-SE EXCLUSIVA E FORMALMENTE A ASSINALAR "NÃO" NO CAMPO REFERENTE À "DECLARAÇÃO ME/EPP" NO MOMENTO DO CADASTRO DE SUA PROPOSTA PARA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME, de forma a não ser beneficiado pelo critério de desempate como ME/EPP. Por fim, QUALQUER PARTICIPANTE QUE VENHA A TENTAR USUFRUIR DESTE BENEFÍCIO NESTE CERTAME SERÁ DESCLASSIFICADO(A) SUMARIAMENTE.

Fechar

Mensagens

Visualize aqui as mensagens da Sessão Pública

Pregão Eletrônico Nº 10/2023

Mensagem do Pregoeiro

Sendo assim, essa semana verificaremos com a Diretoria a possibilidade de realização, bem como os meios que podemos realizar a operação e transmissão deste sorteio e passaremos as informações a todos os licitantes.

Enviada em 05/12/2023 às 17:19:19h

Mensagem do Pregoeiro

Ademais, verificamos que nos pregões eletrônicos recentes realizados já pela nova lei e, portanto, por este novo sistema, gerenciados pelo SENADO FEDERAL, ANATEL e IFCE foi realizado este mesmo procedimento do sorteio.

Enviada em 05/12/2023 às 17:17:37h

Mensagem do Pregoeiro

Posto isto, entendemos que o mais justo e razoável, neste caso, seria realizar um sorteio entre as 15 licitantes empatadas com o desconto 100%, sem conceder qualquer tipo de tratamento diferenciado ou preferencial.

Enviada em 05/12/2023 às 17:16:27h

Mensagem do Pregoeiro

Desta maneira, entende esta equipe que não há motivos para beneficiarmos as ME/EPPs nesta contratação, como fez o sistema COMPRAS.GOV neste sorteio. Estaríamos indo contra o princípio da igualdade ou isonomia, concedendo tratamento diferenciado e preferencial às ME/EPPs, num caso em que não faz sentido haver e que não consta no Edital esta prerrogativa.

Enviada em 05/12/2023 às 17:15:15h

Mensagem do Pregoeiro

No entanto, cabe salientar que: 1. As preferências para ME/EPP são costumeiramente estabelecidas em favor das empresas de grande porte, visando equiparação de tratamento, não em relação às pessoas físicas; 2. O edital deste pregão eletrônico explicitamente destinado à participação de pessoas físicas e jurídicas; 3. O Edital deste certame NÃO estabelece quaisquer critérios de desempate ou preferência para ME/EPPs.

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

DECISÃO DO PREGOEIRO: PROCEDE

Trata-se de recursos administrativos interpostos, tempestivamente, pelos Leiloeiros licitantes: SANDRA SEVIDANES, JULIANA VETTORAZZO, JULIANA ARAÚJO, JOÃO EMILIO DE OLIVEIRA FILHO e EDGARD JUNIOR, contra a habilitação do Leiloeiro, referente ao Pregão Eletrônico nº 80/2023, processo nº 25/001.578/2022, tudo na forma do disposto no item 14 do Edital. A referida licitação tem como objeto a contratação de LEILOEIRO(A) PÚBLICO OFICIAL, para administrar e operacionalizar leilões de veículos recolhidos, os quais encontram-se depositados nos pátios da SEOP.

Após a análise das razões de recursos apresentados, relato um breve histórico no âmbito do Pregão Eletrônico supramencionado, em face das decisões proferidas na Sessão Pública do referido certame que declarou vencedor o Leiloeiro HÉLCIO KORNBERG que, em decorrência do êxito na disputa, que se deu em um primeiro momento, por sorteio automático no Sistema Comprasnet, com amparo ao Art. 60 da Lei nº 14.133/2021. Contudo, permaneceu empatado com o Leiloeiro Gustavo Moretto, tendo sido o desempate efetivado com amparo ao Art. 60, II, da Lei nº 14.133/2021.

Registro que o Leiloeiro HÉLCIO KORNBERG se classificou em primeiro lugar, apresentando proposta com 100% (cem por cento) de desconto (Assim como os outros 8(oito) primeiros colocados). Informo que o valor inicial estimado para contratação, seria de um percentual de taxa de administração de até 5% (cinco por cento), em atendimento ao previsto nos itens 1 e 4 do Termo de Referência, em conformidade ao art. 75, DREI nº72/2019.

Encerrada a fase de habilitação, foi aberto o prazo para apresentação de intenção de recurso, observado o disposto nos Arts. 165 e 168 da Lei Federal nº 14.133/2021, ficando, assim, registradas as intenções de recurso das citadas licitantes.

Por questão de praticidade e clareza responderei cada um dos recursos, separadamente, visando maior transparência no julgamento.

ANÁLISE DA PREGOEIRA DAS RAZÕES RECURSAIS

Em resposta ao recurso, cabe esclarecer que em busca da lisura e transparência da licitação o mesmo será julgado, atendendo aos ditames da Lei nº 14.133/2021.

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, evitando-se contratações com sobrepeso ou preços inexequíveis ou superfaturados na execução dos contratos e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, sendo processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

Assim, no que tange à argumentação da licitante SANDRA SEVIDANES, registro que o entendimento da recorrente, cabe provimento, pois o edital foi específico para contratação de pessoa física, atendendo previsão própria para o objeto licitado, ou seja, contratação de Leiloeiro.

Como postura e coerência à Lei 14.133/2021, Art. 11º, II, que tem como objetivo assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, cabe registrar que a Recorrida foi favorecida ao declarar no Sistema Comprasnet cumprir os requisitos estabelecidos no Art.3º da Lei 123/2006.

Diante do exposto, onde o Pregoeiro não pode perder de vista a estrita observância aos princípios inerentes aos procedimentos licitatórios previstos no Capítulo II - Dos Princípios da Lei nº 14.133/2021, principalmente, o da legalidade (insculpido também no art. 37 da Constituição Federal), isonomia e o da vinculação ao instrumento convocatório, resta comprovada que a empresa Recorrida, afastada má fé, não respeitou o ato convocatório, que não previa documentos habilitatórios para Empresa ME/EPP. Registro que a Recorrida, apresentou os documentos habilitatórios como Pessoa Física e se cadastrou como ME/EPP, misturando documentos habilitatórios entre Pessoa Física e Pessoa Jurídica, usufruindo dos benefícios pertinentes à ME/EPP, na fase de lances e desempate.

Registro que o Microempreendedor, optante pelo Simples Nacional, pode participar de processos de licitação exclusivos para ME (Microempresa) e EPP (Empresas de Pequeno Porte) ou competir com empresas de grande porte, tendo seus direitos e benefícios respeitados. Alerto que podendo o objeto ser executado por pessoa física e pessoa jurídica, não poderá ser impedida a participação de uma ou de outra. Ao contrário, deverá o edital admitir a participação de ambas, evidenciando que o procedimento destina-se a todos aqueles que atenderem as condições pré-fixadas, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas.

Mesmo que o edital seja omisso nesse sentido ou o entendimento tenha sido equivocado, o ME/EPP não poderia participar da presente licitação, uma vez que não houve condições pré-fixadas, como previsão de documentos habilitatórios a serem apresentados para ME/EPP. É válido ressaltar que o Termo de Referência, item 14.1, descreve as condições na exigência da contratação de Leiloeiro, onde deixa clara a autorização de participação de pessoa física na presente licitação.

Certa da clareza do ato convocatório, registro que não houve nenhum pedido de esclarecimento, tão pouco pedido de impugnação acerca do tema do recurso ora apresentado. Assim, a Administração entende, que cumpriu toda legislação pertinente para permitir apenas a participação de Pessoa Física.

O Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte provém do Princípio da Isonomia. É como nos ringues de luta onde cada lutador compete com outro de mesma categoria visto que seria injusto um peso-pesado lutar com um peso-pena. Desta forma é possível perceber que o Estatuto das MEs e EPPs se trata de justiça e não de privilégio.

Da mesma forma, o Recorrido ao se credenciar com ME/EPP no Sistema Comprasnet, foi injusto com os demais licitantes, que respeitaram as normas editalícias se apresentando como pessoa física e não usufruíram das mesmas condições proporcionadas à ME/EPP.

Princípio da Isonomia

Devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade.
(Aristóteles)

Assim, o resultado tornado público deve ser reformado, retrocedendo minha decisão, sobre a habilitação do licitante HÉLCIO KORNBERG, pelos motivos expostos acima e em nome dos princípios que norteiam a licitação pública e do superior interesse público, pelo DEFERIMENTO do recurso impetrado pela Licitante SANDRA SEVIDANES.

ANÁLISE DA PREGOEIRA DAS RAZÕES RECURSAIS

Em resposta ao recurso, cabe esclarecer que em busca da lisura e transparência da licitação o mesmo será julgado, atendendo aos ditames da Lei nº 14.133/2021.

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, evitando-se contratações com sobrepeso ou preços inexequíveis ou superfaturados na execução dos contratos e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, sendo processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

Assim, no que tange à argumentação da licitante JULIANA VETTORAZZO, registro que o entendimento da recorrente, cabe provimento, pois o edital foi específico para contratação de pessoa física, atendendo previsão própria para o objeto licitado, ou seja, contratação de Leiloeiro.

Como postura e coerência à Lei 14.133/2021, Art. 11º, II, que tem como objetivo assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, cabe registrar que a Recorrida foi favorecida ao declarar no Sistema Comprasnet cumprir os requisitos estabelecidos no Art.3º da Lei 123/2006.

Diante do exposto, onde o Pregoeiro não pode perder de vista a estrita observância aos princípios inerentes aos procedimentos licitatórios previstos no Capítulo II - Dos Princípios da Lei nº 14.133/2021, principalmente, o da legalidade (insculpido também no art. 37 da Constituição Federal), isonomia e o da vinculação ao instrumento convocatório, resta comprovada que a empresa Recorrida, afastada má fé, não respeitou o ato convocatório, que não previa documentos habilitatórios para Empresa ME/EPP. Registro que a Recorrida, apresentou os documentos habilitatórios como Pessoa Física e se cadastrou como ME/EPP, misturando documentos habilitatórios entre Pessoa Física e Pessoa Jurídica, usufruindo dos benefícios pertinentes à ME/EPP, na fase de lances e desempate.

Registro que o Microempreendedor, optante pelo Simples Nacional, pode participar de processos de licitação exclusivos para ME (Microempresa) e EPP (Empresas de Pequeno Porte) ou competir com empresas de grande porte, tendo seus direitos e benefícios respeitados. Alerto que podendo o objeto ser executado por pessoa física e pessoa jurídica, não poderá ser impedida a participação de uma ou de outra. Ao contrário, deverá o edital admitir a participação de ambas, evidenciando que o procedimento destina-se a todos aqueles que atenderem as condições pré-fixadas, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas.

Mesmo que o edital seja omissivo nesse sentido ou o entendimento tenha sido equivocado, o ME/EPP não poderia participar da presente licitação, uma vez que não houve condições pré-fixadas, como previsão de documentos habilitatórios a serem apresentados para ME/EPP. É válido ressaltar que o Termo de Referência, item 14.1, descreve as condições na exigência da contratação de Leiloeiro, onde deixa clara a autorização de participação de pessoa física na presente licitação.

Certa da clareza do ato convocatório, registro que não houve nenhum pedido de esclarecimento, tão pouco pedido de impugnação acerca do tema do recurso ora apresentado. Assim, a Administração entende, que cumpriu toda legislação pertinente para permitir apenas a participação de Pessoa Física.

O Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte provém do Princípio da Isonomia. É como nos ringues de luta onde cada lutador compete com outro de mesma categoria visto que seria injusto um peso-pesado lutar com um peso-pena. Desta forma é possível perceber que o Estatuto das MEs e EPPs se trata de justiça e não de privilégio.

Da mesma forma, o Recorrido ao se credenciar com ME/EPP no Sistema Comprasnet, foi injusto com os demais licitantes, que respeitaram as normas editalícias se apresentando como pessoa física e não usufruíram das mesmas condições proporcionadas à ME/EPP.

Princípio da Isonomia

Devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade.
(Aristóteles)

Assim, o resultado tornado público deve ser reformado, retrocedendo minha decisão, sobre a habilitação do licitante HÉLCIO KORNBERG, pelos motivos expostos acima e em nome dos princípios que norteiam a licitação pública e do superior interesse público, pelo DEFERIMENTO do recurso impetrado pela Licitante JULIANA VETTORAZZO .

ANÁLISE DA PREGOEIRA DAS RAZÕES RECURSAIS

Em resposta ao recurso, cabe esclarecer que em busca da lisura e transparência da licitação o mesmo será julgado, atendendo aos ditames da Lei nº 14.133/2021.

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, evitando-se contratações com sobrepeso ou preços inexequíveis ou superfaturados na execução dos contratos e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, sendo processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

Assim, no que tange à argumentação do licitante JOÃO EMÍLIO DE OLIVEIRA FILHO, registro que o entendimento do recorrente, cabe provimento, parcial, conforme descrevo a seguir:

Quanto o fato do leiloeiro declarado vencedor deixar de atender as condições do edital por supostamente não ser capaz de emitir notas fiscais em razão de não ter cadastro ativo perante a Fazenda Estadual, antes do início das atividades conforme a Res. SEFAZ 994/2016, esclareço que não foi exigido no edital a apresentação do documento mencionado. Assim, não cabe provimento ao solicitado. Esclareço que, de fato, o leiloeiro poderia adotar ações após a contratação para cadastro na Fazenda Estadual.

Quanto a apresentação do alvará de funcionamento do pátio ora em questão encontra-se em favor da empresa "VIP LEILÕES", e por este motivo, embora reconheça que tal fato não é impeditivo, afirma que o alvará deve obrigatoriamente estar em nome do leiloeiro vencedor. De fato, o Termo de Referência em seu item 14.1, não admite as combinações de negócio como fusão, cisão ou incorporação da contratada com pessoa jurídica ou qualquer forma de transferência da execução dos serviços privativos do profissional, mesmo que por outro devidamente matriculado para atividade. Portanto, houve descumprimento ao exigido, cabendo provimento ao recurso.

Diante do exposto, onde o Pregoeiro não pode perder de vista a estrita observância aos princípios inerentes aos procedimentos licitatórios previstos no Capítulo II - Dos Princípios da Lei nº 14.133/2021, principalmente, o da legalidade (insculpido também no art. 37 da Constituição Federal), isonomia e o da vinculação ao instrumento convocatório, resta comprovada que a empresa Recorrida, afastada má fé, não respeitou o ato convocatório.

Assim, o resultado tornado público deve ser reformado, retrocedendo minha decisão, sobre a habilitação do licitante HÉLCIO KORNBERG, pelos motivos expostos acima e em nome dos princípios que norteiam a licitação pública e do superior interesse público, pelo DEFERIMENTO PARCIAL do recurso impetrado pelo Licitante JOÃO EMÍLIO DE OLIVEIRA FILHO.

ANÁLISE DA PREGOEIRA DAS RAZÕES RECURSAIS

Em resposta ao recurso, cabe esclarecer que em busca da lisura e transparência da licitação o mesmo será julgado, atendendo aos ditames da Lei nº 14.133/2021.

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, evitando-se contratações com sobrepeso ou preços inexequíveis ou superfaturados na execução dos contratos e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, sendo processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

Assim, no que tange à argumentação da licitante JULIANA SEVIDANES DE ARAUJO, registro que o entendimento da recorrente, cabe provimento, pois o edital foi específico para contratação de pessoa física, atendendo previsão própria para o objeto licitado, ou seja, contratação de Leiloeiro.

Como postura e coerência à Lei 14.133/2021, Art. 11º, II, que tem como objetivo assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, cabe registrar que a Recorrida foi favorecida ao declarar no Sistema Comprasnet cumprir os requisitos estabelecidos no Art.3º da Lei 123/2006.

Diante do exposto, onde o Pregoeiro não pode perder de vista a estrita observância aos princípios inerentes aos procedimentos licitatórios previstos no Capítulo II - Dos Princípios da Lei nº 14.133/2021, principalmente, o da legalidade (insculpido também no art. 37 da Constituição Federal), isonomia e o da vinculação ao instrumento convocatório, resta comprovada que a empresa Recorrida, afastada má fé, não respeitou o ato convocatório, que não previa documentos habilitatórios para Empresa ME/EPP. Registro que a Recorrida, apresentou os documentos habilitatórios como Pessoa Física e se cadastrou como ME/EPP, misturando documentos habilitatórios entre Pessoa Física e Pessoa Jurídica, usufruindo dos benefícios pertinentes à ME/EPP, na fase de lances e desempate.

Registro que o Microempreendedor, optante pelo Simples Nacional, pode participar de processos de licitação exclusivos para ME (Microempresa) e EPP (Empresas de Pequeno Porte) ou competir com empresas de grande porte, tendo seus direitos e benefícios respeitados. Alerto que podendo o objeto ser executado por pessoa física e

pessoa jurídica, não poderá ser impedida a participação de uma ou de outra. Ao contrário, deverá o edital admitir a participação de ambas, evidenciando que o procedimento destina-se a todos aqueles que atenderem as condições pré-fixadas, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas.

Mesmo que o edital seja omissivo nesse sentido ou o entendimento tenha sido equivocado, o ME/EPP não poderia participar da presente licitação, uma vez que não houve condições pré-fixadas, como previsão de documentos habilitatórios a serem apresentados para ME/EPP. É válido ressaltar que o Termo de Referência, item 14.1, descreve as condições na exigência da contratação de Leiloeiro, onde deixa clara a autorização de participação de pessoa física na presente licitação.

Certa da clareza do ato convocatório, registro que não houve nenhum pedido de esclarecimento, tão pouco pedido de impugnação acerca do tema do recurso ora apresentado. Assim, a Administração entende, que cumpriu toda legislação pertinente para permitir apenas a participação de Pessoa Física.

O Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte provém do Princípio da Isonomia. É como nos ringues de luta onde cada lutador compete com outro de mesma categoria visto que seria injusto um peso-pesado lutar com um peso-pena. Desta forma é possível perceber que o Estatuto das MEs e EPPs se trata de justiça e não de privilégio.

Da mesma forma, o Recorrido ao se credenciar com ME/EPP no Sistema Comprasnet, foi injusto com os demais licitantes, que respeitaram as normas editalícias se apresentando como pessoa física e não usufruíram das mesmas condições proporcionadas à ME/EPP.

Princípio da Isonomia

Devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade.
(Aristóteles)

Assim, o resultado tornado público deve ser reformado, retrocedendo minha decisão, sobre a habilitação do licitante HÉLCIO KORNBERG, pelos motivos expostos acima e em nome dos princípios que norteiam a licitação pública e do superior interesse público, pelo DEFERIMENTO do recurso impetrado pela Licitante JJULIANA SEVIDANES DE ARAUJO .

ANÁLISE DA PREGOEIRA DAS RAZÕES RECURSAIS

Em resposta ao recurso, cabe esclarecer que em busca da lisura e transparência da licitação o mesmo será julgado, atendendo aos ditames da Lei nº 14.133/2021.

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, evitando-se contratações com sobrepeso ou preços inexequíveis ou superfaturados na execução dos contratos e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, sendo processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

Assim, no que tange à argumentação do licitante EDGAR DE CARVALHO JUNIOR, registro que o entendimento da recorrente, cabe provimento, pois o edital foi específico para contratação de pessoa física, atendendo previsão própria para o objeto licitado, ou seja, contratação de Leiloeiro.

Como postura e coerência à Lei 14.133/2021, Art. 11º, II, que tem como objetivo assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, cabe registrar que a Recorrida foi favorecida ao declarar no Sistema Comprasnet cumprir os requisitos estabelecidos no Art.3º da Lei 123/2006.

Diante do exposto, onde o Pregoeiro não pode perder de vista a estrita observância aos princípios inerentes aos procedimentos licitatórios previstos no Capítulo II - Dos Princípios da Lei nº 14.133/2021, principalmente, o da legalidade (insculpido também no art. 37 da Constituição Federal), isonomia e o da vinculação ao instrumento convocatório, resta comprovada que a empresa Recorrida, afastada má fé, não respeitou o ato convocatório, que não previa documentos habilitatórios para Empresa ME/EPP. Registro que a Recorrida, apresentou os documentos habilitatórios como Pessoa Física e se cadastrou como ME/EPP, misturando documentos habilitatórios entre Pessoa Física e Pessoa Jurídica, usufruindo dos benefícios pertinentes à ME/EPP, na fase de lances e desempate.

Registro que o Microempreendedor, optante pelo Simples Nacional, pode participar de processos de licitação exclusivos para ME (Microempresa) e EPP (Empresas de Pequeno Porte) ou competir com empresas de grande porte, tendo seus direitos e benefícios respeitados. Alerto que podendo o objeto ser executado por pessoa física e pessoa jurídica, não poderá ser impedida a participação de uma ou de outra. Ao contrário, deverá o edital admitir a participação de ambas, evidenciando que o procedimento destina-se a todos aqueles que atenderem as condições pré-fixadas, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas.

Mesmo que o edital seja omissivo nesse sentido ou o entendimento tenha sido equivocado, o ME/EPP não poderia participar da presente licitação, uma vez que não houve condições pré-fixadas, como previsão de documentos habilitatórios a serem apresentados para ME/EPP. É válido ressaltar que o Termo de Referência, item 14.1, descreve as condições na exigência da contratação de Leiloeiro, onde deixa clara a autorização de participação de pessoa física na presente licitação.

Certa da clareza do ato convocatório, registro que não houve nenhum pedido de esclarecimento, tão pouco pedido de impugnação acerca do tema do recurso ora apresentado. Assim, a Administração entende, que cumpriu toda legislação pertinente para permitir apenas a participação de Pessoa Física.

O Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte provém do Princípio da Isonomia. É como nos ringues de luta onde cada lutador compete com outro de mesma categoria visto que seria injusto um peso-pesado lutar com um peso-pena. Desta forma é possível perceber que o Estatuto das MEs e EPPs se trata de justiça e não de privilégio.

Da mesma forma, o Recorrido ao se credenciar com ME/EPP no Sistema Comprasnet, foi injusto com os demais licitantes, que respeitaram as normas editalícias se apresentando como pessoa física e não usufruíram das mesmas condições proporcionadas à ME/EPP.

Princípio da Isonomia

Devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade.

(Aristóteles)

Assim, o resultado tornado público deve ser reformado, retrocedendo minha decisão, sobre a habilitação do licitante HÉLCIO KORNBERG, pelos motivos expostos acima e em nome dos princípios que norteiam a licitação pública e do superior interesse público, pelo DEFERIMENTO do recurso impetrado pelo Licitante EDGAR DE CARVALHO JUNIOR .

CONCLUSÃO

Pelas razões acima expostas, reconheço os recursos apresentados pelos licitantes SANDRA SEVIDANES, JULIANA VETTORAZZO, JULIANA ARAÚJO, JOÃO EMILIO DE OLIVEIRA FILHO e EDGARD JUNIOR, considerando a sua tempestividade e opino pela PROCEDÊNCIA dos mesmos.

Por fim, retifico a minha decisão prolatada na Sessão Pública do dia 02/03/202 no sentido de inabilitar o Licitante HÉLCIO KORNBERG, uma vez que todos os recursos apresentados pelos licitantes Recorrentes, foram diligenciados pela Pregoeira responsável pelo PE/OP nº 80/2023.

Publique-se

Processo nº 25/001578/2022- DEFIRO os recursos apresentados pelos licitantes SANDRA SEVIDANES, JULIANA VETTORAZZO, JULIANA ARAÚJO, e EDGARD JUNIOR e DEFIRO PARCIALMENTE o recurso apresentado pelo licitante JOÃO EMILIO DE OLIVEIRA FILHO, na licitação sob a modalidade de Pregão Eletrônico/OP nº 80/2023, para prestação de serviços de LEILOEIRO(A) PÚBLICO OFICIAL, PARA ADMINISTRAR E OPERACIONALIZAR LEILÕES DE VEÍCULOS RECOLHIDOS, OS QUAIS ENCONTRAM-SE DEPOSITADOS NOS PÁTIOS DA SEOP.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2023

Dayse Campos Duque Estrada Meyer
Pregoeira - OP/SUBG/GLAC
Matr : 11/267.968-6

Fechar

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

DECISÃO DO PREGOEIRO: PROCEDE

DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO

Referência: Pregão eletrônico 56/2023.

Objeto: Contratação de prestação de serviço de Leiloeiro Oficial para preparar, organizar e conduzir leilões públicos de bens inservíveis pertencentes ao patrimônio da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Processo: 23083.051785/2022-25

Recorrente: JULIANA SEVIDANES DE ARAUJO – CPF: 121.169.427-56

Recorrente: JOAO EMILIO DE OLIVEIRA FILHO – CPF: 359.957.857-53

Recorrente: SANDRA REGINA SEVIDANES RODRIGUES – CPF: 741.875.207-59

Recorrente: JULIANA VETTORAZZO RODRIGUES BARROS – CPF: 099.340.807-96

Recorrente: EDGAR DE CARVALHO JUNIOR – CPF: 100.568.587-87

Recorrido: FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO – CNPJ: 49.888.790/0001-82

Recorrida: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

I. BREVE RELATÓRIO

1. Cuida-se de processo licitatório na modalidade pregão eletrônico, tipo maior desconto, na forma de execução indireta, visando selecionar serviço de Leiloeiro Oficial para preparar, organizar e conduzir leilões públicos de bens inservíveis pertencentes ao patrimônio da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, conforme regras do edital e especificações do termo de referência.

2. A sessão pública foi aberta em 11/04/2023, onde houve empate do desconto da taxa de administração e posterior sorteio eletrônico automático.

3. O licitante FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO restou provisoriamente classificado em primeiro lugar após sorteio eletrônico.

4. Foi procedida a análise da documentação, verificando-se no que tange aos critérios de aceitação a empresa encontrava-se em conformidade com o Edital.

5. Após encerramento do certame houve intenção de recurso, razões e contrarrazão.

6. Em síntese, os recorrentes insurgem-se contra a habilitação do Sr. FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO, aduzindo para tanto que:

Juliana Araújo, Leiloeira Pública Oficial, matriculada na JUCERJA de nº 238, vem, tempestivamente, apresenta razões do recurso. É sabido por todos que o Leiloeiro Público Oficial é pessoa física. A Junta Comercial FACULTA ao Leiloeiro Público Oficial a inscrição do mesmo como EMPRESÁRIO INDIVIDUAL, o qual é equiparado a pessoa física. O empresário individual, é uma pessoa física que exerce, em nome próprio, atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços. "O empresário individual, é a própria pessoa física ou natural, respondendo os seus bens pelas obrigações que assumiu, quer sejam civis, quer comerciais. A transformação de firma individual em pessoa jurídica é uma ficção do direito tributário, somente para o efeito do imposto de renda" (REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva, p. 76). Em suma, o empresário individual não é pessoa jurídica, confundindo-se, para efeitos de direitos e obrigações, e também na composição patrimonial, com a pessoa natural que exerce a atividade empresária. Logo, não há o que se falar em tratamento diferenciado no presente pregão eletrônico de ME/EPP em detrimento dos Leiloeiros pessoas físicas. O tratamento diferenciado para ME/EPP é com relação a empresas de médio e grande porte e não com pessoas físicas! No RESP 1.899.342 de 26/04/2022 o Relator, Min. Marco Buzzi explicou que o MEI e o EI são pessoas físicas que exercem atividade empresária em nome próprio, respondendo com seu patrimônio pessoal pelos riscos do negócio, de modo que não há distinção entre a pessoa natural e a personalidade da empresa – criada apenas para fins específicos, como tributários e previdenciários. As pequenas empresas, em um mercado de livre concorrência, estão em situação de desvantagem em relação às empresas de maior porte, dessa forma, caso não houvesse o tratamento diferenciado, previsto na Lei Complementar 123/2006, amparado no art. 179 da Constituição Federal, as pequenas empresas dificilmente conseguiriam oferecer a melhor proposta em uma licitação, o que diminuiria a possibilidade de contratar com a Administração Pública, maculando, assim, o princípio da igualdade, pois as contratações se dariam, em sua maioria, com as grandes empresas. Assim, o tratamento favorecido serve para igualar, ao menos em tese, os pequenos com os grandes empresários, pois enquanto estes deteriam o poderio econômico que lhe permitiria baratear os preços; aqueles arcariam com uma carga tributária menor, além de facilidades burocráticas, de forma a equilibrar o comércio, o que não ocorre no caso concreto, uma vez que as ME/EPP estão concorrendo com PESSOAS FÍSICAS! O mesmo ocorreu com a Prefeitura do Rio de Janeiro, dois Leiloeiros foram classificados em 1º e 2º lugar, após utilizarem o benefício de ME/EPP em detrimento de pessoas físicas. A pregoeira, brilhantemente, afastou o benefício por entender, como não poderia deixar de ser, que não há benefício de ME/EPP em disputa com pessoas físicas, uma vez que Leiloeiro Público cadastrados como empresário individual é equiparado a pessoa física para todos os efeitos. Ademais, o Leiloeiro Público Oficial não apresentou certidão de antecedentes criminais do Estado do Rio de Janeiro, conforme solicitado no item 9.6.4. Se o contrato será realizado no Estado do Rio de Janeiro, e a Certidão de Matrícula do Leiloeiro deverá ser no Estado do Rio de Janeiro (item 9.6.2), não faz sentido algum o Leiloeiro apresentar certidão de antecedentes criminais de Minas Gerais. Diante do exposto, requer que o tratamento diferenciado na presente licitação seja afastado, uma vez que ME/EPP deverão concorrer de forma igualitária/equiparada com as pessoas físicas, sendo assim que a presente licitação seja revista e o realizado um novo sorteio, dando igualdade de condições a todos os licitantes a luz do princípio da isonomia e razoabilidade.

Juliana Araújo

Leiloeira Pública Oficial
JUCERJA nº 238

João Emilio de Oliveira Filho, Leiloeiro Público Oficial, matriculado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA sob o Nº 45, portador do CPF Nº 359.957.857-53, com sede na Estrada dos Bandeirantes, nº 10639 - Camorim, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22783-116, vem, TEMPESTIVAMENTE, com fulcro no artigo 109, inciso I, alínea "a" da Lei 8.666/93 e no item "11. DOS RECURSOS" do Edital Supracitado, interpor: RECURSO ADMINISTRATIVO Em face da decisão que habilitou o licitante, Sr. FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO, pelos motivos que passa a expor: A Comissão habilitou o Leiloeiro supracitado, porém, ao reanalisar minuciosamente o edital e a documentação apresentada pelo primeiro classificado, foi constatado o não atendimento à exigência contida no Edital, fato este que deve lograr na inabilitação do Licitante, tendo em vista que a partir da publicação do Edital, tanto o órgão licitante quanto os participantes devem obedecê-lo em sua íntegra, em respeito ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório (Art.41 da Lei 8.666/93), que faz lei entre as partes, assemelhando-se a um contrato de adesão, cujas cláusulas são elaboradas unilateralmente pelo órgão licitante. O subitem 9.8.5 do Edital de Pregão Eletrônico, dispõe que deverá ser entregue como prova de cadastro de contribuinte, o comprovante de inscrição municipal: "prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual. "O Leiloeiro habilitado deixou de atender a exigência do edital, por não ter apresentado o documento adequado, o "comprovante de inscrição Municipal", ainda que tenham sido anexados documentos que contenham um número de inscrição municipal, estes, não atendem ao subitem de forma específica, pois se assim fosse, o edital não utilizaria um item para requerer a juntada deste documento. Diante do exposto, requer:1. A inabilitação do Licitante classificado em 1º lugar, Sr. Fernando Caetano Moreira Filho, por não cumprir os requisitos de habilitação, especificamente no subitem 9.8.5 do Edital;2. Requer a publicação de nova data para o prosseguimento do certame. Rio de Janeiro, 17 de abril de 2023.

João Emilio de Oliveira Filho
Leiloeiro Público Oficial
Matrícula JUCERJA Nº45

Sandra Sevidanes, vem apresentar razões do recurso pelos motivos que passa a expor: No presente certame foi utilizado tratamento diferenciado para ME/EPP, nos termos da Lei Complementar nº123/2006.A referida norma, em seu art. 44 confere ao ME/EPP, em caso no empate nas propostas, preferência na contratação, vejamos: Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. O legislador ao instituir a referida norma quis prezar pela isonomia do processo licitatório na medida que as ME/EPP estariam em desvantagem com relação as empresas de médio e grande porte. Ocorre que, a referida norma não deverá ser utilizada no presente certame, uma vez que a disputa na licitação ocorreu entre ME/EPP e PESSOAS FÍSICAS que equiparam-se quanto ao porte econômico. Beneficiar o Leiloeiros classificados em 1º e 2º lugar, que sinalizaram no Pregão serem ME/EPP, logo gozando do benefício da Lei Complementar 123/2006, em detrimento dos Leiloeiros Pessoas Físicas é ir de encontro ao princípio da isonomia que impera no Direito Administrativo Brasileiro. Diante do exposto, requer a recorrente que seja revisto, a luz do princípio da isonomia, o sorteio realizado entre os Leiloeiros Públicos participantes, sendo certo que o benefício de ME/EPP não deverá ser considerado no presente certame em detrimento de pessoas físicas, a luz do princípio da isonomia.

Juliana Vettorazzo Rodrigues Barros, Leiloeira Pública Oficial, matriculada na JUCERJA de nº 155, vem, tempestivamente, apresentar razões do recurso. Todos os Leiloeiros cadastrados nas Juntas Comerciais de seus estados tem ciência de sua condição enquanto pessoa física. Ao leiloeiro é proibido a constituição de sociedade de qualquer espécie ou denominação sob pena de destituição, conforme determina o Decreto Lei 21981/32. O Departamento de Registro Empresarial e Integração (Drei), através da Instrução Normativa 39/2017, facultou ao leiloeiro registrar-se como empresário individual, na Junta Comercial que estiver matriculado. Ficou esclarecido ainda, que o leiloeiro está impedido de exercer a profissão, se vier a exercer atividade empresarial cujo objeto exceda a leiloeira, ou participar da administração e/ou de fiscalização em sociedade de qualquer espécie, no seu ou em nome alheio. Conforme o art. 30 da Instrução Normativa Drei nº 17/2013, é pessoal o exercício das funções de leiloeiro, que não poderá exercê-las por intermédio de pessoa jurídica e nem delegá-las, senão por moléstia ou impedimento ocasional, a seu preposto, cabendo ao leiloeiro comunicar o fato à Junta Comercial. Cumpre ressaltar também que no ano passado foi realizada consulta à Receita Federal acerca deste tema, com a seguinte resposta: Assunto: Obrigações Acessórias LEILOEIRO. PESSOA FÍSICA. Ainda que se registre como empresário individual, o leiloeiro não é assim considerado para fins de equiparação a pessoa jurídica. Consequentemente, seu rendimento deve ser tributado na pessoa física e ele não está submetido às obrigações acessórias das pessoas jurídicas, como apresentação de DCTF, ECF e EFD-Contribuições. Dispositivos Legais: Regulamento do Imposto sobre a Renda de 2018 (RIR/2018), aprovado pelo art. 1º do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018, art. 38, inciso V, art. 162, § 2º, inciso V; Instrução Normativa RFB nº1.252, de 1º de março de 2012, art. 2º; Instrução Normativa RFB nº 2.004, de 18 de janeiro de 2021, art. 1º; Instrução Normativa RFB nº 2.005, de 29 de janeiro de 2021, art. 5º, inciso XVIII. Ou seja, o empresário individual responde cível, criminal e tributariamente como pessoa física. Sendo assim, num pregão eletrônico em que todos os seus participantes são pessoas físicas, oferecer vantagem àquele que se cadastra como empresário individual é completamente desarrazoado, ofendendo cabalmente o princípio da isonomia. O benefício que trata a resolução 123 às ME/EPP somente devem ser aplicados, por óbvio, quando estas estão competindo com empresas de porte maior. Em licitação recente da Prefeitura, a pregoeira voltou atrás em sua decisão e descredenciou todos os leiloeiros que, agindo de forma errada, se beneficiaram desta prerrogativa, como se demonstra a seguir: "Como postura e coerência à Lei 14.133/2021, Art. 11º, II, que tem como objetivo assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, cabe registrar que a Recorrida foi favorecida ao declarar no Sistema Comprasnet cumprir os requisitos estabelecidos no Art.3º da Lei 123/2006.Diante do exposto, onde o Pregoeiro não pode perder de vista a estrita observância aos princípios inerentes aos procedimentos licitatórios previstos no Capítulo II - Dos Princípios da Lei nº 14.133/2021, principalmente, o da legalidade (insculpido também no art. 37 da Constituição Federal), isonomia e o da vinculação ao instrumento convocatório, resta comprovada que a empresa Recorrida, afastada má fé, não respeitou o ato convocatório, que não previa documentos habilitatórios para Empresa ME/EPP. Registro que a Recorrida,

apresentou os documentos habilitatórios como Pessoa Física e se cadastrou como ME/EPP, misturando documentos habilitatórios entre Pessoa Física e Pessoa Jurídica, usufruindo dos benefícios pertinentes à ME/EPP, na fase de lances e desempate. Registro que o Microempreendedor, optante pelo Simples Nacional, pode participar de processos de licitação exclusivos para ME (Microempresa) e EPP (Empresas de Pequeno Porte) ou competir com empresas de grande porte, tendo seus direitos e benefícios respeitados. Alerto que podendo o objeto ser executado por pessoa física e pessoa jurídica, não poderá ser impedida a participação de uma ou de outra. Ao contrário, deverá o edital admitir a participação de ambas, evidenciando que o procedimento destina-se a todos aqueles que atenderem as condições pré-fixadas, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas. Mesmo que o edital seja omissivo nesse sentido ou o entendimento tenha sido equivocado, o ME/EPP não poderia participar da presente licitação, uma vez que não houve condições pré-fixadas, como previsão de documentos habilitatórios a serem apresentados para ME/EPP. É válido ressaltar que o Termo de Referência, item 14.1, descreve as condições na exigência da contratação de Leiloeiro, onde deixa clara a autorização de participação de pessoa física na presente licitação. Certa da clareza do ato convocatório, registro que não houve nenhum pedido de esclarecimento, tão pouco pedido de impugnação acerca do tema do recurso ora apresentado. Assim, a Administração entende, que cumpriu toda legislação pertinente para permitir apenas a participação de Pessoa Física.

O Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte provém do Princípio da Isonomia. É como nos ringues de luta onde cada lutador compete com outro de mesma categoria visto que seria injusto um peso-pesado lutar comum peso-pena. Desta forma é possível perceber que o Estatuto das MEs e EPPs se trata de justiça e não de privilégio. Da mesma forma, o Recorrido ao se credenciar com ME/EPP no Sistema Comprasnet, foi injusto com os demais licitantes, que respeitaram as normas editalícias se apresentando como pessoa física e não usufruíram das mesmas condições proporcionadas à ME/EPP. Princípio da Isonomia Devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade. (Aristóteles) Assim, o resultado tornado público deve ser reformado, retrocedendo minha decisão, sobre a habilitação do licitante HÉLCIO KORNBERG, pelos motivos expostos acima e em nome dos princípios que norteiam a licitação pública e do superior interesse público, pelo DEFERIMENTO do recurso impetrado pelo Licitante EDGAR DECARVALHO JUNIOR. CONCLUSÃO Pelas razões acima expostas, reconheço os recursos apresentados pelos licitantes, considerando a sua tempestividade e opino pela PROCEDÊNCIA dos mesmos. Por fim, retifico a minha decisão prolatada na Sessão Pública do dia 02/03/202 no sentido de inabilitar o Licitante, uma vez que todos os recursos apresentados pelos licitantes Recorrentes, foram diligenciados pela Pregoeira responsável pelo PE/OP nº 80/2023. "Diante dos argumentos acima expostos, esta Leiloeira requer que o tratamento diferenciado seja afastado, uma vez que os empresários individuais deverão concorrer igualmente aos licitantes pessoas físicas, sendo assim solicita a realização de novo sorteio.

Foi realizado sorteio entre os licitantes com propostas empatadas. Os Leiloeiros classificados em 1º e 2º lugar se beneficiaram do sorteio por serem ME/EPP em detrimento dos demais Leiloeiros pessoas físicas. Regulamentada pela Lei Complementar nº 123, o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresas de Pequeno Porte, foi criado pensando que pode ser muito difícil para uma microempresa concorrer contra empresas de médio e grande portes. Sendo assim, para equilibrar a disputa, são concedidos certos benefícios às MEs e EPPs, sendo certo que todos são iguais perante a lei, porém, na medida de suas desigualdades. Um dos muitos benefícios que são concedidos aos pequenos empresários a fim de garantir igualdade de oportunidades para todos é o empate ficto, quando ocorre empate nas propostas entre os preços ofertados por uma grande empresa e os de uma empresa de pequeno porte. O que não ocorre, em uma disputa entre ME/EPP e pessoa física não há desequilíbrio algum e muito menos desigualdade de oportunidades, visto que os licitantes equiparam-se em força quanto ao porte econômico. A intenção do legislador ao beneficiar a ME/EPP é igualar os desiguais na competição, primando pelo princípio da isonomia, o que não ocorre em uma disputa entre ME/EPP e pessoa física, uma vez que não há desigualdade na competição. Todos os dispositivos da lei de licitações ou regulamentação de um específico processo licitatório devem ser interpretados à luz do princípio da isonomia o qual, não objetiva a proibição completa de qualquer diferenciação entre os candidatos, pois essa irá ocorrer naturalmente com a seleção da proposta mais vantajosa à administração pública, sua verdadeira aplicação é a vedação de qualquer discriminação arbitrária, que gere desvalia de proposta em proveito ou detrimento de alguém. Cabe a Comissão de Licitação da UFRRJ, em casos que haja qualquer tipo de questionamento à aplicação ou não da isonomia, usar do princípio da proporcionalidade afim de que não sejam comprometidos o nem o interesse público nem a equidade entre os concorrentes, para que assim a licitação ocorra de forma justa e que venha a sanar as necessidades que ela se propõe. A Instrução Normativa DREI/ME nº 52/2022 que dispõe sobre o exercício do Leiloeiro Público Oficial, em seu artigo 58, FACULTA ao Leiloeiro Público Oficial registrar-se como empresário individual, em uma das Juntas Comerciais onde estiver matriculado. Art. 58. É facultado ao leiloeiro registrar-se como empresário individual, em uma das Juntas Comerciais onde estiver matriculado, com possibilidade de abertura de filiais nas demais em que estiver matriculado. O empresário individual, é a própria pessoa física ou natural, respondendo os seus bens pelas obrigações que assumiu, quer sejam civil, quer comerciais. (Ap. civ. n. 8.447 - Lages, "in" Bol. Jur. ADCOAS, n. 18.878/73) "Tanto é que a União publicou consulta no Diário Oficial constando que Leiloeiro Empresário Individual é equiparado a pessoa física! Foi interposto recurso com o mesmo tema no pregão 80/2023 da Prefeitura do Rio de Janeiro, onde foi fartamente demonstrado que não há benefício de ME/EPP em detrimento de pessoas físicas. A Prefeitura, após análise pela Procuradoria acerca do tema, reformou a decisão inabilitando os leiloeiros que fizeram uso do benefício de ME/EPP em detrimento dos leiloeiros pessoa física. Salienta-se por oportuno que não foi apresentado pelo leiloeiro classificado em primeiro lugar certidão de antecedentes criminais do Estado do Rio de Janeiro, onde será realizado o serviço e celebrado o contrato. Diante do exposto requer: 1- Que seja realizado sorteio de maneira igualitária entre todos os licitantes, respeitando-se o princípio da ISONOMIA, considerando que ME/EPP não possui benefício em detrimento de pessoa física. 2- Seja o Leiloeiro classificado em primeiro lugar inabilitado por não apresentar certidão de antecedentes criminais do Estado do Rio de Janeiro.

7. Em síntese, em sua defesa o Sr. FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO, alega que:

FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO 03916718630, empresário individual, inscrito no CNPJ nº 49.888.790/001-82, com endereço na Rua Um, nº 300, Box 15, Bairro do Comércio, Contagem/MG, CEP 32.152-002, telefone (31)99184-4173, e-mail: secretario8@fernandoleiloeiro.com.br, neste ato representado pelo seu sócio administrador Senhor Fernando Caetano Moreira Filho, Leiloeiro Público Oficial, brasileiro, divorciado, portador da matrícula na JUCERJA número 264, da cédula de Identidade número MG 7.482.119, e do CPF número

039.167.186-30vem,tempestivamente, apresentar, CONTRARRAZÕES aos Recurso Administrativos apresentado pelos senhores EDGARDE CARVALHO JÚNIOR, JOÃO EMÍLIO DE OLIVEIRA FILHO, JULIANA ARAÚJO, JULIANA VETTORAZZO RODRIGUESBARROS E SANDRA SEVIDANES.I. TEMPESTIVIDADE As presentes contrarrrazões são tempestivas, tendo em vista as disposições legais e editalícias, devendo as presentes contrarrrazões serem recebidas e julgadas pelas autoridades competentes. II. DOS FATOSA Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, tornou público que realizaria PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, visando a contratação de prestação de serviço de Leiloeiro Oficial para preparar, organizar e conduzir leilões públicos de bens inservíveis pertencentes ao patrimônio da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. No dia 11 de abril de 2023 foi realizada a sessão, através da plataforma Comprasnet. Após a fase de lances, o licitante FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO foi declarado, acertadamente, o vencedor do certame, TENDO EMVISTA QUE CUMPRIU RIGOROSAMENTE TODOS OS TERMOS DO EDITAL. Ocorre que, mais uma vez, como é de costume entre os leiloeiros do Rio de Janeiro, os senhores Edgar, João Emílio, Juliana Vettorazzo, Juliana Araújo e Sandra Sevidanes pleiteiam pela inabilitação do Recorrido alegando suposto descumprimento às normas impostas no edital de Pregão. No entanto, os recursos não merecem prosperar, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas. III. DOS FUNDAMENTOS PARA MANTER A HABILITAÇÃO Alegam os Recorrentes, em síntese, que o Leiloeiro Fernando Caetano Moreira Filho não cumpriu os requisitos do edital em epígrafe, defendendo o princípio de vinculação ao instrumento convocatório. O Recorrido está de acordo com os Recorrentes, no que concerne ao indispensável atendimento dos dispositivos editalícios. Por essa razão é que a habilitação do licitante Fernando Caetano Moreira Filho deve ser mantida. III.I – APLICAÇÃO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA Mais uma vez, os Recorrentes tumultuam o processo licitatório, alegando uma suposta aplicação indevida do direito de preferência no certame, sustentando o comportamento inadequado de determinados licitantes. Pois bem! Convém elucidar que o Edital em questão traz de forma categórica os benefícios que ME e EPP podem usufruir, especificamente no item 15 do edital em epígrafe. Inclusive, reafirma que ao interessado que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estará apto a gozar do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49. Ademais, no preâmbulo do edital, está claro que o mesmo é regido também pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Sendo assim, o Pregoeiro não pode cumprir as normas impostas na referida lei. Ora, indubitável que o artigo 44 e 45 da Lei Complementar nº. 123, deixa claro o direito de preferência, legalmente assegurado aos licitantes, podendo estes usufruir do tratamento diferenciado. Veja-se, parte elementar: Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. (Vide Lei nº 14.133, de 2021)§ 1o Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.§ 2o Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1o deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço. Art. 45. Para efeito do disposto no art. 44 desta Lei Complementar, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma: (Vide Lei nº 14.133, de 2021I - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado. Sobre o tema, segue entendimento da possibilidade das ME e EPP se beneficiar-se das regras previstas nos arts. 42a 45 da Lei Complementar n. 123: MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. MUNICÍPIO DE RIO RUFINO. PREGÃO PRESENCIAL. CERTAME QUE, APÓSETAPA DE RECURSOS, É ANULADO.AUSÊNCIA DE CONTRADITÓRIO. NULIDADE RECONHECIDA. CONCESSÃO DASEGURANÇA. A autoridade não pode revogar ou anular a licitação sem a devida fundamentação baseada em prévio parecer jurídico, e ainda sem oportunizar aos concorrentes o direito ao contraditório e à ampla defesa, mormente quando não se aponta irregularidade concreta do certame, para a anulação, nem se demonstra a existência de interesse público, para a revogação. (TJSC, Rel. Des. Jaime Ramos). SESSÃO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS.PREGOEIRO QUE NÃO OBSERVA O DIREITO DE PREFERÊNCIA DE MICROEMPRESA. ART. 44 DALEI COMPLEMENTARN. 123/2006. BENEFÍCIO RECONHECIDO. MODIFICAÇÃO DA DECISÃO. CONCESSÃO DA SEGURANÇA. RECURSOPROVIDO. REFORMAPARCIAL DA DECISÃO EM REEXAME. [...] não caberá negar a uma ME ou a uma EPP a possibilidade de beneficiar-se das regras previstas nos arts. 42 a 45 daLC n. 123, nem mesmo sob o argumento de ausência de regulamentação. Também não caberá afirmar que o ato convocatório não forneceu a solução cabível para o exercício e para o deferimento dos benefícios. Ainda que não haja regulamentação e não obstante o silêncio do edital, os benefícios previstos na LC n.123 deverão ser reconhecidos, deferidos e aplicados - sob pena de configuração de nulidade da decisão denegatória (Marçal Justen Filho). (TJSC, Apelação /Remessa Necessária n.0300713-94,2015.8.24.0077, de Urubici, rel. Pedro Manoel Abreu, Primeira Câmara de Direito Público, j. 30-07-2019).APELAÇÃO CÍVEL EM MANDADO DE SEGURANÇA - PRETENSÃO DE VER DECLARADA A NULIDADE DE LICITAÇÃO,COM FULCRO NA INAPLICABILIDADE DA LEICOMPLEMENTAR N. 123/2006 E NA EXISTÊNCIA DE VÍCIOS FORMAISE PROCEDIMENTAIS - INOCORRÊNCIA - BENEFÍCIOS PREVISTOS NO DENOMINADOESTATUTO NACIONAL DAMICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE, EM SEUS ARTIGOS 44 E 45, QUE SÃO AUTO-APLICÁVEIS -AUSÊNCIA,ADEMAIS, DE QUALQUER PREJUÍZO EFETIVO À RECORRENTE POR CONTA DAS IRREGULARIDADESAPONTADAS - RECURSO DESPROVIDO."[...] NÃO CABERÁ NEGAR A UMA ME OU A UMA EPP A POSSIBILIDADE DE BENEFICIAR-SE DAS REGRASPREVISTAS NOS ARTS. 42 A 45 DA LC N. 123, NEM MESMO SOB O ARGUMENTO DE AUSÊNCIA DEREGLAMENTAÇÃO. Também não caberá afirmar que o ato convocatório não forneceu a solução cabível para o exercício e para o deferimento dos benefícios. Ainda que não haja regulamentação e não obstante o silêncio do edital, os benefícios previstos na LC n. 123 deverão ser reconhecidos, deferidos e aplicados - sob pena de configuração de nulidade da decisão denegatória." (Marçal Justen Filho, in O Estatuto da Microempresa e as Licitações Públicas, 2ª ed., São Paulo: Dialética, 2007. p. 21)."O prestígio às formalidades que envolvem o processo licitatório deve preservar o caráter competitivo do certame e o interesse público, que constituem seu real objetivo." (Reexame Necessário em Mandado de Segurança n.2010.051881-4, rel. Des. Sônia Maria Schmitz, j. 26-10-2010). (TJSC, Apelação Cível em Mandado de Segurança n. 2008.057220-6, de Dionísio Cerqueira, rel. Des. Cid Goulart, Segunda Câmara de Direito Público, j. 05-11-2013). Ademais, convém elucidar que o Edital em questão foi publicado e disponibilizado no comprasnet para averiguação de todas as cláusulas editalícias, cabendo aos interessados, se insurgirem, tempestivamente, em conformidade aoitem 21 do referido Edital. FRISA-QUE NÃO HOUE IMPUGNAÇÃO OU DISCUSSÃO, AO MENOS NESSE PONTO.E, tratando-se de Pregão Eletrônico que visa a contratação de Leiloeiro, o certame é regulamentado pelo Edital, o qual foi dado ampla publicidade a todos os interessados e contém detalhadamente todas as especificidades e características do ato, é pacífico o entendimento jurisprudencial de que o edital faz lei entre as partes, como podemos observar no Acórdão do Superior Tribunal de Justiça: EMENTA: ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. NULIDADE. NÃOCARACTERIZADA. CUMPRIMENTO DOSREQUISITOS DA LICITAÇÃO. 1. O edital faz lei entre as partes e vincula a administração, mostrando-se inadmissível modificação das condições pré-estabelecidas no curso da licitação. 2. De acordo com o art. 3º da lei nº 8.666/93, a licitação destina-se garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração. Da mesma forma, disciplina o pregão revisto na lei nº 10.520/2002,

modalidade de licitação, em relação a qual se aplicam subsidiariamente as disposições da lei nº 8.666/93. 3. Não há falar em nulidade do certame, se comprovado que todas as exigências previstas no edital foram atendidas pela licitante vencedora. (TRF4, AC 5044861-85.2020.4.04.7000, QUARTA TURMA, Relator LUÍSALBERTOD'AZEVEDO AURVALLE, juntado aos autos em 08/11/2021) Assim, em que pese faz os Recorrentes crer a aplicação indevida do direito de preferência no presente certame, tal insurgência não é cabível, posto a evidente previsão no edital, não pode este alegar desconhecimento das condições previstas e tampouco sobre a legislação pertinente. Isso porque como condição para participação do pregão em tela, os licitantes interessados deveriam preencher em campo próprio no sistema eletrônico, QUE ESTÁ CIENTE E CONCORDA COM AS CONDIÇÕES CONTIDAS NO EDITALE SEUS ANEXOS (item 4.5.1), declaração firmada, inclusive, pelos Recorrentes, concordando com as condições editalícias. Basta uma simples visualização na página do pregão no compranet a declaração assinada pelos licitantes. Deste modo, diante da concordância de todos os licitantes, é evidente a ocorrência da preclusão consumativa, o que torna prejudicada, a análise da pretensão dos Recorrentes. III.II – CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS Os Recorrentes Edgar e Juliana, sem sequer fundamentarem o seu pedido, pleiteiam pela inabilitação do licitante Fernando por não ter apresentado a certidão de antecedentes criminais. A Sra. Juliana ainda afirmar que “não faz sentido apresentar a certidão de antecedentes criminais de Minas Gerais”. Ora, faz todo o sentido, tendo em vista que, em uma breve consulta, é possível constatar que o endereço do Recorrente, como empresário individual, é em CONTAGEM/MG. Vejamos a solicitação do edital: “9.6.4. CERTIDÕES NEGATIVAS DE ANTECEDENTES CRIMINAIS FEDERAL E ESTADUAL, comprovando que o leiloeiro oficial não foi condenado por crime cuja pena vede o exercício da atividade mercantil”. Não há qualquer exigência para a apresentação de antecedentes criminais especificamente do estado do Rio de Janeiro. Se houvesse, o Recorrido, ora vencedor, teria impugnado o edital, tendo em vista que a Polícia Civil do Rio de Janeiro emite o referido atestado somente para pessoas que possuem inscrição de RG no estado do Rio de Janeiro. O que não faria sentido é que o licitante Fernando apresentasse antecedentes criminais do Rio de Janeiro, uma vez que sua sede é em MINAS GERAIS. Razão não assiste aos Recorrentes, tratando-se apenas de mais artimanha para tentar inabilitar o Recorrido. O Sr. Pregoeiro não pode permitir tal ato. Conclui-se, portanto, que o Recorrido cumpriu plenamente os requisitos editalícios, tendo em vista que apresentou o atestado de antecedentes criminais, assim como os demais documentos, referentes à sua sede, qual seja, Contagem/MG. III.III. PROVA DE INSCRIÇÃO MUNICIPAL Em mais uma tentativa desesperada de impedir que o leiloeiro Fernando Caetano Moreira Filho realize seu trabalho, encontramos-nos diante de mais uma alegação completamente descabida: a de que o Recorrido não apresentou aprova de inscrição municipal, conforme exigido no item 9.8.5.O Sr. João Emílio ratifica, em suas alegações, que o leiloeiro Fernando apresentou a comprovação de inscrição município, in verbis: “(...) ainda que TENHAM SIDO ANEXADOS DOCUMENTOS QUE CONTENHAM UM NÚMERO DE INSCRIÇÃO MUNICIPAL (...)”. Ora, Sr. Pregoeiro, o Recorrente deveria ser punido pelo recurso apresentado. É nítido que tudo não passa de uma perseguição contra o leiloeiro Fernando. Veja bem, o João Emílio alega que o vencedor do certame, Fernando, não apresentou a comprovação de inscrição municipal, mas, na mesma frase, ratifica que foi apresentado. O edital não requereu um documento específico no subitem 9.8.5, limitando-se apenas à exigência de comprovação de inscrição municipal. O Recorrido apresentou o seu alvará de localização e funcionamento, onde constam, entre outros dados: o número da inscrição, a data da inscrição, endereço e atividade. Portanto, não há dúvidas de que o licitante Fernando Caetano Moreira Filho CUMPRIU PLENAMENTE A EXIGÊNCIA CONTIDA NO SUBITEM 9.8.5.III.IV. DA MANUTENÇÃO DA HABILITAÇÃO DO LICITANTE FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO – CUMPRIMENTO INTEGRAL DOS TERMOS EDITALÍCIOS. Recorrido vem se deparando com as constantes tentativas de sua inabilitação no estado do Rio de Janeiro, através de recursos que induzem à Comissão de Licitação ao erro. Ora, ao mesmo tempo em que os Recorrentes defendem veementemente que o edital deve ser seguido à risca, tentam criar novas regras – não impostas no edital – para inabilitar o licitante vencedor do certame. Desafio os Recorrentes a demonstrarem o item do edital que requer a exigência de apresentação de atestado de antecedentes criminais do Rio de Janeiro, ou a exigência de um documento específico para a comprovação da inscrição municipal. Não há! O Sr. Fernando Caetano Moreira Filho é Leiloeiro Público Oficial há mais de 20 (vinte) anos, sendo matriculado em Minas Gerais desde o ano de 2001. Com o advento da Instrução Normativa Nº 72 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração – DREI, em 2019, os Leiloeiros passaram a ter o direito de se matricular em outras unidades da Federação, in verbis: “Art. 41. A profissão de leiloeiro será exercida mediante matrícula concedida pela Junta Comercial. § 1º O LEILOEIRO PODERÁ MATRICULAR-SE EM OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO. § 2º A MATRÍCULA MAIS ANTIGA SERÁ CONSIDERADA A PRINCIPAL e as demais suplementares, por ordem de data da concessão”. Destaque nosso. Ao longo de mais de duas décadas como Leiloeiro Público Oficial, o Licitante vem atuando com lisura e primazia, sempre buscando entregar o melhor serviço para os contratantes e para seus clientes (arrematantes), sem nenhum fato que o desabone em sua função. Portanto, não se trata de um profissional inexperiente. Ao revés! O Recorrido já participou de centenas de Processos licitatórios, sendo devidamente habilitado. Igualmente, já realizou vários leilões para Órgãos da Administração Pública, Judiciário, Instituições Financeiras, Empresas Privadas, entre outros. O Recorrido apresentou na íntegra os documentos requisitados no edital, tanto é que foi considerado, acertadamente, habilitado por esta d. Comissão. No processo licitatório, o interesse privado jamais deve se sobrepor ao interesse público. Ora, é do interesse dos Recorrentes a inabilitação do licitante Fernando, tendo em vista que ele foi o vencedor do certame. O Sr. Pregoeiro não pode compactuar com tal ato. Veja bem, como já foi dito, a arguição dos Recorrentes é sobre requisitos que NÃO ESTAM DISPOSTOS NO EDITAL, bem como contra norma presente, no caso, o critério de desempate. A eventual inabilitação do Recorrido seria uma violação às regras impostas aos contraentes no Edital, além de um rigorismo na forma que macula o principal objetivo do procedimento licitatório, que é a obtenção da melhor proposta e todos os principais valores jurídicos homenageados pela Constituição Federal e pela lei de licitações, tais como isonomia, julgamento objetivo, proporcionalidade, razoabilidade e supremacia do interesse público. Nas precisas lições de Hely Lopes Meirelles: “(...) JULGAMENTO OBJETIVO É O QUE SE BASEIA NO CRITÉRIO INDICADO NO EDITAL E NOS TERMOS ESPECÍFICOS DAS PROPOSTAS. É princípio de toda licitação de QUE SEU JULGAMENTO SE APOIE EM FATOS CONCRETOS PEDIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO, em confronto com o ofertado pelos proponentes dentro do permitido no edital ou convite. Visa a afastar o discricionarismo na escolha das propostas, obrigando os julgadores a aterem-se ao critério prefixado pela Administração, com o que se reduz e se delimita a margem de valoração subjetiva, sempre presente em qualquer julgamento (Estatuto art. 37)” Licitação e Contrato Administrativo, RT, 7ª ed., p. 14/16. Destaque nosso. De observar que, quando se fala em procedimento formal e se alude à estrita observância de regras procedimentais, não significa que deva a Administração descambar para o formalismo, fazendo exigências desnecessárias ou incompatíveis com o objeto da licitação. Ademais, não se pode olvidar que, não obstante a Constituição Federal, em seu art. 5º, XIII, condicionar o livre exercício do trabalho ao preenchimento de qualificações profissionais estabelecidas em lei, é de se ressaltar que tais requisitos não podem afrontar princípios ou regras constitucionais, devendo se ater apenas à capacidade do profissional. A desclassificação do licitante em razão da interpretação extensiva de cláusula do edital privilegia a forma em

detrimento da finalidade, frustra o caráter competitivo da seleção pública, objetivo expresso de toda e qualquer licitação. Oportuno descortinar o ensinamento do nobre professor Hely Lopes Meirelles, ao tratar sobre o assunto: "A orientação correta nas licitações é a DISPENSA DE RIGORISMOS INÚTEIS E DE FORMALIDADES EDOCUMENTOS DESNECESSÁRIOS À QUALIFICAÇÃO DOS INTERESSADOS. Daí por que a lei (art. 27) limitou a documentação, exclusivamente, aos comprovantes de capacidade jurídica, regularidade fiscal, capacidade técnica e idoneidade econômico-financeira. Nada mais se pode dos licitantes na fase de habilitação. Reconhecimentos de firmas, certidões negativas, regularidade eleitoral, são exigências impertinentes que a lei federal dispensou nessa fase, mas que a burocracia ainda vem fazendo ilegalmente, no seu vezo de criar embaraço aos licitantes. É um verdadeiro estrabismo público, que as autoridades superiores precisam corrigir, para que os burocratas não persistam nas suas distorções rotineiras de complicar aquilo que a legislação já simplificou. OS BONS CONTRATOS, OBSERVE-SE, NÃO RESULTAM DAS EXIGÊNCIAS BUROCRÁTICAS, MAS, SIM, DA CAPACITAÇÃO DOS LICITANTES EDO CRITERIOSO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS." (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 26 ed. São Paulo: Malheiros, 2001, p. 276-277). Desta feita, verifica-se que o Recorrido cumpriu integralmente com os requisitos contidos no edital. É cediço o fato de que o princípio do procedimento formal não implica, necessariamente, na obrigatoriedade inculcada à Administração no sentido de ser extremamente formalista a ponto de promover exigências inúteis ou desnecessárias à licitação. Por esse princípio, não se deve anular procedimentos, inabilitar licitantes, ou desclassificar propostas diante simples omissões ou meras irregularidades vislumbradas na documentação/proposta, desde que as mesmas, obviamente, revistam-se em irrelevância, não proporcionando prejuízos ao ente administrativo (situação verificada no caso em tela). Em consonância a aludida diretiva, já decidiu o Colendo Superior Tribunal de Justiça, in verbis: "AS REGRAS DO EDITAL DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO DEVEM SER INTERPRETADAS DE MODO QUE, sem causar qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, POSSIBILITEM A PARTICIPAÇÃO DOMAIOR NÚMERO POSSÍVEL DE CONCORRENTES, a fim de que seja possibilitado se encontrar, entre várias propostas, a mais vantajosa" (MS n. 5.606/DF, Rel. Min. José Delgado). Assim sendo, é certo que não deve ser aplicado, durante a análise documental, exigências que extrapolem as condições impostas no instrumento convocatório. IV. DOS PEDIDOS Por todo o exposto, requer que sejam julgados totalmente improcedentes os recursos apresentados pelos senhores EDGAR DE CARVALHO JÚNIOR, JOÃO EMÍLIO DE OLIVEIRA FILHO, JULIANA ARAÚJO, JULIANA VETTORAZZORODRIGUES BARROS E SANDRA SEVIDANES, tendo em vista que a decisão que declarou o leiloeiro Fernando Caetano Moreira Filho vencedor do certame está em total conformidade com nosso ordenamento jurídico e com as disposições editalícias. FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO

8. Este é o breve relato.

II. DO MÉRITO

9. Sobre a apresentação da certidão de antecedentes criminais, o Sr. FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO apresentou certidão de antecedentes criminais do seu estado de origem (Minas Gerais). Segue item do edital:

9.6.4. Certidões negativas de antecedentes criminais federal e estadual, comprovando que o leiloeiro oficial não foi condenado por crime cuja pena vede o exercício da atividade mercantil.

Este item do edital não especificou de qual estado seria, nem poderia, pois a IN DREI /ME Nº 52/2022, especifica que é o da circunscrição em que tiver o seu domicílio. Sendo assim, a certidão apresentada atende ao exigido. Verifica-se que a matrícula de leiloeiro público nº 264 do sr. FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO foi realizada mediante identidade (nº 7452119) do estado de origem (MG), inclusive aparenta conter erro de digitação, pois diverge um número do documento oficial CNH apresentado (nº 7482119). Se a junta comercial do Rio de Janeiro aceita identidade do Estado de origem, provavelmente aceitou certidão negativa estadual de Minas Gerais também, pois é a circunscrição de domicílio do Sr. FERNANDO, vide art. 47, inciso VIII abaixo:

IN DREI /ME Nº 52/2022

Requisitos de matrícula pela Junta Comercial:

Art. 47. O processo de habilitação inicia-se com a apresentação de requerimento de matrícula pelo interessado, mediante o pagamento do preço público devido, acompanhado da documentação que comprove os seguintes requisitos:

IV - não estar condenado por crime, cuja pena vede o exercício da atividade mercantil;

VIII - ter idoneidade comprovada mediante a apresentação de identidade e certidões negativas expedidas pelas Justiças Federal, Estadual e do Distrito Federal, no foro cível e criminal, correspondentes à circunscrição em que o candidato tiver o seu domicílio, relativas ao último quinquênio.

Consultando a página oficial da JUCERJA, conforme este link existe o seguinte documento: Documentos exigidos para nomeação de leiloeiros e seus prepostos. Este documento apresenta os requisitos necessários ao leiloeiro, sendo:

2. Carteira de identidade;

9. Certidão Negativa pela Justiça Estadual (Cível e Criminal) correspondente à circunscrição em que o candidato tiver o seu domicílio, relativas ao último quinquênio (ex.: domiciliados no município do Rio de Janeiro: 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios Distribuidores);

Embora, o ideal seria que se apresentasse também o atestado do local de atuação da licitação não podemos exigir isso. Nota-se que não há comunicação entre os estados, pois a solicitação de antecedentes se faz com RG do estado, conforme link abaixo:

Consulta ao sítio oficial do estado do Rio de Janeiro:

<https://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=233>

Onde posso solicitar o atestado de antecedentes criminais?

A solicitação do atestado de antecedentes criminais está disponível para os cidadãos que possuem carteira de

identidade emitida no estado do Rio de Janeiro pelo Detran-RJ ou pelo Instituto Félix Pacheco (IIFP) e pode ser solicitado no endereço: <https://atestadodic.detrان.rj.gov.br/>

Portadores de identidade de outros estados ou órgãos devem solicitar a emissão de uma nova carteira de identidade no Detran-RJ.

Com a aprovação da lei nº14.534/2023 e sua futura implantação, isso poderá mudar. O CPF será o número único e suficiente para identificação do cidadão nos bancos de dados de serviços públicos.

10. Comprovante de inscrição municipal;

9.8.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

No alvará apresentado, consta o número de inscrição municipal, indicando que existe a inscrição. No mais, o comprovante de inscrição foi localizado por meio de consulta ao SICAF. No edital existe a seguinte orientação:

Edital 56/2023

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos(das) licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

Quando o licitante não apresenta algum documento de habilitação que possa ser buscado por outros meios, procede-se consulta ao SICAF ou sítio eletrônico oficial para verificar se consta nestes lugares antes de se solicitá-los mediante convocação no sistema via chat. Sendo assim, este item foi atendido pelo licitante.

11. O Leiloeiro Público Oficial é pessoa física, sendo facultado sua inscrição como Empresário Individual, logo não há que se falar em tratamento diferenciado.

Art. 57. É pessoal o exercício das funções de leiloeiro em pregões eastas públicas, não podendo exercê-las por intermédio de pessoa jurídica...

Art. 58. É facultado ao leiloeiro registrar-se como empresário individual...

Na verdade, durante o cadastro desta licitação no ComprasNet a opção de tratamento diferenciado não foi assinalada, conforme pode ser verificado na Ata do pregão. Não há tratamento diferenciado neste certame. O que se analisa é o critério de desempate:

Lei complementar nº123/06:

Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

Art. 45. Para efeito do disposto no art. 44 desta Lei Complementar, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

Ao assinalar ser ME/EPP o sistema desempata em favor desta. Vale ressaltar que o sistema automaticamente coloca os lances iniciais empatados num mesmo horário fictício e sorteia (neste caso foi no horário de 10:00:02:683, conforme página 3 da ata do pregão). No sistema não tem como especificar que a licitação é para pessoas físicas, só restando as opções de exclusiva para ME/ EPP ou ampla participação. A licitação foi registrada como ampla participação, ou seja, permitindo ME/EPP e Demais (pessoas físicas ou grandes empresas). O problema é que o sistema não diferencia as pessoas físicas de grandes empresas. Quando se cadastra desta forma (ampla participação), e "hoje" é a única forma possível de se cadastrar licitações não exclusivas, o sistema automaticamente coloca os licitantes empatados que sinalizaram "SIM" em (ME/EPP Equiparada) e "SIM" em (Declaração ME/EPP) nos primeiros lugares em desfavor dos demais (pessoas físicas). Até a presente data todas as vezes que ocorrer empate e algum licitante optar por ME/EPP Equiparada o sistema desempatará desta forma, o colocando na primeira colocação, caso tenha mais participantes que assinalarem esta opção, o sistema sorteará somente entre elas.

Edital nº 56/2023:

7.19. Caso o (a) licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, ao objeto executado:

7.21.1. por empresas brasileiras;

Ao assinalar "SIM" em (ME/EPP Equiparada) e "SIM" em (Declaração ME/EPP) o licitante obteve vantagem desproporcional sabendo-se que o leiloeiro (empresário individual) é equiparado a pessoa física, logo não fazendo jus ao desempate.

002 Quais as atividades exercidas por pessoas físicas que não ensejam a sua equiparação à pessoa jurídica? todas as pessoas físicas que, individualmente, exerçam profissões ou explorem atividades consoante os termos do art. 162, § 2º, IV e V, do RIR/2018, como por exemplo: serventuários de justiça, tabeliães, corretores, leiloeiros, despachantes etc;

Decreto nº 9.580/2018:

Art. 162. As empresas individuais são equiparadas às pessoas jurídicas (Decreto-Lei nº 1.706, de 23 de outubro de 1979, art. 2º) .

§ 1º São empresas individuais:

II - as pessoas físicas que, em nome individual, explorem, habitual e profissionalmente, qualquer atividade econômica de natureza civil ou comercial, com o fim especulativo de lucro, por meio da venda a terceiros de bens ou serviços (Lei nº 4.506, de 1964, art. 41, § 1º, alínea "b" ; e Decreto-Lei nº 5.844, de 1943, art. 27, § 1º);

§ 2º O disposto no inciso II do § 1º não se aplica às pessoas físicas que, individualmente, exerçam as profissões ou explorem as atividades de:

IV - serventuários da Justiça, como tabeliães, notários, oficiais públicos, entre outros (Decreto-Lei nº 5.844, de 1943, art. 6º, caput, alínea "d");

V - corretores, leiloeiros e despachantes, seus prepostos e seus adjuntos (Decreto-Lei nº 5.844, de 1943, art. 6º, caput, alínea "e");

III. CONCLUSÃO

12. Considerando as razões recursais e todo o acrescido, verifico que a habilitação do licitante FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO para o item foi inadequada, razão pela qual defiro o recurso apresentado. A fim de evitar abismo e imprecisão do sistema ComprasNet e garantir o princípio da isonomia, tratando os iguais de forma igual, decido pelo acolhimento do recurso e anulação de todo o procedimento licitatório. Portanto, será retornado à fase de julgamento para recusar todas as propostas apresentadas, cancelamento do item e, após as necessárias retificações, nova publicação.

Fechar

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
INDÚSTRIA BRASILEIRA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL**

Pregão Eletrônico nº 022/2023

Processo Administrativo nº 2023PR000022

SINDICATO DOS LEILOEIROS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.241.771/0001-02, com sede na Av. Erasmo Braga, nº 227, grupo 1008, Centro – Rio de Janeiro/RJ, representado pelo seu Presidente, Sr. Luiz Tenório de Paula e por seu Vice-Presidente, Sr. Rodrigo Lopes Portella vem, à presença de V.Sa apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** supracitado, TEMPESTIVAMENTE, pelos motivos que passa a expor:

I. DAS RAZÕES FÁTICAS E MERITÓRIAS

1. Foi publicado Pregão Eletrônico de nº 022/2023 cujo objeto é a Contratação de leiloeiro oficial para realização de leilão público para alienação de materiais inservíveis antieconômicos, irrecuperáveis, ociosos e recuperáveis, rejeitos e sucatas de artefatos, equipamentos e componentes em geral, bem como veículos considerados antieconômicos, irrecuperáveis e recuperáveis, tudo constante do patrimônio da IMBEL/FMCE, sob a guarda e responsabilidade desta.

2. A Legislação que regula a profissão do Leiloeiro Público Oficial em todo território nacional é o Decreto Federal 21.981 de 1932 e a Instrução Normativa DREI/ME nº 52/2022. As legislações assim preceituam:

Art. 19 do Decreto Federal 21.981 de 1932:

*“Compete aos leiloeiros, **pessoal** e privativamente, a venda em hasta pública ou público pregão, dentro de suas próprias casas ou fora delas, inclusive por meio da rede mundial de computadores, de tudo que, por autorização de seus donos por alvará judicial, forem encarregados, tais como imóveis, móveis, mercadorias, utensílios, semoventes e mais efeitos, e a de bens móveis e imóveis pertencentes às massas falidas, liquidações judiciais, penhores de qualquer natureza, inclusive de jóias e warrants de armazéns gerais, e o mais que a lei mande, com fé de oficiais públicos.”*

Art. 57 da Instrução Normativa DREI/ME nº 52/2022:

*“É **pessoal o exercício das funções de leiloeiro** em pregões e hastas públicas, **não podendo exercê-las por intermédio de pessoa jurídica** e nem delegá-las, senão por moléstia ou impedimento ocasional em seu preposto, cabendo ao leiloeiro comunicar o fato à Junta Comercial.”*

3. A Instrução Normativa DREI/ME nº 52/2022, em seu artigo 58, FACULTA ao Leiloeiro Público Oficial registrar-se como empresário individual, em uma das Juntas Comerciais onde estiver matriculado.

“É facultado ao leiloeiro registrar-se como empresário individual, em uma das Juntas Comerciais onde estiver matriculado, com possibilidade de abertura de filiais nas demais em que estiver matriculado.”

4. Observa-se que os Leiloeiros Públicos são, em regra, pessoas físicas, sendo FACULTADO seu registro como Empresário Individual.

5. Após a Instrução Normativa FACULTAR ao Leiloeiro Público registrar-se como empresário individual a União, através da consulta nº 10.001 de 31 de janeiro de 2023, publicada no Diário Oficial da União em 01.01.2023, **reconheceu que o Leiloeiro Público é pessoa física e, ainda que se registre como empresário individual, é equiparado a pessoa física** e não a jurídicas. (documento em anexo)

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 10.001, DE 31 DE JANEIRO DE 2023

Assunto: Obrigações Acessórias
LEILOEIRO. PESSOA FÍSICA.

Ainda que se registre como empresário individual, o leiloeiro não é assim considerado para fins de equiparação a pessoa jurídica. Consequentemente, seu rendimento deve ser tributado na pessoa física e ele não está submetido às obrigações acessórias das pessoas jurídicas, como apresentação de DCTF, ECF e EFD-Contribuições.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 44, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022.

Dispositivos legais: Regulamento do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de 2018 (RIR/2018), aprovado pelo Decreto nº 9.580, de 2018, arts. 38, inciso V, e 162, § 2º, inciso V; Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 2012, art. 2º; Instrução Normativa RFB nº 2.004, de 2021, art. 1º; Instrução Normativa RFB nº 2.005, de 2021, art. 5º, inciso XVIII.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal
CONSULTA SOBRE INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.

Não produz efeitos a consulta quanto à parte que não versar sobre a interpretação da legislação tributária.

Dispositivos Legais: Decreto nº 70.235, de 1972, art. 46, caput, e 52, inciso I; Decreto nº 7.574, de 2011, arts. 88, caput, e 94, inciso I; Instrução Normativa RFB nº 2.058, de 2021, arts. 13, inciso II, e 27, incisos I e II.

IOLANDA MARIA BINS PERIN
Chefe

6. Recentemente, no Pregão Eletrônico de nº 80/2023, publicado pela Secretaria de Ordem Pública do Município do Rio de Janeiro, a Sra Pregoeira, em fase recursal, pontuou o seguinte: (documento em anexo)

“Registro que o Microempreendedor, optante pelo Simples Nacional, pode participar de processos de licitação exclusivos para ME (Microempresa) e EPP (Empresas de Pequeno Porte) ou competir com empresas de grande porte, tendo seus direitos e benefícios respeitados. **Alerto que podendo o objeto ser executado por pessoa física e pessoa jurídica, não poderá ser impedida a participação de uma ou de outra. Ao contrário, deverá o edital admitir a participação de ambas, evidenciando que o procedimento destina-se a todos aqueles que atenderem as condições pré-fixadas, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas.**

(...)

O Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte provém do Princípio da Isonomia. É como nos ringues de luta onde cada lutador compete com outro de mesma categoria visto que seria injusto um peso-pesado lutar com um peso-pena. Desta forma é possível perceber que o Estatuto das MEs e EPPs se trata de justiça e não de privilégio.

Da mesma forma, o Recorrido ao se credenciar com ME/EPP no Sistema Comprasnet, foi injusto com os demais licitantes, que respeitaram as normas editalícias se apresentando como pessoa física e não usufruíram das mesmas condições proporcionadas à ME/EPP.

Princípio da Isonomia

Devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade.

(Aristóteles)”

7. Ou seja, como brilhantemente pontuado pela Sra Pregoeira, tendo em vista a legislação específica FACULTAR aos Leiloeiros Públicos registrar-se como Empresário Individual o instrumento convocatório deverá permitir a participação de ambos e ainda que o leiloeiro tenha se cadastrado como Empresário Individual o mesmo não goza de privilégio em detrimento aos leiloeiros que são pessoas físicas.

8. No pregão eletrônico promovido pela UFRJ a questão do desempate entre leiloeiros pessoas físicas e leiloeiros empresários individuais também foi sucitada e o pregoeiro, também de maneira brihante, assim decidiciu (documento em anexo):

Ao assinalar “SIM” em (ME/EPP Equiparada) e “SIM” em (Declaração ME/EPP) **o licitante obteve vantagem desproporcional sabendo-se que o leiloeiro (empresário individual) é equiparado a pessoa física, logo não fazendojus ao desempate.**

002 Quais as atividades exercidas por pessoas físicas que não ensejam a sua equiparação à pessoa jurídica?
todas as pessoas físicas que, individualmente, exerçam profissões ou explorem atividades consoante os termos do art. 162, § 2º, IV e V, do RIR/2018, como por exemplo: serventuários de justiça, tabeliães, corretores, leiloeiros, despachantes etc;

9. O Decreto 9.580 de 22 de novembro de 2018 que regulamenta a tributação, a fiscalização, a arrecadação e a administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, em seu artigo 162 determina que:

Art. 162. As empresas individuais são equiparadas às pessoas jurídicas

§ 1º São empresas individuais:

I - os empresários constituídos na forma estabelecida no art. 966 ao art. 969 da Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil ;

II - as pessoas físicas que, em nome individual, explorem, habitual e profissionalmente, qualquer atividade econômica de natureza civil ou comercial, com o fim especulativo de lucro, por meio da venda a terceiros de bens ou serviços (Lei nº 4.506, de 1964, art. 41, § 1º, alínea “b” ; e Decreto-Lei nº 5.844, de 1943, art. 27, § 1º); e

III - as pessoas físicas que promovam a incorporação de prédios em condomínio ou loteamento de terrenos, nos termos estabelecidos na Seção II deste Capítulo (Decreto-Lei nº 1.381, de 23 de dezembro de 1974, art. 1º e art. 3º, caput, inciso III).

§ 2º O disposto no inciso II do § 1º não se aplica às pessoas físicas que, individualmente, exerçam as profissões ou explorem as atividades de:

I - médico, engenheiro, advogado, dentista, veterinário, professor, economista, contador, jornalista, pintor, escritor, escultor e de outras que lhes possam ser assemelhadas (Decreto-Lei nº 5.844, de 1943, art. 6º, caput, alínea “a” ; Lei nº 4.480, de 14 de novembro de 1964, art. 3º ; e Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil, art. 966, parágrafo único);

II - profissões, ocupações e prestação de serviços não comerciais (Decreto-Lei nº 5.844, de 1943, art. 6º, caput, alínea “b”);

III - agentes, representantes e outras pessoas sem vínculo empregatício que, ao tomar parte em atos de comércio, não os pratiquem, todavia, por conta própria (Decreto-Lei nº 5.844, de 1943, art. 6º, caput, alínea “c”);

IV - serventuários da Justiça, como tabeliães, notários, oficiais públicos, entre outros (Decreto-Lei nº 5.844, de 1943, art. 6º, caput, alínea “d”);

V - **corretores, leiloeiros e despachantes, seus prepostos e seus adjuntos** (Decreto-Lei nº 5.844, de 1943, art. 6º, caput, alínea “e”);

VI - exploração individual de contratos de empreitada unicamente de labor, de qualquer natureza, quer se trate de trabalhos arquitetônicos, topográficos, terraplenagem, construções de alvenaria e outras congêneres, quer de serviços de utilidade pública, tanto de estudos como de construções (Decreto-Lei nº 5.844, de 1943, art. 6º, caput, alínea “f”); e

VII - exploração de obras artísticas, didáticas, científicas, urbanísticas, projetos técnicos de construção, instalações ou equipamentos, exceto quando não explorados diretamente pelo autor ou pelo criador do bem ou da obra (Decreto-Lei nº 5.844, de 1943, art. 6º, caput, alínea “g” ; e Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil, art. 966, parágrafo único).

10. Sendo assim, ainda que o leiloeiro tenha CNPJ o mesmo não pode ser considerado empresa, tampouco se utilizar dos benefícios que a Lei Complementar 123 trouxe aos ME/EPP.

11. O empresário individual **é a própria pessoa física ou natural**, respondendo os seus bens pelas obrigações que assumiu, quer sejam civil, quer comerciais.¹

12. No RESP 1.899.342 de 26/04/2022 o Relator, Min. Marco Buzzi explicou que o **MEI e o EI são pessoas físicas** que exercem atividade empresária em nome próprio, respondendo com seu patrimônio pessoal pelos riscos do negócio, de modo que não há distinção entre a pessoa natural e a personalidade da empresa – criada apenas para fins específicos.

13. Assim, o tratamento favorecido serve para igualar, ao menos em tese, os pequenos com os grandes empresários, pois enquanto estes deteriam o poderio econômico que lhe permitiria baratear os preços; aqueles arcariam com uma carga tributária menor, além de facilidades burocráticas, de forma a equilibrar o comércio, o que não ocorre na disputa entre ME/EPP/EQUIPARADAS com relação a PESSOAS FÍSICAS, que concorrem em igualdade de condições e são equiparadas.

14. Conforme fartamente demonstrado acima não é assegurado preferência de contratação para microempresas e empresas de pequeno porte em detrimento de pessoas físicas, pelo contrário, ambas estão no mesmo patamar e, no tocante ao LEILOEIRO, ainda que o mesmo se inscreva como empresário individual o mesmo é EQUIPARADO à pessoa física para todos os fins..

¹ Ap. civ. n. 8.447 - Lages, "in" Bol. Jur. ADCOAS, n. 18.878/73

15. Observa-se que no item 7 do edital, nos documentos de habilitação, não consta NENHUM documento fornecido por pessoa física, somente consta documentos fornecidos por pessoa jurídica.

16. Consta, inclusive, nos itens 13.1.2 e 13.1.10 que a empresa vencedora terá que apresentar contrato social e identidade dos sócios, o que não se aplica aos Leiloeiros Públicos Oficiais.

II. DO PEDIDO

17. Diante do exposto, requer:

a) Republicação do instrumento convocatório permitindo a participação e exigindo documentação de pessoa físicas;

b) Em caso de disputa entre leiloeiros pessoas físicas e ME/EPP/EQUIPARADAS que seja marcado sorteio de forma presencial, para, de maneira igualitária e equiparada, seja selecionado o leiloeiro vencedor, conforme já realizado anteriormente pela IMBEL em licitações para contratação de leiloeiros anteriormente realizadas.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2023.

SINDICATO DOS LEILOEIROS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

LUIZ TENÓRIO DE PAULA
Presidente
(assinado eletronicamente)

RODRIGO LOPES PORTELLA
Vice-Presidente

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

DECISÃO DO PREGOEIRO: PROCEDE

Trata-se de recursos administrativos interpostos, tempestivamente, pelos Leiloeiros licitantes: SANDRA SEVIDANES, JULIANA VETTORAZZO, JULIANA ARAÚJO, JOÃO EMILIO DE OLIVEIRA FILHO e EDGARD JUNIOR, contra a habilitação do Leiloeiro, referente ao Pregão Eletrônico nº 80/2023, processo nº 25/001.578/2022, tudo na forma do disposto no item 14 do Edital. A referida licitação tem como objeto a contratação de LEILOEIRO(A) PÚBLICO OFICIAL, para administrar e operacionalizar leilões de veículos recolhidos, os quais encontram-se depositados nos pátios da SEOP.

Após a análise das razões de recursos apresentados, relato um breve histórico no âmbito do Pregão Eletrônico supramencionado, em face das decisões proferidas na Sessão Pública do referido certame que declarou vencedor o Leiloeiro HÉLCIO KORNBERG que, em decorrência do êxito na disputa, que se deu em um primeiro momento, por sorteio automático no Sistema Comprasnet, com amparo ao Art. 60 da Lei nº 14.133/2021. Contudo, permaneceu empatado com o Leiloeiro Gustavo Moretto, tendo sido o desempate efetivado com amparo ao Art. 60, II, da Lei nº 14.133/2021.

Registro que o Leiloeiro HÉLCIO KORNBERG se classificou em primeiro lugar, apresentando proposta com 100% (cem por cento) de desconto (Assim como os outros 8(oito) primeiros colocados). Informo que o valor inicial estimado para contratação, seria de um percentual de taxa de administração de até 5% (cinco por cento), em atendimento ao previsto nos itens 1 e 4 do Termo de Referência, em conformidade ao art. 75, DREI nº72/2019.

Encerrada a fase de habilitação, foi aberto o prazo para apresentação de intenção de recurso, observado o disposto nos Arts. 165 e 168 da Lei Federal nº 14.133/2021, ficando, assim, registradas as intenções de recurso das citadas licitantes.

Por questão de praticidade e clareza responderei cada um dos recursos, separadamente, visando maior transparência no julgamento.

ANÁLISE DA PREGOEIRA DAS RAZÕES RECURSAIS

Em resposta ao recurso, cabe esclarecer que em busca da lisura e transparência da licitação o mesmo será julgado, atendendo aos ditames da Lei nº 14.133/2021.

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, evitando-se contratações com sobrepeso ou preços inexequíveis ou superfaturados na execução dos contratos e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, sendo processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

Assim, no que tange à argumentação da licitante SANDRA SEVIDANES, registro que o entendimento da recorrente, cabe provimento, pois o edital foi específico para contratação de pessoa física, atendendo previsão própria para o objeto licitado, ou seja, contratação de Leiloeiro.

Como postura e coerência à Lei 14.133/2021, Art. 11º, II, que tem como objetivo assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, cabe registrar que a Recorrida foi favorecida ao declarar no Sistema Comprasnet cumprir os requisitos estabelecidos no Art.3º da Lei 123/2006.

Diante do exposto, onde o Pregoeiro não pode perder de vista a estrita observância aos princípios inerentes aos procedimentos licitatórios previstos no Capítulo II - Dos Princípios da Lei nº 14.133/2021, principalmente, o da legalidade (insculpido também no art. 37 da Constituição Federal), isonomia e o da vinculação ao instrumento convocatório, resta comprovada que a empresa Recorrida, afastada má fé, não respeitou o ato convocatório, que não previa documentos habilitatórios para Empresa ME/EPP. Registro que a Recorrida, apresentou os documentos habilitatórios como Pessoa Física e se cadastrou como ME/EPP, misturando documentos habilitatórios entre Pessoa Física e Pessoa Jurídica, usufruindo dos benefícios pertinentes à ME/EPP, na fase de lances e desempate.

Registro que o Microempreendedor, optante pelo Simples Nacional, pode participar de processos de licitação exclusivos para ME (Microempresa) e EPP (Empresas de Pequeno Porte) ou competir com empresas de grande porte, tendo seus direitos e benefícios respeitados. Alerto que podendo o objeto ser executado por pessoa física e pessoa jurídica, não poderá ser impedida a participação de uma ou de outra. Ao contrário, deverá o edital admitir a participação de ambas, evidenciando que o procedimento destina-se a todos aqueles que atenderem as condições pré-fixadas, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas.

Mesmo que o edital seja omisso nesse sentido ou o entendimento tenha sido equivocado, o ME/EPP não poderia participar da presente licitação, uma vez que não houve condições pré-fixadas, como previsão de documentos habilitatórios a serem apresentados para ME/EPP. É válido ressaltar que o Termo de Referência, item 14.1, descreve as condições na exigência da contratação de Leiloeiro, onde deixa clara a autorização de participação de pessoa física na presente licitação.

Certa da clareza do ato convocatório, registro que não houve nenhum pedido de esclarecimento, tão pouco pedido de impugnação acerca do tema do recurso ora apresentado. Assim, a Administração entende, que cumpriu toda legislação pertinente para permitir apenas a participação de Pessoa Física.

O Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte provém do Princípio da Isonomia. É como nos ringues de luta onde cada lutador compete com outro de mesma categoria visto que seria injusto um peso-pesado lutar com um peso-pena. Desta forma é possível perceber que o Estatuto das MEs e EPPs se trata de justiça e não de privilégio.

Da mesma forma, o Recorrido ao se credenciar com ME/EPP no Sistema Comprasnet, foi injusto com os demais licitantes, que respeitaram as normas editalícias se apresentando como pessoa física e não usufruíram das mesmas condições proporcionadas à ME/EPP.

Princípio da Isonomia

Devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade.
(Aristóteles)

Assim, o resultado tornado público deve ser reformado, retrocedendo minha decisão, sobre a habilitação do licitante HÉLCIO KORNBERG, pelos motivos expostos acima e em nome dos princípios que norteiam a licitação pública e do superior interesse público, pelo DEFERIMENTO do recurso impetrado pela Licitante SANDRA SEVIDANES.

ANÁLISE DA PREGOEIRA DAS RAZÕES RECURSAIS

Em resposta ao recurso, cabe esclarecer que em busca da lisura e transparência da licitação o mesmo será julgado, atendendo aos ditames da Lei nº 14.133/2021.

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, evitando-se contratações com sobrepeso ou preços inexequíveis ou superfaturados na execução dos contratos e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, sendo processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

Assim, no que tange à argumentação da licitante JULIANA VETTORAZZO, registro que o entendimento da recorrente, cabe provimento, pois o edital foi específico para contratação de pessoa física, atendendo previsão própria para o objeto licitado, ou seja, contratação de Leiloeiro.

Como postura e coerência à Lei 14.133/2021, Art. 11º, II, que tem como objetivo assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, cabe registrar que a Recorrida foi favorecida ao declarar no Sistema Comprasnet cumprir os requisitos estabelecidos no Art.3º da Lei 123/2006.

Diante do exposto, onde o Pregoeiro não pode perder de vista a estrita observância aos princípios inerentes aos procedimentos licitatórios previstos no Capítulo II - Dos Princípios da Lei nº 14.133/2021, principalmente, o da legalidade (insculpido também no art. 37 da Constituição Federal), isonomia e o da vinculação ao instrumento convocatório, resta comprovada que a empresa Recorrida, afastada má fé, não respeitou o ato convocatório, que não previa documentos habilitatórios para Empresa ME/EPP. Registro que a Recorrida, apresentou os documentos habilitatórios como Pessoa Física e se cadastrou como ME/EPP, misturando documentos habilitatórios entre Pessoa Física e Pessoa Jurídica, usufruindo dos benefícios pertinentes à ME/EPP, na fase de lances e desempate.

Registro que o Microempreendedor, optante pelo Simples Nacional, pode participar de processos de licitação exclusivos para ME (Microempresa) e EPP (Empresas de Pequeno Porte) ou competir com empresas de grande porte, tendo seus direitos e benefícios respeitados. Alerto que podendo o objeto ser executado por pessoa física e pessoa jurídica, não poderá ser impedida a participação de uma ou de outra. Ao contrário, deverá o edital admitir a participação de ambas, evidenciando que o procedimento destina-se a todos aqueles que atenderem as condições pré-fixadas, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas.

Mesmo que o edital seja omissivo nesse sentido ou o entendimento tenha sido equivocado, o ME/EPP não poderia participar da presente licitação, uma vez que não houve condições pré-fixadas, como previsão de documentos habilitatórios a serem apresentados para ME/EPP. É válido ressaltar que o Termo de Referência, item 14.1, descreve as condições na exigência da contratação de Leiloeiro, onde deixa clara a autorização de participação de pessoa física na presente licitação.

Certa da clareza do ato convocatório, registro que não houve nenhum pedido de esclarecimento, tão pouco pedido de impugnação acerca do tema do recurso ora apresentado. Assim, a Administração entende, que cumpriu toda legislação pertinente para permitir apenas a participação de Pessoa Física.

O Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte provém do Princípio da Isonomia. É como nos ringues de luta onde cada lutador compete com outro de mesma categoria visto que seria injusto um peso-pesado lutar com um peso-pena. Desta forma é possível perceber que o Estatuto das MEs e EPPs se trata de justiça e não de privilégio.

Da mesma forma, o Recorrido ao se credenciar com ME/EPP no Sistema Comprasnet, foi injusto com os demais licitantes, que respeitaram as normas editalícias se apresentando como pessoa física e não usufruíram das mesmas condições proporcionadas à ME/EPP.

Princípio da Isonomia

Devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade.
(Aristóteles)

Assim, o resultado tornado público deve ser reformado, retrocedendo minha decisão, sobre a habilitação do licitante HÉLCIO KORNBERG, pelos motivos expostos acima e em nome dos princípios que norteiam a licitação pública e do superior interesse público, pelo DEFERIMENTO do recurso impetrado pela Licitante JULIANA VETTORAZZO.

ANÁLISE DA PREGOEIRA DAS RAZÕES RECURSAIS

Em resposta ao recurso, cabe esclarecer que em busca da lisura e transparência da licitação o mesmo será julgado, atendendo aos ditames da Lei nº 14.133/2021.

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, evitando-se contratações com sobrepeso ou preços inexequíveis ou superfaturados na execução dos contratos e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, sendo processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

Assim, no que tange à argumentação do licitante JOÃO EMÍLIO DE OLIVEIRA FILHO, registro que o entendimento do recorrente, cabe provimento, parcial, conforme descrevo a seguir:

Quanto o fato do leiloeiro declarado vencedor deixar de atender as condições do edital por supostamente não ser capaz de emitir notas fiscais em razão de não ter cadastro ativo perante a Fazenda Estadual, antes do início das atividades conforme a Res. SEFAZ 994/2016, esclareço que não foi exigido no edital a apresentação do documento mencionado. Assim, não cabe provimento ao solicitado. Esclareço que, de fato, o leiloeiro poderia adotar ações após a contratação para cadastro na Fazenda Estadual.

Quanto a apresentação do alvará de funcionamento do pátio ora em questão encontra-se em favor da empresa "VIP LEILÕES", e por este motivo, embora reconheça que tal fato não é impeditivo, afirma que o alvará deve obrigatoriamente estar em nome do leiloeiro vencedor. De fato, o Termo de Referência em seu item 14.1, não admite as combinações de negócio como fusão, cisão ou incorporação da contratada com pessoa jurídica ou qualquer forma de transferência da execução dos serviços privativos do profissional, mesmo que por outro devidamente matriculado para atividade. Portanto, houve descumprimento ao exigido, cabendo provimento ao recurso.

Diante do exposto, onde o Pregoeiro não pode perder de vista a estrita observância aos princípios inerentes aos procedimentos licitatórios previstos no Capítulo II - Dos Princípios da Lei nº 14.133/2021, principalmente, o da legalidade (insculpido também no art. 37 da Constituição Federal), isonomia e o da vinculação ao instrumento convocatório, resta comprovada que a empresa Recorrida, afastada má fé, não respeitou o ato convocatório.

Assim, o resultado tornado público deve ser reformado, retrocedendo minha decisão, sobre a habilitação do licitante HÉLCIO KORNBERG, pelos motivos expostos acima e em nome dos princípios que norteiam a licitação pública e do superior interesse público, pelo DEFERIMENTO PARCIAL do recurso impetrado pelo Licitante JOÃO EMÍLIO DE OLIVEIRA FILHO.

ANÁLISE DA PREGOEIRA DAS RAZÕES RECURSAIS

Em resposta ao recurso, cabe esclarecer que em busca da lisura e transparência da licitação o mesmo será julgado, atendendo aos ditames da Lei nº 14.133/2021.

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, evitando-se contratações com sobrepeso ou preços inexequíveis ou superfaturados na execução dos contratos e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, sendo processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

Assim, no que tange à argumentação da licitante JULIANA SEVIDANES DE ARAUJO, registro que o entendimento da recorrente, cabe provimento, pois o edital foi específico para contratação de pessoa física, atendendo previsão própria para o objeto licitado, ou seja, contratação de Leiloeiro.

Como postura e coerência à Lei 14.133/2021, Art. 11º, II, que tem como objetivo assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, cabe registrar que a Recorrida foi favorecida ao declarar no Sistema Comprasnet cumprir os requisitos estabelecidos no Art.3º da Lei 123/2006.

Diante do exposto, onde o Pregoeiro não pode perder de vista a estrita observância aos princípios inerentes aos procedimentos licitatórios previstos no Capítulo II - Dos Princípios da Lei nº 14.133/2021, principalmente, o da legalidade (insculpido também no art. 37 da Constituição Federal), isonomia e o da vinculação ao instrumento convocatório, resta comprovada que a empresa Recorrida, afastada má fé, não respeitou o ato convocatório, que não previa documentos habilitatórios para Empresa ME/EPP. Registro que a Recorrida, apresentou os documentos habilitatórios como Pessoa Física e se cadastrou como ME/EPP, misturando documentos habilitatórios entre Pessoa Física e Pessoa Jurídica, usufruindo dos benefícios pertinentes à ME/EPP, na fase de lances e desempate.

Registro que o Microempreendedor, optante pelo Simples Nacional, pode participar de processos de licitação exclusivos para ME (Microempresa) e EPP (Empresas de Pequeno Porte) ou competir com empresas de grande porte, tendo seus direitos e benefícios respeitados. Alerto que podendo o objeto ser executado por pessoa física e

pessoa jurídica, não poderá ser impedida a participação de uma ou de outra. Ao contrário, deverá o edital admitir a participação de ambas, evidenciando que o procedimento destina-se a todos aqueles que atenderem as condições pré-fixadas, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas.

Mesmo que o edital seja omissivo nesse sentido ou o entendimento tenha sido equivocado, o ME/EPP não poderia participar da presente licitação, uma vez que não houve condições pré-fixadas, como previsão de documentos habilitatórios a serem apresentados para ME/EPP. É válido ressaltar que o Termo de Referência, item 14.1, descreve as condições na exigência da contratação de Leiloeiro, onde deixa clara a autorização de participação de pessoa física na presente licitação.

Certa da clareza do ato convocatório, registro que não houve nenhum pedido de esclarecimento, tão pouco pedido de impugnação acerca do tema do recurso ora apresentado. Assim, a Administração entende, que cumpriu toda legislação pertinente para permitir apenas a participação de Pessoa Física.

O Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte provém do Princípio da Isonomia. É como nos ringues de luta onde cada lutador compete com outro de mesma categoria visto que seria injusto um peso-pesado lutar com um peso-pena. Desta forma é possível perceber que o Estatuto das MEs e EPPs se trata de justiça e não de privilégio.

Da mesma forma, o Recorrido ao se credenciar com ME/EPP no Sistema Comprasnet, foi injusto com os demais licitantes, que respeitaram as normas editalícias se apresentando como pessoa física e não usufruíram das mesmas condições proporcionadas à ME/EPP.

Princípio da Isonomia

Devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade. (Aristóteles)

Assim, o resultado tornado público deve ser reformado, retrocedendo minha decisão, sobre a habilitação do licitante HÉLCIO KORNBERG, pelos motivos expostos acima e em nome dos princípios que norteiam a licitação pública e do superior interesse público, pelo DEFERIMENTO do recurso impetrado pela Licitante JJULIANA SEVIDANES DE ARAUJO .

ANÁLISE DA PREGOEIRA DAS RAZÕES RECURSAIS

Em resposta ao recurso, cabe esclarecer que em busca da lisura e transparência da licitação o mesmo será julgado, atendendo aos ditames da Lei nº 14.133/2021.

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, evitando-se contratações com sobrepeso ou preços inexequíveis ou superfaturados na execução dos contratos e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, sendo processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

Assim, no que tange à argumentação do licitante EDGAR DE CARVALHO JUNIOR, registro que o entendimento da recorrente, cabe provimento, pois o edital foi específico para contratação de pessoa física, atendendo previsão própria para o objeto licitado, ou seja, contratação de Leiloeiro.

Como postura e coerência à Lei 14.133/2021, Art. 11º, II, que tem como objetivo assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, cabe registrar que a Recorrida foi favorecida ao declarar no Sistema Comprasnet cumprir os requisitos estabelecidos no Art.3º da Lei 123/2006.

Diante do exposto, onde o Pregoeiro não pode perder de vista a estrita observância aos princípios inerentes aos procedimentos licitatórios previstos no Capítulo II - Dos Princípios da Lei nº 14.133/2021, principalmente, o da legalidade (insculpido também no art. 37 da Constituição Federal), isonomia e o da vinculação ao instrumento convocatório, resta comprovada que a empresa Recorrida, afastada má fé, não respeitou o ato convocatório, que não previa documentos habilitatórios para Empresa ME/EPP. Registro que a Recorrida, apresentou os documentos habilitatórios como Pessoa Física e se cadastrou como ME/EPP, misturando documentos habilitatórios entre Pessoa Física e Pessoa Jurídica, usufruindo dos benefícios pertinentes à ME/EPP, na fase de lances e desempate.

Registro que o Microempreendedor, optante pelo Simples Nacional, pode participar de processos de licitação exclusivos para ME (Microempresa) e EPP (Empresas de Pequeno Porte) ou competir com empresas de grande porte, tendo seus direitos e benefícios respeitados. Alerto que podendo o objeto ser executado por pessoa física e pessoa jurídica, não poderá ser impedida a participação de uma ou de outra. Ao contrário, deverá o edital admitir a participação de ambas, evidenciando que o procedimento destina-se a todos aqueles que atenderem as condições pré-fixadas, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas.

Mesmo que o edital seja omissivo nesse sentido ou o entendimento tenha sido equivocado, o ME/EPP não poderia participar da presente licitação, uma vez que não houve condições pré-fixadas, como previsão de documentos habilitatórios a serem apresentados para ME/EPP. É válido ressaltar que o Termo de Referência, item 14.1, descreve as condições na exigência da contratação de Leiloeiro, onde deixa clara a autorização de participação de pessoa física na presente licitação.

Certa da clareza do ato convocatório, registro que não houve nenhum pedido de esclarecimento, tão pouco pedido de impugnação acerca do tema do recurso ora apresentado. Assim, a Administração entende, que cumpriu toda legislação pertinente para permitir apenas a participação de Pessoa Física.

O Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte provém do Princípio da Isonomia. É como nos ringues de luta onde cada lutador compete com outro de mesma categoria visto que seria injusto um peso-pesado lutar com um peso-pena. Desta forma é possível perceber que o Estatuto das MEs e EPPs se trata de justiça e não de privilégio.

Da mesma forma, o Recorrido ao se credenciar com ME/EPP no Sistema Comprasnet, foi injusto com os demais licitantes, que respeitaram as normas editalícias se apresentando como pessoa física e não usufruíram das mesmas condições proporcionadas à ME/EPP.

Princípio da Isonomia

Devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade.

(Aristóteles)

Assim, o resultado tornado público deve ser reformado, retrocedendo minha decisão, sobre a habilitação do licitante HÉLCIO KORNBERG, pelos motivos expostos acima e em nome dos princípios que norteiam a licitação pública e do superior interesse público, pelo DEFERIMENTO do recurso impetrado pelo Licitante EDGAR DE CARVALHO JUNIOR .

CONCLUSÃO

Pelas razões acima expostas, reconheço os recursos apresentados pelos licitantes SANDRA SEVIDANES, JULIANA VETTORAZZO, JULIANA ARAÚJO, JOÃO EMILIO DE OLIVEIRA FILHO e EDGARD JUNIOR, considerando a sua tempestividade e opino pela PROCEDÊNCIA dos mesmos.

Por fim, retifico a minha decisão prolatada na Sessão Pública do dia 02/03/202 no sentido de inabilitar o Licitante HÉLCIO KORNBERG, uma vez que todos os recursos apresentados pelos licitantes Recorrentes, foram diligenciados pela Pregoeira responsável pelo PE/OP nº 80/2023.

Publique-se

Processo nº 25/001578/2022- DEFIRO os recursos apresentados pelos licitantes SANDRA SEVIDANES, JULIANA VETTORAZZO, JULIANA ARAÚJO, e EDGARD JUNIOR e DEFIRO PARCIALMENTE o recurso apresentado pelo licitante JOÃO EMILIO DE OLIVEIRA FILHO, na licitação sob a modalidade de Pregão Eletrônico/OP nº 80/2023, para prestação de serviços de LEILOEIRO(A) PÚBLICO OFICIAL, PARA ADMINISTRAR E OPERACIONALIZAR LEILÕES DE VEÍCULOS RECOLHIDOS, OS QUAIS ENCONTRAM-SE DEPOSITADOS NOS PÁTIOS DA SEOP.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2023

Dayse Campos Duque Estrada Meyer
Pregoeira - OP/SUBG/GLAC
Matr : 11/267.968-6

Fechar

pelo artigo 38, inciso III, alínea "a", e incisos IV a VI, da Instrução Normativa nº 2.119, de 6 de dezembro de 2022, e o que consta do processo nº 10925.721168/2023-89, declara:

Art. 1º Inapta a inscrição no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas), a pessoa jurídica FAMAPEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PAPEIS E APARAS RECICLADOS LTDA., CNPJ nº 32.087.708/0001-18.

Art. 2º Os efeitos da inaptdi o retroagem   data de sua inscri o no CNPJ, 02/06/2015, conforme disposto no artigo 51,   2 , inciso III, da IN RFB n  2.119, de 6 de dezembro de 2022.

Art. 3  Inidôneos não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos pelo contribuinte acima referido, a partir da data citada no artigo anterior, nos termos do art. 51,  2 , inciso III, da Instru o Normativa n  2.119, de 6 de dezembro de 2022

Art. 4  Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publica o no Diário Oficial da União.

RAFAEL SALDANHA LAUENSTEIN

DIVISÃO DE TRIBUTA O

SOLUÇO DE CONSULTA N  10.001, DE 31 DE JANEIRO DE 2023

Assunto: Obriga es Acessórias

LEILOEIRO. PESSOA FÍSICA.

Ainda que se registre como empresário individual, o leiloeiro não   assim considerado para fins de equipara o a pessoa jurídica. Consequentemente, seu rendimento deve ser tributado na pessoa física e ele não está submetido às obriga es acessórias das pessoas jurídicas, como apresenta o de DCTF, ECF e EFD-Contribui es.

SOLUÇO DE CONSULTA VINCULADA   SOLUÇO DE CONSULTA COSIT N  44, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022.

Dispositivos legais: Regulamento do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de 2018 (RIR/2018), aprovado pelo Decreto n  9.580, de 2018, arts. 38, inciso V, e 162,   2 , inciso V; Instru o Normativa RFB n  1.252, de 2012, art. 2 ; Instru o Normativa RFB n  2.004, de 2021, art. 1 ; Instru o Normativa RFB n  2.005, de 2021, art. 5 , inciso XVIII.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal

CONSULTA SOBRE INTERPRETA O DA LEGISLA O TRIBUTÁRIA.

Não produz efeitos a consulta quanto   parte que não versar sobre a interpreta o da legisla o tributária.

Dispositivos Legais: Decreto n  70.235, de 1972, art. 46, caput, e 52, inciso I; Decreto n  7.574, de 2011, arts. 88, caput, e 94, inciso I; Instru o Normativa RFB n  2.058, de 2021, arts. 13, inciso II, e 27, incisos I e II.

IOLANDA MARIA BINS PERIN

Chefe

SOLUÇO DE CONSULTA N  10.002, DE 31 DE JANEIRO DE 2023

Assunto: Obriga es Acessórias

LEILOEIRO. PESSOA FÍSICA.

Ainda que se registre como empresário individual, o leiloeiro não   assim considerado para fins de equipara o a pessoa jurídica. Consequentemente, seu rendimento deve ser tributado na pessoa física e ele não está submetido às obriga es acessórias das pessoas jurídicas, como apresenta o de DCTF, ECF e EFD-Contribui es.

SOLUÇO DE CONSULTA VINCULADA   SOLUÇO DE CONSULTA COSIT N  44, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022.

Dispositivos legais: Regulamento do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de 2018 (RIR/2018), aprovado pelo Decreto n  9.580, de 2018, arts. 38, inciso V, e 162,   2 , inciso V; Instru o Normativa RFB n  1.252, de 2012, art. 2 ; Instru o Normativa RFB n  2.004, de 2021, art. 1 ; Instru o Normativa RFB n  2.005, de 2021, art. 5 , inciso XVIII.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal

CONSULTA SOBRE INTERPRETA O DA LEGISLA O TRIBUTÁRIA.

Não produz efeitos a consulta quanto   parte que não versar sobre a interpreta o da legisla o tributária.

Dispositivos Legais: Decreto n  70.235, de 1972, art. 46, caput, e 52, inciso I; Decreto n  7.574, de 2011, arts. 88, caput, e 94, inciso I; Instru o Normativa RFB n  2.058, de 2021, arts. 13, inciso II, e 27, incisos I e II.

IOLANDA MARIA BINS PERIN

Chefe

SOLUÇO DE CONSULTA N  10.003, DE 31 DE JANEIRO DE 2023

Assunto: Obriga es Acessórias

LEILOEIRO. PESSOA FÍSICA.

Ainda que se registre como empresário individual, o leiloeiro não   assim considerado para fins de equipara o a pessoa jurídica. Consequentemente, seu rendimento deve ser tributado na pessoa física e ele não está submetido às obriga es acessórias das pessoas jurídicas, como apresenta o de DCTF, ECF e EFD-Contribui es.

SOLUÇO DE CONSULTA VINCULADA   SOLUÇO DE CONSULTA COSIT N  44, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022.

Dispositivos legais: Regulamento do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de 2018 (RIR/2018), aprovado pelo Decreto n  9.580, de 2018, arts. 38, inciso V, e 162,   2 , inciso V; Instru o Normativa RFB n  1.252, de 2012, art. 2 ; Instru o Normativa RFB n  2.004, de 2021, art. 1 ; Instru o Normativa RFB n  2.005, de 2021, art. 5 , inciso XVIII.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal

CONSULTA SOBRE INTERPRETA O DA LEGISLA O TRIBUTÁRIA.

Não produz efeitos a consulta quanto   parte que não versar sobre a interpreta o da legisla o tributária.

Dispositivos Legais: Decreto n  70.235, de 1972, art. 46, caput, e 52, inciso I; Decreto n  7.574, de 2011, arts. 88, caput, e 94, inciso I; Instru o Normativa RFB n  2.058, de 2021, arts. 13, inciso II, e 27, incisos I e II.

IOLANDA MARIA BINS PERIN

Chefe

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPERVISÃO
DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS
GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO
DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS CVM DE 31 DE JANEIRO DE 2023

N  20.560 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolu o CVM n  24, de 5 de março de 2021, autoriza GIORDANO LUIZ REIS DE ALMEIDA, CPF n  027.927.040-20, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolu o CVM n  19, de 25 de fevereiro de 2021.

N  20.561 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolu o CVM n  24, de 5 de março de 2021, autoriza PEDRO JOSE DE ABREU, CPF n  166.949.777-19, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolu o CVM n  19, de 25 de fevereiro de 2021.

N  20.562 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolu o CVM n  24, de 5 de março de 2021, cancela, a pedido, a autoriza o concedida a JOAO VAGNES DE MOURA SILVA, CPF n  584.043.411-68, para prestar os serviços de Administrador de Carteiras de Valores Mobiliários previstos na Resolu o CVM n  21, de 25 de fevereiro de 2021.

N  20.563 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolu o CVM n  24, de 5 de março de 2021, autoriza VINICIUS RAMIRES, CPF n  419.450.028-83, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolu o CVM n  19, de 25 de fevereiro de 2021.

N  20.564 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolu o CVM n  24, de 5 de março de 2021, autoriza PEDRO HENRIQUE DA FONSECA RODRIGUES, CPF n  108.623.397-23, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolu o CVM n  21, de 25 de fevereiro de 2021.

N  20.565 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolu o CVM n  24, de 5 de março de 2021, autoriza CARLOS EDUARDO RODRIGUES GARCIA, CPF n  305.872.088-21, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolu o CVM n  21, de 25 de fevereiro de 2021.

N  20.566 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolu o CVM n  24, de 5 de março de 2021, autoriza a DESBRAVA CAPITAL LTDA., CNPJ n  46.649.800, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolu o CVM n  21, de 25 de fevereiro de 2021.

N  20.567 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolu o CVM n  24, de 5 de março de 2021, autoriza ANDRÉ JORGE MOTTA MENEZES, CPF n  440.875.498-60, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolu o CVM n  19, de 25 de fevereiro de 2021.

N  20.568 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolu o CVM n  24, de 5 de março de 2021, autoriza FABIO ESCOREL LELLIS VIEIRA, CPF n  320.780.668-69, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolu o CVM n  19, de 25 de fevereiro de 2021.

ARTUR PEREIRA DE SOUZA

Ministério da Gestão e da Inova o em Serviços Públicos

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA MGI N  43, DE 31 DE JANEIRO DE 2023

Disciplina o compartilhamento de atividades de administra o patrimonial, de material, de gestão de pessoas, de serviços gerais, de orçamento e finanças, de contabilidade, de logística, de contratos, de tecnologia da informa o, de planejamento governamental e gestão estratégica e de outras atividades de suporte administrativo realizadas por meio de arranjos colaborativos entre Ministérios ou modelos centralizados, e dispõe sobre medidas transitórias decorrentes da edi o da Medida Provisória n  1.154, de 1  de janeiro de 2023.

A MINISTRA DE ESTADO DA GESTÃO E DA INOVA O EM SERVIÇOS PÚBLICOS, no uso da atribui o que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constitui o, e tendo em vista o disposto no art. 50,  2  e   3 , e no art. 70,   1 , ambos da Medida Provisória n  1.154, de 1  de janeiro de 2023, resolve:

Art. 1  Esta portaria disciplina o compartilhamento de atividades administrativas entre Ministérios de que trata o art. 50 e art. 70,   1 , ambos da Medida Provisória n  1.154, de 1  de janeiro de 2023.

Parágrafo  nico. O compartilhamento de que trata o caput poderá abranger as atividades relacionadas a:

- I - administra o patrimonial, de material e de espaço físico entre  rg os;
- II - gestão de pessoas;
- III - serviços gerais;
- IV - orçamento e finanças;
- V - contabilidade;
- VI - logística;
- VII - contratos;
- VIII - tecnologia da informa o;
- IX - planejamento governamental e gestão estratégica; e
- X - outras atividades de suporte administrativo, a critério dos órgãos envolvidos.

Art. 2  Para os fins desta Portaria, considera-se:

I - Ministério provedor: Ministério responsável pela presta o de serviços administrativos a um ou a um grupo de Ministérios demandantes; e
II - Ministério demandante: Ministério que recebe os serviços de um Ministério provedor.

Art. 3  O compartilhamento de serviços administrativos de que trata esta Portaria poderá ocorrer por meio de:

- I - arranjos colaborativos; ou
- II - modelos centralizados.



Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

DECISÃO DO PREGOEIRO: PROCEDE

DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO

Referência: Pregão eletrônico 56/2023.

Objeto: Contratação de prestação de serviço de Leiloeiro Oficial para preparar, organizar e conduzir leilões públicos de bens inservíveis pertencentes ao patrimônio da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Processo: 23083.051785/2022-25

Recorrente: JULIANA SEVIDANES DE ARAUJO – CPF: 121.169.427-56

Recorrente: JOAO EMILIO DE OLIVEIRA FILHO – CPF: 359.957.857-53

Recorrente: SANDRA REGINA SEVIDANES RODRIGUES – CPF: 741.875.207-59

Recorrente: JULIANA VETTORAZZO RODRIGUES BARROS – CPF: 099.340.807-96

Recorrente: EDGAR DE CARVALHO JUNIOR – CPF: 100.568.587-87

Recorrido: FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO – CNPJ: 49.888.790/0001-82

Recorrida: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

I. BREVE RELATÓRIO

1. Cuida-se de processo licitatório na modalidade pregão eletrônico, tipo maior desconto, na forma de execução indireta, visando selecionar serviço de Leiloeiro Oficial para preparar, organizar e conduzir leilões públicos de bens inservíveis pertencentes ao patrimônio da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, conforme regras do edital e especificações do termo de referência.

2. A sessão pública foi aberta em 11/04/2023, onde houve empate do desconto da taxa de administração e posterior sorteio eletrônico automático.

3. O licitante FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO restou provisoriamente classificado em primeiro lugar após sorteio eletrônico.

4. Foi procedida a análise da documentação, verificando-se no que tange aos critérios de aceitação a empresa encontrava-se em conformidade com o Edital.

5. Após encerramento do certame houve intenção de recurso, razões e contrarrazão.

6. Em síntese, os recorrentes insurgem-se contra a habilitação do Sr. FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO, aduzindo para tanto que:

Juliana Araújo, Leiloeira Pública Oficial, matriculada na JUCERJA de nº 238, vem, tempestivamente, apresenta razões do recurso. É sabido por todos que o Leiloeiro Público Oficial é pessoa física. A Junta Comercial FACULTA ao Leiloeiro Público Oficial a inscrição do mesmo como EMPRESÁRIO INDIVIDUAL, o qual é equiparado a pessoa física. O empresário individual, é uma pessoa física que exerce, em nome próprio, atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços. "O empresário individual, é a própria pessoa física ou natural, respondendo os seus bens pelas obrigações que assumiu, quer sejam civis, quer comerciais. A transformação de firma individual em pessoa jurídica é uma ficção do direito tributário, somente para o efeito do imposto de renda" (REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva, p. 76). Em suma, o empresário individual não é pessoa jurídica, confundindo-se, para efeitos de direitos e obrigações, e também na composição patrimonial, com a pessoa natural que exerce a atividade empresária. Logo, não há o que se falar em tratamento diferenciado no presente pregão eletrônico de ME/EPP em detrimento dos Leiloeiros pessoas físicas. O tratamento diferenciado para ME/EPP é com relação a empresas de médio e grande porte e não com pessoas físicas! No RESP 1.899.342 de 26/04/2022 o Relator, Min. Marco Buzzi explicou que o MEI e o EI são pessoas físicas que exercem atividade empresária em nome próprio, respondendo com seu patrimônio pessoal pelos riscos do negócio, de modo que não há distinção entre a pessoa natural e a personalidade da empresa – criada apenas para fins específicos, como tributários e previdenciários. As pequenas empresas, em um mercado de livre concorrência, estão em situação de desvantagem em relação às empresas de maior porte, dessa forma, caso não houvesse o tratamento diferenciado, previsto na Lei Complementar 123/2006, amparado no art. 179 da Constituição Federal, as pequenas empresas dificilmente conseguiriam oferecer a melhor proposta em uma licitação, o que diminuiria a possibilidade de contratar com a Administração Pública, maculando, assim, o princípio da igualdade, pois as contratações se dariam, em sua maioria, com as grandes empresas. Assim, o tratamento favorecido serve para igualar, ao menos em tese, os pequenos com os grandes empresários, pois enquanto estes deteriam o poderio econômico que lhe permitiria baratear os preços; aqueles arcariam com uma carga tributária menor, além de facilidades burocráticas, de forma a equilibrar o comércio, o que não ocorre no caso concreto, uma vez que as ME/EPP estão concorrendo com PESSOAS FÍSICAS! O mesmo ocorreu com a Prefeitura do Rio de Janeiro, dois Leiloeiros foram classificados em 1º e 2º lugar, após utilizarem o benefício de ME/EPP em detrimento de pessoas físicas. A pregoeira, brilhantemente, afastou o benefício por entender, como não poderia deixar de ser, que não há benefício de ME/EPP em disputa com pessoas físicas, uma vez que Leiloeiro Público cadastrados como empresário individual é equiparado a pessoa física para todos os efeitos. Ademais, o Leiloeiro Público Oficial não apresentou certidão de antecedentes criminais do Estado do Rio de Janeiro, conforme solicitado no item 9.6.4. Se o contrato será realizado no Estado do Rio de Janeiro, e a Certidão de Matrícula do Leiloeiro deverá ser no Estado do Rio de Janeiro (item 9.6.2), não faz sentido algum o Leiloeiro apresentar certidão de antecedentes criminais de Minas Gerais. Diante do exposto, requer que o tratamento diferenciado na presente licitação seja afastado, uma vez que ME/EPP deverão concorrer de forma igualitária/equiparada com as pessoas físicas, sendo assim que a presente licitação seja revista e o realizado um novo sorteio, dando igualdade de condições a todos os licitantes a luz do princípio da isonomia e razoabilidade.

Juliana Araújo

Leiloeira Pública Oficial
JUCERJA nº 238

João Emilio de Oliveira Filho, Leiloeiro Público Oficial, matriculado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA sob o Nº 45, portador do CPF Nº 359.957.857-53, com sede na Estrada dos Bandeirantes, nº 10639 - Camorim, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22783-116, vem, TEMPESTIVAMENTE, com fulcro no artigo 109, inciso I, alínea "a" da Lei 8.666/93 e no item "11. DOS RECURSOS" do Edital Supracitado, interpor: RECURSO ADMINISTRATIVO Em face da decisão que habilitou o licitante, Sr. FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO, pelos motivos que passa a expor: A Comissão habilitou o Leiloeiro supracitado, porém, ao reanalisar minuciosamente o edital e a documentação apresentada pelo primeiro classificado, foi constatado o não atendimento à exigência contida no Edital, fato este que deve lograr na inabilitação do Licitante, tendo em vista que a partir da publicação do Edital, tanto o órgão licitante quanto os participantes devem obedecê-lo em sua íntegra, em respeito ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório (Art.41 da Lei 8.666/93), que faz lei entre as partes, assemelhando-se a um contrato de adesão, cujas cláusulas são elaboradas unilateralmente pelo órgão licitante. O subitem 9.8.5 do Edital de Pregão Eletrônico, dispõe que deverá ser entregue como prova de cadastro de contribuinte, o comprovante de inscrição municipal: "prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual. "O Leiloeiro habilitado deixou de atender a exigência do edital, por não ter apresentado o documento adequado, o "comprovante de inscrição Municipal", ainda que tenham sido anexados documentos que contenham um número de inscrição municipal, estes, não atendem ao subitem de forma específica, pois se assim fosse, o edital não utilizaria um item para requerer a juntada deste documento. Diante do exposto, requer:1. A inabilitação do Licitante classificado em 1º lugar, Sr. Fernando Caetano Moreira Filho, por não cumprir os requisitos de habilitação, especificamente no subitem 9.8.5 do Edital;2. Requer a publicação de nova data para o prosseguimento do certame. Rio de Janeiro, 17 de abril de 2023.

João Emilio de Oliveira Filho
Leiloeiro Público Oficial
Matrícula JUCERJA Nº45

Sandra Sevidanes, vem apresentar razões do recurso pelos motivos que passa a expor: No presente certame foi utilizado tratamento diferenciado para ME/EPP, nos termos da Lei Complementar nº123/2006.A referida norma, em seu art. 44 confere ao ME/EPP, em caso no empate nas propostas, preferência na contratação, vejamos: Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. O legislador ao instituir a referida norma quis prezar pela isonomia do processo licitatório na medida que as ME/EPP estariam em desvantagem com relação as empresas de médio e grande porte. Ocorre que, a referida norma não deverá ser utilizada no presente certame, uma vez que a disputa na licitação ocorreu entre ME/EPP e PESSOAS FÍSICAS que equiparam-se quanto ao porte econômico. Beneficiar o Leiloeiros classificados em 1º e 2º lugar, que sinalizaram no Pregão serem ME/EPP, logo gozando do benefício da Lei Complementar 123/2006, em detrimento dos Leiloeiros Pessoas Físicas é ir de encontro ao princípio da isonomia que impera no Direito Administrativo Brasileiro. Diante do exposto, requer a recorrente que seja revisto, a luz do princípio da isonomia, o sorteio realizado entre os Leiloeiros Públicos participantes, sendo certo que o benefício de ME/EPP não deverá ser considerado no presente certame em detrimento de pessoas físicas, a luz do princípio da isonomia.

Juliana Vettorazzo Rodrigues Barros, Leiloeira Pública Oficial, matriculada na JUCERJA de nº 155, vem, tempestivamente, apresentar razões do recurso. Todos os Leiloeiros cadastrados nas Juntas Comerciais de seus estados tem ciência de sua condição enquanto pessoa física. Ao leiloeiro é proibido a constituição de sociedade de qualquer espécie ou denominação sob pena de destituição, conforme determina o Decreto Lei 21981/32. O Departamento de Registro Empresarial e Integração (Drei), através da Instrução Normativa 39/2017, facultou ao leiloeiro registrar-se como empresário individual, na Junta Comercial que estiver matriculado. Ficou esclarecido ainda, que o leiloeiro está impedido de exercer a profissão, se vier a exercer atividade empresarial cujo objeto exceda a leiloeira, ou participar da administração e/ou de fiscalização em sociedade de qualquer espécie, no seu ou em nome alheio. Conforme o art. 30 da Instrução Normativa Drei nº 17/2013, é pessoal o exercício das funções de leiloeiro, que não poderá exercê-las por intermédio de pessoa jurídica e nem delegá-las, senão por moléstia ou impedimento ocasional, a seu preposto, cabendo ao leiloeiro comunicar o fato à Junta Comercial. Cumpre ressaltar também que no ano passado foi realizada consulta à Receita Federal acerca deste tema, com a seguinte resposta: Assunto: Obrigações Acessórias LEILOEIRO. PESSOA FÍSICA. Ainda que se registre como empresário individual, o leiloeiro não é assim considerado para fins de equiparação a pessoa jurídica. Consequentemente, seu rendimento deve ser tributado na pessoa física e ele não está submetido às obrigações acessórias das pessoas jurídicas, como apresentação de DCTF, ECF e EFD-Contribuições. Dispositivos Legais: Regulamento do Imposto sobre a Renda de 2018 (RIR/2018), aprovado pelo art. 1º do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018 , art. 38, inciso V, art. 162, § 2º, inciso V; Instrução Normativa RFB nº1.252, de 1º de março de 2012, art. 2º; Instrução Normativa RFB nº 2.004, de 18 de janeiro de 2021, art. 1º;Instrução Normativa RFB nº 2.005, de 29 de janeiro de 2021 , art. 5º, inciso XVIII. Ou seja, o empresário individual responde cível, criminal e tributariamente como pessoa física. Sendo assim, num pregão eletrônico em que todos os seus participantes são pessoas físicas, oferecer vantagem àquele que se cadastra como empresário individual é completamente desarrazoado, ofendendo cabalmente o princípio da isonomia. O benefício que trata a resolução 123 às ME/EPP somente devem ser aplicados, por óbvio, quando estas estão competindo com empresas de porte maior. Em licitação recente da Prefeitura, a pregoeira voltou atrás em sua decisão e descredenciou todos os leiloeiros que, agindo de forma errada, se beneficiaram desta prerrogativa, como se demonstra a seguir: "Como postura e coerência à Lei 14.133/2021, Art. 11º, II, que tem como objetivo assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, cabe registrar que a Recorrida foi favorecida ao declarar no Sistema Comprasnet cumprir os requisitos estabelecidos no Art.3º da Lei 123/2006.Diante do exposto, onde o Pregoeiro não pode perder de vista a estrita observância aos princípios inerentes aos procedimentos licitatórios previstos no Capítulo II - Dos Princípios da Lei nº 14.133/2021, principalmente, o da legalidade (insculpido também no art. 37 da Constituição Federal), isonomia e o da vinculação ao instrumento convocatório, resta comprovada que a empresa Recorrida, afastada má fé, não respeitou o ato convocatório, que não previa documentos habilitatórios para Empresa ME/EPP. Registro que a Recorrida,

apresentou os documentos habilitatórios como Pessoa Física e se cadastrou como ME/EPP, misturando documentos habilitatórios entre Pessoa Física e Pessoa Jurídica, usufruindo dos benefícios pertinentes à ME/EPP, na fase de lances e desempate. Registro que o Microempreendedor, optante pelo Simples Nacional, pode participar de processos de licitação exclusivos para ME (Microempresa) e EPP (Empresas de Pequeno Porte) ou competir com empresas de grande porte, tendo seus direitos e benefícios respeitados. Alerto que podendo o objeto ser executado por pessoa física e pessoa jurídica, não poderá ser impedida a participação de uma ou de outra. Ao contrário, deverá o edital admitir a participação de ambas, evidenciando que o procedimento destina-se a todos aqueles que atenderem as condições pré-fixadas, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas. Mesmo que o edital seja omissivo nesse sentido ou o entendimento tenha sido equivocado, o ME/EPP não poderia participar da presente licitação, uma vez que não houve condições pré-fixadas, como previsão de documentos habilitatórios a serem apresentados para ME/EPP. É válido ressaltar que o Termo de Referência, item 14.1, descreve as condições na exigência da contratação de Leiloeiro, onde deixa clara a autorização de participação de pessoa física na presente licitação. Certa da clareza do ato convocatório, registro que não houve nenhum pedido de esclarecimento, tão pouco pedido de impugnação acerca do tema do recurso ora apresentado. Assim, a Administração entende, que cumpriu toda legislação pertinente para permitir apenas a participação de Pessoa Física.

O Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte provém do Princípio da Isonomia. É como nos ringues de luta onde cada lutador compete com outro de mesma categoria visto que seria injusto um peso-pesado lutar comum peso-pena. Desta forma é possível perceber que o Estatuto das MEs e EPPs se trata de justiça e não de privilégio. Da mesma forma, o Recorrido ao se credenciar com ME/EPP no Sistema Comprasnet, foi injusto com os demais licitantes, que respeitaram as normas editalícias se apresentando como pessoa física e não usufruíram das mesmas condições proporcionadas à ME/EPP. Princípio da Isonomia Devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade. (Aristóteles) Assim, o resultado tornado público deve ser reformado, retrocedendo minha decisão, sobre a habilitação do licitante HÉLCIO KORNBERG, pelos motivos expostos acima e em nome dos princípios que norteiam a licitação pública e do superior interesse público, pelo DEFERIMENTO do recurso impetrado pelo Licitante EDGAR DECARVALHO JUNIOR. CONCLUSÃO Pelas razões acima expostas, reconheço os recursos apresentados pelos licitantes, considerando a sua tempestividade e opino pela PROCEDÊNCIA dos mesmos. Por fim, retifico a minha decisão prolatada na Sessão Pública do dia 02/03/202 no sentido de inabilitar o Licitante, uma vez que todos os recursos apresentados pelos licitantes Recorrentes, foram diligenciados pela Pregoeira responsável pelo PE/OP nº 80/2023. "Diante dos argumentos acima expostos, esta Leiloeira requer que o tratamento diferenciado seja afastado, uma vez que os empresários individuais deverão concorrer igualmente aos licitantes pessoas físicas, sendo assim solicita a realização de novo sorteio.

Foi realizado sorteio entre os licitantes com propostas empatadas. Os Leiloeiros classificados em 1º e 2º lugar se beneficiaram do sorteio por serem ME/EPP em detrimento dos demais Leiloeiros pessoas físicas. Regulamentada pela Lei Complementar nº 123, o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresas de Pequeno Porte, foi criado pensando que pode ser muito difícil para uma microempresa concorrer contra empresas de médio e grande portes. Sendo assim, para equilibrar a disputa, são concedidos certos benefícios às MEs e EPPs, sendo certo que todos são iguais perante a lei, porém, na medida de suas desigualdades. Um dos muitos benefícios que são concedidos aos pequenos empresários a fim de garantir igualdade de oportunidades para todos é o empate ficto, quando ocorre empate nas propostas entre os preços ofertados por uma grande empresa e os de uma empresa de pequeno porte. O que não ocorre, em uma disputa entre ME/EPP e pessoa física não há desequilíbrio algum e muito menos desigualdade de oportunidades, visto que os licitantes equiparam-se em força quanto ao porte econômico. A intenção do legislador ao beneficiar a ME/EPP é igualar os desiguais na competição, primando pelo princípio da isonomia, o que não ocorre em uma disputa entre ME/EPP e pessoa física, uma vez que não há desigualdade na competição. Todos os dispositivos da lei de licitações ou regulamentação de um específico processo licitatório devem ser interpretados à luz do princípio da isonomia o qual, não objetiva a proibição completa de qualquer diferenciação entre os candidatos, pois essa irá ocorrer naturalmente com a seleção da proposta mais vantajosa à administração pública, sua verdadeira aplicação é a vedação de qualquer discriminação arbitrária, que gere desvalia de proposta em proveito ou detrimento de alguém. Cabe a Comissão de Licitação da UFRRJ, em casos que haja qualquer tipo de questionamento à aplicação ou não da isonomia, usar do princípio da proporcionalidade afim de que não sejam comprometidos o nem o interesse público nem a equidade entre os concorrentes, para que assim a licitação ocorra de forma justa e que venha a sanar as necessidades que ela se propõe. A Instrução Normativa DREI/ME nº 52/2022 que dispõe sobre o exercício do Leiloeiro Público Oficial, em seu artigo 58, FACULTA ao Leiloeiro Público Oficial registrar-se como empresário individual, em uma das Juntas Comerciais onde estiver matriculado. Art. 58. É facultado ao leiloeiro registrar-se como empresário individual, em uma das Juntas Comerciais onde estiver matriculado, com possibilidade de abertura de filiais nas demais em que estiver matriculado. O empresário individual, é a própria pessoa física ou natural, respondendo os seus bens pelas obrigações que assumiu, quer sejam civis, quer comerciais. (Ap. civ. n. 8.447 - Lages, "in" Bol. Jur. ADCOAS, n. 18.878/73) "Tanto é que a União publicou consulta no Diário Oficial constando que Leiloeiro Empresário Individual é equiparado a pessoa física! Foi interposto recurso com o mesmo tema no pregão 80/2023 da Prefeitura do Rio de Janeiro, onde foi fartamente demonstrado que não há benefício de ME/EPP em detrimento de pessoas físicas. A Prefeitura, após análise pela Procuradoria acerca do tema, reformou a decisão inabilitando os leiloeiros que fizeram uso do benefício de ME/EPP em detrimento dos leiloeiros pessoa física. Salienta-se por oportuno que não foi apresentado pelo leiloeiro classificado em primeiro lugar certidão de antecedentes criminais do Estado do Rio de Janeiro, onde será realizado o serviço e celebrado o contrato. Diante do exposto requer: 1- Que seja realizado sorteio de maneira igualitária entre todos os licitantes, respeitando-se o princípio da ISONOMIA, considerando que ME/EPP não possui benefício em detrimento de pessoa física. 2- Seja o Leiloeiro classificado em primeiro lugar inabilitado por não apresentar certidão de antecedentes criminais do Estado do Rio de Janeiro.

7. Em síntese, em sua defesa o Sr. FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO, alega que:

FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO 03916718630, empresário individual, inscrito no CNPJ nº 49.888.790/001-82, com endereço na Rua Um, nº 300, Box 15, Bairro do Comércio, Contagem/MG, CEP 32.152-002, telefone (31)99184-4173, e-mail: secretario8@fernandoleiloeiro.com.br, neste ato representado pelo seu sócio administrador Senhor Fernando Caetano Moreira Filho, Leiloeiro Público Oficial, brasileiro, divorciado, portador da matrícula na JUCERJA número 264, da cédula de Identidade número MG 7.482.119, e do CPF número

039.167.186-30vem,tempestivamente, apresentar, CONTRARRAZÕES aos Recurso Administrativos apresentado pelos senhores EDGARDE CARVALHO JÚNIOR, JOÃO EMÍLIO DE OLIVEIRA FILHO, JULIANA ARAÚJO, JULIANA VETTORAZZO RODRIGUESBARROS E SANDRA SEVIDANES.I. TEMPESTIVIDADE As presentes contrarrrazões são tempestivas, tendo em vista as disposições legais e editalícias, devendo as presentes contrarrrazões serem recebidas e julgadas pelas autoridades competentes. II. DOS FATOSA Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, tornou público que realizaria PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, visando a contratação de prestação de serviço de Leiloeiro Oficial para preparar, organizar e conduzir leilões públicos de bens inservíveis pertencentes ao patrimônio da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. No dia 11 de abril de 2023 foi realizada a sessão, através da plataforma Comprasnet. Após a fase de lances, o licitante FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO foi declarado, acertadamente, o vencedor do certame, TENDO EMVISTA QUE CUMPRIU RIGOROSAMENTE TODOS OS TERMOS DO EDITAL. Ocorre que, mais uma vez, como é de costume entre os leiloeiros do Rio de Janeiro, os senhores Edgar, João Emílio, Juliana Vettorazzo, Juliana Araújo e Sandra Sevidanes pleiteiam pela inabilitação do Recorrido alegando suposto descumprimento às normas impostas no edital de Pregão. No entanto, os recursos não merecem prosperar, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas. III. DOS FUNDAMENTOS PARA MANTER A HABILITAÇÃO Alegam os Recorrentes, em síntese, que o Leiloeiro Fernando Caetano Moreira Filho não cumpriu os requisitos do edital em epígrafe, defendendo o princípio de vinculação ao instrumento convocatório. O Recorrido está de acordo com os Recorrentes, no que concerne ao indispensável atendimento dos dispositivos editalícios. Por essa razão é que a habilitação do licitante Fernando Caetano Moreira Filho deve ser mantida. III.I – APLICAÇÃO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA Mais uma vez, os Recorrentes tumultuam o processo licitatório, alegando uma suposta aplicação indevida do direito de preferência no certame, sustentando o comportamento inadequado de determinados licitantes. Pois bem! Convém elucidar que o Edital em questão traz de forma categórica os benefícios que ME e EPP podem usufruir, especificamente no item 15 do edital em epígrafe. Inclusive, reafirma que ao interessado que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estará apto a gozar do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49. Ademais, no preâmbulo do edital, está claro que o mesmo é regido também pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Sendo assim, o Pregoeiro não pode cumprir as normas impostas na referida lei. Ora, indubitável que o artigo 44 e 45 da Lei Complementar nº. 123, deixa claro o direito de preferência, legalmente assegurado aos licitantes, podendo estes usufruir do tratamento diferenciado. Veja-se, parte elementar: Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. (Vide Lei nº 14.133, de 2021)§ 1o Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.§ 2o Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1o deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço. Art. 45. Para efeito do disposto no art. 44 desta Lei Complementar, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma: (Vide Lei nº 14.133, de 2021I - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado. Sobre o tema, segue entendimento da possibilidade das ME e EPP se beneficiar-se das regras previstas nos arts. 42a 45 da Lei Complementar n. 123: MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. MUNICÍPIO DE RIO RUFINO. PREGÃO PRESENCIAL. CERTAME QUE, APÓSETAPA DE RECURSOS, É ANULADO.AUSÊNCIA DE CONTRADITÓRIO. NULIDADE RECONHECIDA. CONCESSÃO DASEGURANÇA. A autoridade não pode revogar ou anular a licitação sem a devida fundamentação baseada em prévio parecer jurídico, e ainda sem oportunizar aos concorrentes o direito ao contraditório e à ampla defesa, mormente quando não se aponta irregularidade concreta do certame, para a anulação, nem se demonstra a existência de interesse público, para a revogação. (TJSC, Rel. Des. Jaime Ramos). SESSÃO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS.PREGOEIRO QUE NÃO OBSERVA O DIREITO DE PREFERÊNCIA DE MICROEMPRESA. ART. 44 DALEI COMPLEMENTARN. 123/2006. BENEFÍCIO RECONHECIDO. MODIFICAÇÃO DA DECISÃO. CONCESSÃO DA SEGURANÇA. RECURSOPROVIDO. REFORMAPARCIAL DA DECISÃO EM REEXAME. [...] não caberá negar a uma ME ou a uma EPP a possibilidade de beneficiar-se das regras previstas nos arts. 42 a 45 daLC n. 123, nem mesmo sob o argumento de ausência de regulamentação. Também não caberá afirmar que o ato convocatório não forneceu a solução cabível para o exercício e para o deferimento dos benefícios. Ainda que não haja regulamentação e não obstante o silêncio do edital, os benefícios previstos na LC n.123 deverão ser reconhecidos, deferidos e aplicados - sob pena de configuração de nulidade da decisão denegatória (Marçal Justen Filho). (TJSC, Apelação /Remessa Necessária n.0300713-94,2015.8.24.0077, de Urubici, rel. Pedro Manoel Abreu, Primeira Câmara de Direito Público, j. 30-07-2019).APELAÇÃO CÍVEL EM MANDADO DE SEGURANÇA - PRETENSÃO DE VER DECLARADA A NULIDADE DE LICITAÇÃO,COM FULCRO NA INAPLICABILIDADE DA LEICOMPLEMENTAR N. 123/2006 E NA EXISTÊNCIA DE VÍCIOS FORMAISE PROCEDIMENTAIS - INOCORRÊNCIA - BENEFÍCIOS PREVISTOS NO DENOMINADOESTATUTO NACIONAL DAMICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE, EM SEUS ARTIGOS 44 E 45, QUE SÃO AUTO-APLICÁVEIS -AUSÊNCIA,ADEMAIS, DE QUALQUER PREJUÍZO EFETIVO À RECORRENTE POR CONTA DAS IRREGULARIDADESAPONTADAS - RECURSO DESPROVIDO."[...] NÃO CABERÁ NEGAR A UMA ME OU A UMA EPP A POSSIBILIDADE DE BENEFICIAR-SE DAS REGRASPREVISTAS NOS ARTS. 42 A 45 DA LC N. 123, NEM MESMO SOB O ARGUMENTO DE AUSÊNCIA DEREGLAMENTAÇÃO. Também não caberá afirmar que o ato convocatório não forneceu a solução cabível para o exercício e para o deferimento dos benefícios. Ainda que não haja regulamentação e não obstante o silêncio do edital, os benefícios previstos na LC n. 123 deverão ser reconhecidos, deferidos e aplicados - sob pena de configuração de nulidade da decisão denegatória." (Marçal Justen Filho, in O Estatuto da Microempresa e as Licitações Públicas, 2ª ed., São Paulo: Dialética, 2007. p. 21)."O prestígio às formalidades que envolvem o processo licitatório deve preservar o caráter competitivo do certame e o interesse público, que constituem seu real objetivo." (Reexame Necessário em Mandado de Segurança n.2010.051881-4, rel. Des. Sônia Maria Schmitz, j. 26-10-2010). (TJSC, Apelação Cível em Mandado de Segurança n. 2008.057220-6, de Dionísio Cerqueira, rel. Des. Cid Goulart, Segunda Câmara de Direito Público, j. 05-11-2013). Ademais, convém elucidar que o Edital em questão foi publicado e disponibilizado no comprasnet para averiguação de todas as cláusulas editalícias, cabendo aos interessados, se insurgirem, tempestivamente, em conformidade aoitem 21 do referido Edital. FRISA-QUE NÃO HOUE IMPUGNAÇÃO OU DISCUSSÃO, AO MENOS NESSE PONTO.E, tratando-se de Pregão Eletrônico que visa a contratação de Leiloeiro, o certame é regulamentado pelo Edital, o qual foi dado ampla publicidade a todos os interessados e contém detalhadamente todas as especificidades e características do ato, é pacífico o entendimento jurisprudencial de que o edital faz lei entre as partes, como podemos observar no Acórdão do Superior Tribunal de Justiça: EMENTA: ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. NULIDADE. NÃOCARACTERIZADA. CUMPRIMENTO DOSREQUISITOS DA LICITAÇÃO. 1. O edital faz lei entre as partes e vincula a administração, mostrando-se inadmissível modificação das condições pré-estabelecidas no curso da licitação. 2. De acordo com o art. 3º da lei nº 8.666/93, a licitação destina-se garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração. Da mesma forma, disciplina o pregão revisto na lei nº 10.520/2002,

modalidade de licitação, em relação a qual se aplicam subsidiariamente as disposições da lei nº 8.666/93. 3. Não há falar em nulidade do certame, se comprovado que todas as exigências previstas no edital foram atendidas pela licitante vencedora. (TRF4, AC 5044861-85.2020.4.04.7000, QUARTA TURMA, Relator LUÍSALBERTOD'AZEVEDO AURVALLE, juntado aos autos em 08/11/2021) Assim, em que pese faz os Recorrentes crer a aplicação indevida do direito de preferência no presente certame, tal insurgência não é cabível, posto a evidente previsão no edital, não pode este alegar desconhecimento das condições previstas e tampouco sobre a legislação pertinente. Isso porque como condição para participação do pregão em tela, os licitantes interessados deveriam preencher em campo próprio no sistema eletrônico, QUE ESTÁ CIENTE E CONCORDA COM AS CONDIÇÕES CONTIDAS NO EDITALE SEUS ANEXOS (item 4.5.1), declaração firmada, inclusive, pelos Recorrentes, concordando com as condições editalícias. Basta uma simples visualização na página do pregão no compranet a declaração assinada pelos licitantes. Deste modo, diante da concordância de todos os licitantes, é evidente a ocorrência da preclusão consumativa, o que torna prejudicada, a análise da pretensão dos Recorrentes. III.II – CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS Os Recorrentes Edgar e Juliana, sem sequer fundamentarem o seu pedido, pleiteiam pela inabilitação do licitante Fernando por não ter apresentado a certidão de antecedentes criminais. A Sra. Juliana ainda afirmar que “não faz sentido apresentar a certidão de antecedentes criminais de Minas Gerais”. Ora, faz todo o sentido, tendo em vista que, em uma breve consulta, é possível constatar que o endereço do Recorrente, como empresário individual, é em CONTAGEM/MG. Vejamos a solicitação do edital: “9.6.4. CERTIDÕES NEGATIVAS DE ANTECEDENTES CRIMINAIS FEDERAL E ESTADUAL, comprovando que o leiloeiro oficial não foi condenado por crime cuja pena vede o exercício da atividade mercantil”. Não há qualquer exigência para a apresentação de antecedentes criminais especificamente do estado do Rio de Janeiro. Se houvesse, o Recorrido, ora vencedor, teria impugnado o edital, tendo em vista que a Polícia Civil do Rio de Janeiro emite o referido atestado somente para pessoas que possuem inscrição de RG no estado do Rio de Janeiro. O que não faria sentido é que o licitante Fernando apresentasse antecedentes criminais do Rio de Janeiro, uma vez que sua sede é em MINAS GERAIS. Razão não assiste aos Recorrentes, tratando-se apenas de mais artimanha para tentar inabilitar o Recorrido. O Sr. Pregoeiro não pode permitir tal ato. Conclui-se, portanto, que o Recorrido cumpriu plenamente os requisitos editalícios, tendo em vista que apresentou o atestado de antecedentes criminais, assim como os demais documentos, referentes à sua sede, qual seja, Contagem/MG. III.III. PROVA DE INSCRIÇÃO MUNICIPAL Em mais uma tentativa desesperada de impedir que o leiloeiro Fernando Caetano Moreira Filho realize seu trabalho, encontramos diante de mais uma alegação completamente descabida: a de que o Recorrido não apresentou aprova de inscrição municipal, conforme exigido no item 9.8.5.O Sr. João Emílio ratifica, em suas alegações, que o leiloeiro Fernando apresentou a comprovação de inscrição município, in verbis: “(...) ainda que TENHAM SIDO ANEXADOS DOCUMENTOS QUE CONTENHAM UM NÚMERO DE INSCRIÇÃO MUNICIPAL (...)”. Ora, Sr. Pregoeiro, o Recorrente deveria ser punido pelo recurso apresentado. É nítido que tudo não passa de uma perseguição contra o leiloeiro Fernando. Veja bem, o João Emílio alega que o vencedor do certame, Fernando, não apresentou a comprovação de inscrição municipal, mas, na mesma frase, ratifica que foi apresentado. O edital não requereu um documento específico no subitem 9.8.5, limitando-se apenas à exigência de comprovação de inscrição municipal. O Recorrido apresentou o seu alvará de localização e funcionamento, onde constam, entre outros dados: o número da inscrição, a data da inscrição, endereço e atividade. Portanto, não há dúvidas de que o licitante Fernando Caetano Moreira Filho CUMPRIU PLENAMENTE A EXIGÊNCIA CONTIDA NO SUBITEM 9.8.5.III.IV. DA MANUTENÇÃO DA HABILITAÇÃO DO LICITANTE FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO – CUMPRIMENTO INTEGRAL DOS TERMOS EDITALÍCIOS. Recorrido vem se deparando com as constantes tentativas de sua inabilitação no estado do Rio de Janeiro, através de recursos que induzem à Comissão de Licitação ao erro. Ora, ao mesmo tempo em que os Recorrentes defendem veementemente que o edital deve ser seguido à risca, tentam criar novas regras – não impostas no edital – para inabilitar o licitante vencedor do certame. Desafio os Recorrentes a demonstrarem o item do edital que requer a exigência de apresentação de atestado de antecedentes criminais do Rio de Janeiro, ou a exigência de um documento específico para a comprovação da inscrição municipal. Não há! O Sr. Fernando Caetano Moreira Filho é Leiloeiro Público Oficial há mais de 20 (vinte) anos, sendo matriculado em Minas Gerais desde o ano de 2001. Com o advento da Instrução Normativa Nº 72 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração – DREI, em 2019, os Leiloeiros passaram a ter o direito de se matricular em outras unidades da Federação, in verbis: “Art. 41. A profissão de leiloeiro será exercida mediante matrícula concedida pela Junta Comercial. § 1º O LEILOEIRO PODERÁ MATRICULAR-SE EM OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO. § 2º A MATRÍCULA MAIS ANTIGA SERÁ CONSIDERADA A PRINCIPAL e as demais suplementares, por ordem de data da concessão”. Destaque nosso. Ao longo de mais de duas décadas como Leiloeiro Público Oficial, o Licitante vem atuando com lisura e primazia, sempre buscando entregar o melhor serviço para os contratantes e para seus clientes (arrematantes), sem nenhum fato que o desabone em sua função. Portanto, não se trata de um profissional inexperiente. Ao revés! O Recorrido já participou de centenas de Processos licitatórios, sendo devidamente habilitado. Igualmente, já realizou vários leilões para Órgãos da Administração Pública, Judiciário, Instituições Financeiras, Empresas Privadas, entre outros. O Recorrido apresentou na íntegra os documentos requisitados no edital, tanto é que foi considerado, acertadamente, habilitado por esta d. Comissão. No processo licitatório, o interesse privado jamais deve se sobrepor ao interesse público. Ora, é do interesse dos Recorrentes a inabilitação do licitante Fernando, tendo em vista que ele foi o vencedor do certame. O Sr. Pregoeiro não pode compactuar com tal ato. Veja bem, como já foi dito, a arguição dos Recorrentes é sobre requisitos que NÃO ESTAM DISPOSTOS NO EDITAL, bem como contra norma presente, no caso, o critério de desempate. A eventual inabilitação do Recorrido seria uma violação às regras impostas aos contraentes no Edital, além de um rigorismo na forma que macula o principal objetivo do procedimento licitatório, que é a obtenção da melhor proposta e todos os principais valores jurídicos homenageados pela Constituição Federal e pela lei de licitações, tais como isonomia, julgamento objetivo, proporcionalidade, razoabilidade e supremacia do interesse público. Nas precisas lições de Hely Lopes Meirelles: “(...) JULGAMENTO OBJETIVO É O QUE SE BASEIA NO CRITÉRIO INDICADO NO EDITAL E NOS TERMOS ESPECÍFICOS DAS PROPOSTAS. É princípio de toda licitação de QUE SEU JULGAMENTO SE APOIE EM FATOS CONCRETOS PEDIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO, em confronto com o ofertado pelos proponentes dentro do permitido no edital ou convite. Visa a afastar o discricionarismo na escolha das propostas, obrigando os julgadores a aterem-se ao critério prefixado pela Administração, com o que se reduz e se delimita a margem de valoração subjetiva, sempre presente em qualquer julgamento (Estatuto art. 37)” Licitação e Contrato Administrativo, RT, 7ª ed., p. 14/16. Destaque nosso. De observar que, quando se fala em procedimento formal e se alude à estrita observância de regras procedimentais, não significa que deva a Administração descambar para o formalismo, fazendo exigências desnecessárias ou incompatíveis com o objeto da licitação. Ademais, não se pode olvidar que, não obstante a Constituição Federal, em seu art. 5º, XIII, condicionar o livre exercício do trabalho ao preenchimento de qualificações profissionais estabelecidas em lei, é de se ressaltar que tais requisitos não podem afrontar princípios ou regras constitucionais, devendo se ater apenas à capacidade do profissional. A desclassificação do licitante em razão da interpretação extensiva de cláusula do edital privilegia a forma em

detrimento da finalidade, frustra o caráter competitivo da seleção pública, objetivo expresso de toda e qualquer licitação. Oportuno descortinar o ensinamento do nobre professor Hely Lopes Meirelles, ao tratar sobre o assunto: "A orientação correta nas licitações é a DISPENSA DE RIGORISMOS INÚTEIS E DE FORMALIDADES EDOCUMENTOS DESNECESSÁRIOS À QUALIFICAÇÃO DOS INTERESSADOS. Daí por que a lei (art. 27) limitou a documentação, exclusivamente, aos comprovantes de capacidade jurídica, regularidade fiscal, capacidade técnica e idoneidade econômico-financeira. Nada mais se pode dos licitantes na fase de habilitação. Reconhecimentos de firmas, certidões negativas, regularidade eleitoral, são exigências impertinentes que a lei federal dispensou nessa fase, mas que a burocracia ainda vem fazendo ilegalmente, no seu vezo de criar embaraço aos licitantes. É um verdadeiro estrabismo público, que as autoridades superiores precisam corrigir, para que os burocratas não persistam nas suas distorções rotineiras de complicar aquilo que a legislação já simplificou. OS BONS CONTRATOS, OBSERVE-SE, NÃO RESULTAM DAS EXIGÊNCIAS BUROCRÁTICAS, MAS, SIM, DA CAPACITAÇÃO DOS LICITANTES EDO CRITÉRIO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS." (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 26 ed. São Paulo: Malheiros, 2001, p. 276-277). Desta feita, verifica-se que o Recorrido cumpriu integralmente com os requisitos contidos no edital. É cediço o fato de que o princípio do procedimento formal não implica, necessariamente, na obrigatoriedade inculcada à Administração no sentido de ser extremamente formalista a ponto de promover exigências inúteis ou desnecessárias à licitação. Por esse princípio, não se deve anular procedimentos, inabilitar licitantes, ou desclassificar propostas diante simples omissões ou meras irregularidades vislumbradas na documentação/proposta, desde que as mesmas, obviamente, revistam-se em irrelevância, não proporcionando prejuízos ao ente administrativo (situação verificada no caso em tela). Em consonância a aludida diretiva, já decidiu o Colendo Superior Tribunal de Justiça, in verbis: "AS REGRAS DO EDITAL DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO DEVEM SER INTERPRETADAS DE MODO QUE, sem causar qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, POSSIBILITEM A PARTICIPAÇÃO DOMAIOR NÚMERO POSSÍVEL DE CONCORRENTES, a fim de que seja possibilitado se encontrar, entre várias propostas, a mais vantajosa" (MS n. 5.606/DF, Rel. Min. José Delgado). Assim sendo, é certo que não deve ser aplicado, durante a análise documental, exigências que extrapolem as condições impostas no instrumento convocatório. IV. DOS PEDIDOS Por todo o exposto, requer que sejam julgados totalmente improcedentes os recursos apresentados pelos senhores EDGAR DE CARVALHO JÚNIOR, JOÃO EMÍLIO DE OLIVEIRA FILHO, JULIANA ARAÚJO, JULIANA VETTORAZZORODRIGUES BARROS E SANDRA SEVIDANES, tendo em vista que a decisão que declarou o leiloeiro Fernando Caetano Moreira Filho vencedor do certame está em total conformidade com nosso ordenamento jurídico e com as disposições editalícias. FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO

8. Este é o breve relato.

II. DO MÉRITO

9. Sobre a apresentação da certidão de antecedentes criminais, o Sr. FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO apresentou certidão de antecedentes criminais do seu estado de origem (Minas Gerais). Segue item do edital:

9.6.4. Certidões negativas de antecedentes criminais federal e estadual, comprovando que o leiloeiro oficial não foi condenado por crime cuja pena vede o exercício da atividade mercantil.

Este item do edital não especificou de qual estado seria, nem poderia, pois a IN DREI /ME Nº 52/2022, especifica que é o da circunscrição em que tiver o seu domicílio. Sendo assim, a certidão apresentada atende ao exigido. Verifica-se que a matrícula de leiloeiro público nº 264 do sr. FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO foi realizada mediante identidade (nº 7452119) do estado de origem (MG), inclusive aparenta conter erro de digitação, pois diverge um número do documento oficial CNH apresentado (nº 7482119). Se a junta comercial do Rio de Janeiro aceita identidade do Estado de origem, provavelmente aceitou certidão negativa estadual de Minas Gerais também, pois é a circunscrição de domicílio do Sr. FERNANDO, vide art. 47, inciso VIII abaixo:

IN DREI /ME Nº 52/2022

Requisitos de matrícula pela Junta Comercial:

Art. 47. O processo de habilitação inicia-se com a apresentação de requerimento de matrícula pelo interessado, mediante o pagamento do preço público devido, acompanhado da documentação que comprove os seguintes requisitos:

IV - não estar condenado por crime, cuja pena vede o exercício da atividade mercantil;

VIII - ter idoneidade comprovada mediante a apresentação de identidade e certidões negativas expedidas pelas Justiças Federal, Estadual e do Distrito Federal, no foro cível e criminal, correspondentes à circunscrição em que o candidato tiver o seu domicílio, relativas ao último quinquênio.

Consultando a página oficial da JUCERJA, conforme este link existe o seguinte documento: Documentos exigidos para nomeação de leiloeiros e seus prepostos. Este documento apresenta os requisitos necessários ao leiloeiro, sendo:

2. Carteira de identidade;

9. Certidão Negativa pela Justiça Estadual (Cível e Criminal) correspondente à circunscrição em que o candidato tiver o seu domicílio, relativas ao último quinquênio (ex.: domiciliados no município do Rio de Janeiro: 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios Distribuidores);

Embora, o ideal seria que se apresentasse também o atestado do local de atuação da licitação não podemos exigir isso. Nota-se que não há comunicação entre os estados, pois a solicitação de antecedentes se faz com RG do estado, conforme link abaixo:

Consulta ao sítio oficial do estado do Rio de Janeiro:

<https://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=233>

Onde posso solicitar o atestado de antecedentes criminais?

A solicitação do atestado de antecedentes criminais está disponível para os cidadãos que possuem carteira de

identidade emitida no estado do Rio de Janeiro pelo Detran-RJ ou pelo Instituto Félix Pacheco (IIFP) e pode ser solicitado no endereço: <https://atestadodic.detrان.rj.gov.br/>

Portadores de identidade de outros estados ou órgãos devem solicitar a emissão de uma nova carteira de identidade no Detran-RJ.

Com a aprovação da lei nº14.534/2023 e sua futura implantação, isso poderá mudar. O CPF será o número único e suficiente para identificação do cidadão nos bancos de dados de serviços públicos.

10. Comprovante de inscrição municipal;

9.8.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

No alvará apresentado, consta o número de inscrição municipal, indicando que existe a inscrição. No mais, o comprovante de inscrição foi localizado por meio de consulta ao SICAF. No edital existe a seguinte orientação:

Edital 56/2023

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos(das) licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

Quando o licitante não apresenta algum documento de habilitação que possa ser buscado por outros meios, procede-se consulta ao SICAF ou sítio eletrônico oficial para verificar se consta nestes lugares antes de se solicitá-los mediante convocação no sistema via chat. Sendo assim, este item foi atendido pelo licitante.

11. O Leiloeiro Público Oficial é pessoa física, sendo facultado sua inscrição como Empresário Individual, logo não há que se falar em tratamento diferenciado.

Art. 57. É pessoal o exercício das funções de leiloeiro em pregões eastas públicas, não podendo exercê-las por intermédio de pessoa jurídica...

Art. 58. É facultado ao leiloeiro registrar-se como empresário individual...

Na verdade, durante o cadastro desta licitação no ComprasNet a opção de tratamento diferenciado não foi assinalada, conforme pode ser verificado na Ata do pregão. Não há tratamento diferenciado neste certame. O que se analisa é o critério de desempate:

Lei complementar nº123/06:

Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

Art. 45. Para efeito do disposto no art. 44 desta Lei Complementar, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

Ao assinalar ser ME/EPP o sistema desempata em favor desta. Vale ressaltar que o sistema automaticamente coloca os lances iniciais empatados num mesmo horário fictício e sorteia (neste caso foi no horário de 10:00:02:683, conforme página 3 da ata do pregão). No sistema não tem como especificar que a licitação é para pessoas físicas, só restando as opções de exclusiva para ME/ EPP ou ampla participação. A licitação foi registrada como ampla participação, ou seja, permitindo ME/EPP e Demais (pessoas físicas ou grandes empresas). O problema é que o sistema não diferencia as pessoas físicas de grandes empresas. Quando se cadastra desta forma (ampla participação), e "hoje" é a única forma possível de se cadastrar licitações não exclusivas, o sistema automaticamente coloca os licitantes empatados que sinalizaram "SIM" em (ME/EPP Equiparada) e "SIM" em (Declaração ME/EPP) nos primeiros lugares em desfavor dos demais (pessoas físicas). Até a presente data todas as vezes que ocorrer empate e algum licitante optar por ME/EPP Equiparada o sistema desempatará desta forma, o colocando na primeira colocação, caso tenha mais participantes que assinalarem esta opção, o sistema sorteará somente entre elas.

Edital nº 56/2023:

7.19. Caso o (a) licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, ao objeto executado:

7.21.1. por empresas brasileiras;

Ao assinalar "SIM" em (ME/EPP Equiparada) e "SIM" em (Declaração ME/EPP) o licitante obteve vantagem desproporcional sabendo-se que o leiloeiro (empresário individual) é equiparado a pessoa física, logo não fazendo jus ao desempate.

002 Quais as atividades exercidas por pessoas físicas que não ensejam a sua equiparação à pessoa jurídica? todas as pessoas físicas que, individualmente, exerçam profissões ou explorem atividades consoante os termos do art. 162, § 2º, IV e V, do RIR/2018, como por exemplo: serventuários de justiça, tabeliães, corretores, leiloeiros, despachantes etc;

Decreto nº 9.580/2018:

Art. 162. As empresas individuais são equiparadas às pessoas jurídicas (Decreto-Lei nº 1.706, de 23 de outubro de 1979, art. 2º) .

§ 1º São empresas individuais:

II - as pessoas físicas que, em nome individual, explorem, habitual e profissionalmente, qualquer atividade econômica de natureza civil ou comercial, com o fim especulativo de lucro, por meio da venda a terceiros de bens ou serviços (Lei nº 4.506, de 1964, art. 41, § 1º, alínea "b" ; e Decreto-Lei nº 5.844, de 1943, art. 27, § 1º);

§ 2º O disposto no inciso II do § 1º não se aplica às pessoas físicas que, individualmente, exerçam as profissões ou explorem as atividades de:

IV - serventuários da Justiça, como tabeliães, notários, oficiais públicos, entre outros (Decreto-Lei nº 5.844, de 1943, art. 6º, caput, alínea "d");

V - corretores, leiloeiros e despachantes, seus prepostos e seus adjuntos (Decreto-Lei nº 5.844, de 1943, art. 6º, caput, alínea "e");

III. CONCLUSÃO

12. Considerando as razões recursais e todo o acrescido, verifico que a habilitação do licitante FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO para o item foi inadequada, razão pela qual defiro o recurso apresentado. A fim de evitar abismo e imprecisão do sistema ComprasNet e garantir o princípio da isonomia, tratando os iguais de forma igual, decido pelo acolhimento do recurso e anulação de todo o procedimento licitatório. Portanto, será retornado à fase de julgamento para recusar todas as propostas apresentadas, cancelamento do item e, após as necessárias retificações, nova publicação.

Fechar